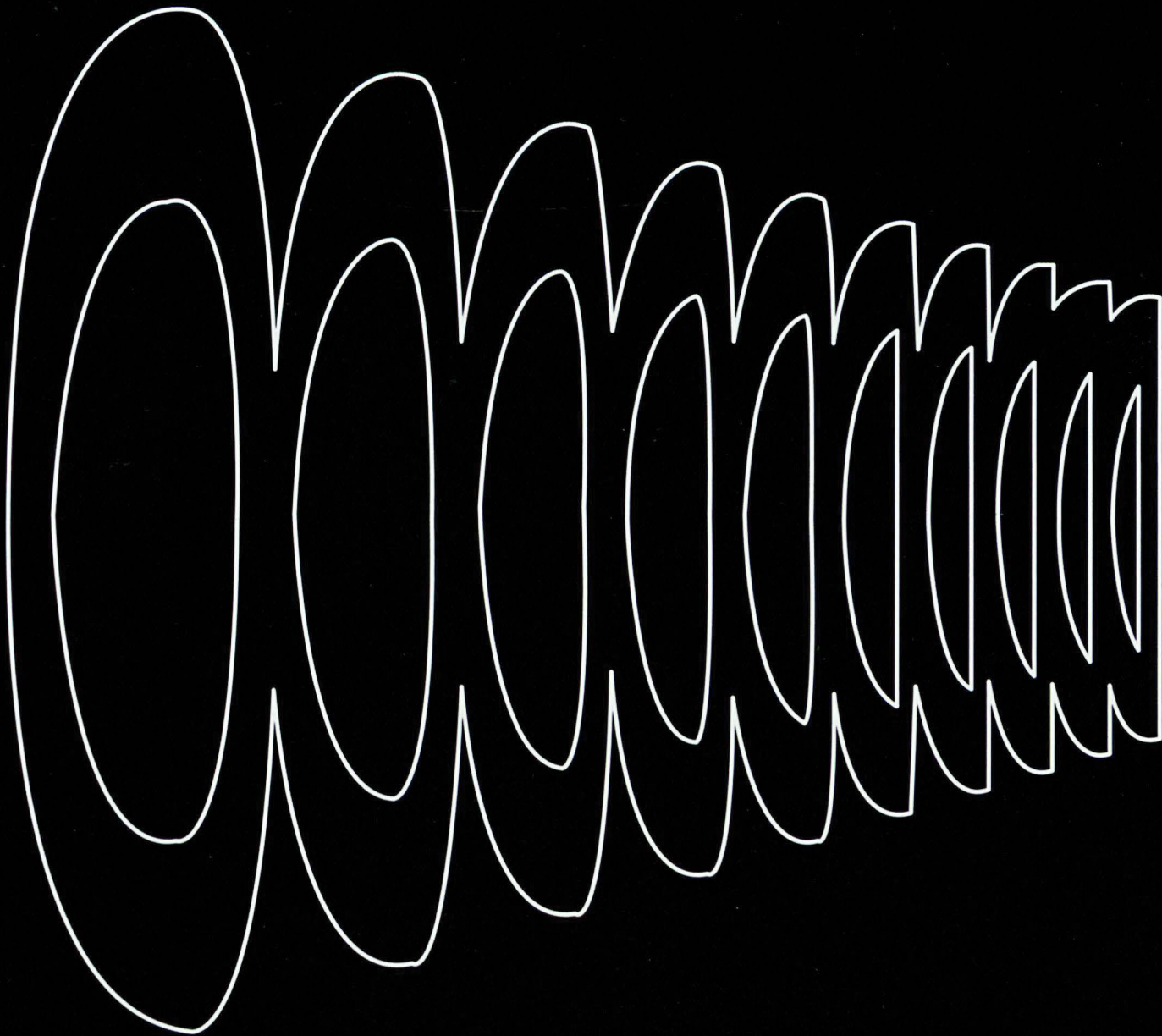
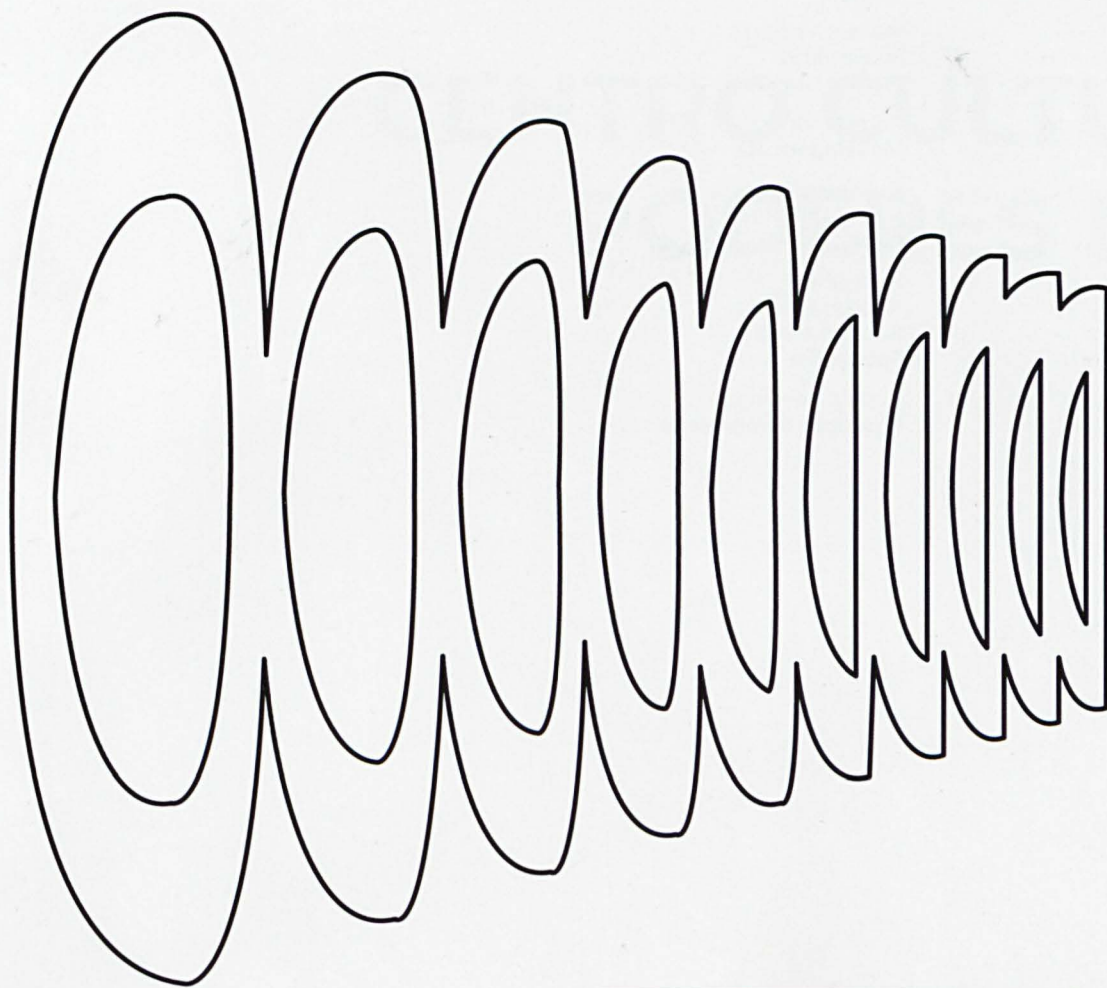


**Centro
Cultural dos
Poderes da
União**





**Centro
Cultural dos
Poderes da
União**



SENADO FEDERAL



MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Biênio 2019-2020

Senador **Davi Alcolumbre**
PRESIDENTE

Senador **Antonio Anastasia**
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Senador **Lasier Martins**
SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Senador **Sérgio Petecão**
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador **Eduardo Gomes**
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador **Flávio Bolsonaro**
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador **Luís Carlos Heinze**
QUARTO-SECRETÁRIO

Senador **Marcos do Val**
Senador **Weverton**
Senador **Jaques Wagner**
Senadora **Leila Barros**
SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

CENTRO CULTURAL DOS PODERES DA UNIÃO

Daliane Aparecida Silverio de Sousa
Diretora da SGIDOC

Alan Silva
Coordenador do Museu

Alan Silva
Redação

Cláudia Côes
Kilpatrick Campelo
Lais Amorim
Mateus Menezes
SEGRAF

Revisão

Mateus Menezes
Sheila Veras
Projeto Gráfico

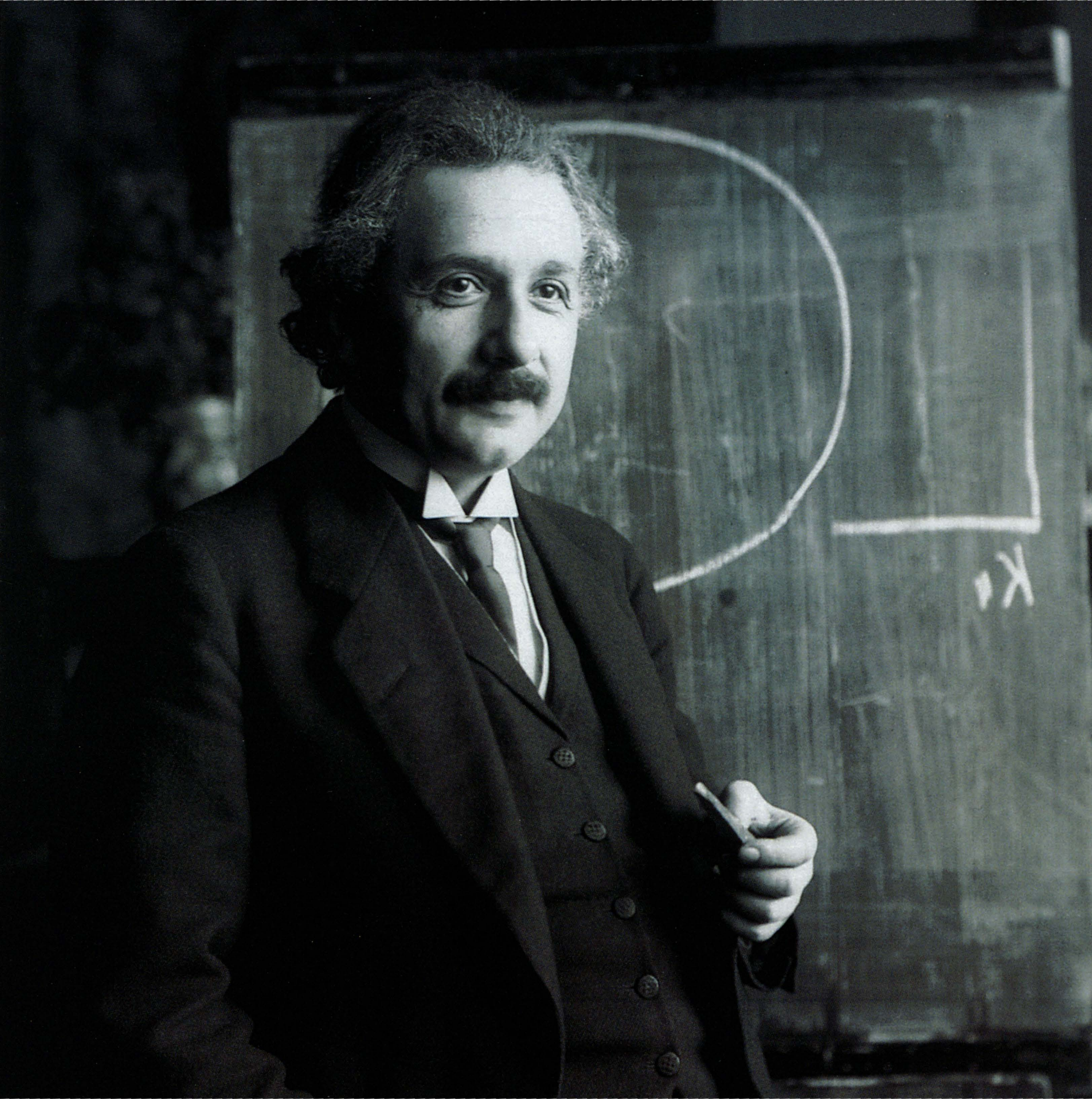
Robson Ricardo
Modelagem 3D

Guilherme Angelo
Mateus Menezes
Capa

Alan Silva
Robson Ricardo
Rodrigo Viana
Fotografia

Gráfica do Senado
Produção e Impressão

**CENTRO CULTURAL DOS
PODERES DA UNIÃO**



*“Se, a princípio, a ideia não é absurda,
então não há esperança para ela.”*

Albert Einstein.

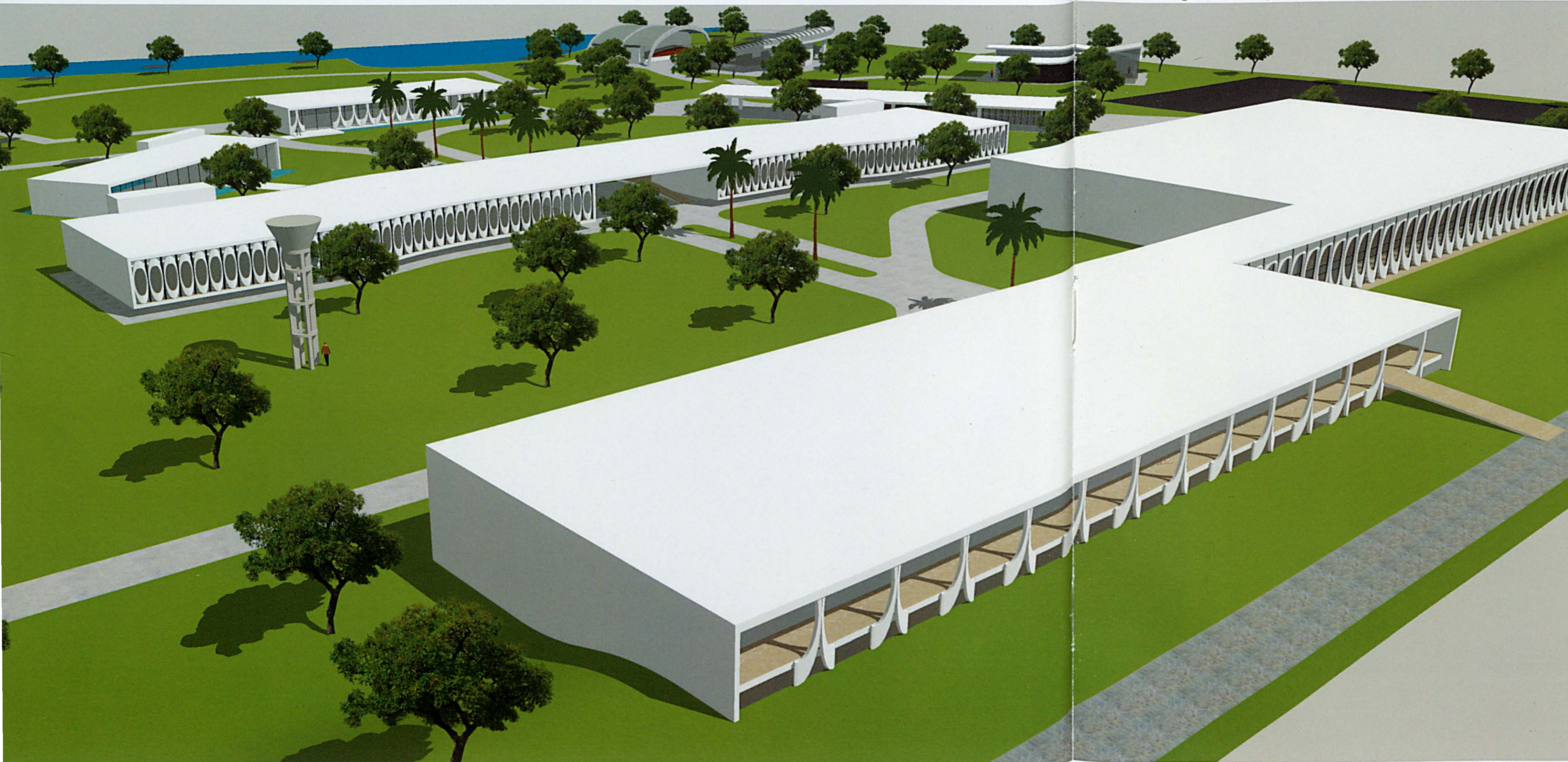
Athos Bulcão. Sem título. 1978. Painel escultórico em madeira laqueada. 500 x 528 cm. Acervo do Museu do Senado.



APRESENTAÇÃO	11
HISTÓRICO	13
REVITALIZAÇÃO	15
MOTIVAÇÃO	16
AS INSTALAÇÕES E NECESSIDADES DO MUSEU DO SENADO	18
AS INSTALAÇÕES E NECESSIDADES DA CD, STF E PR	22
AS PARCERIAS – OS PODERES DA UNIÃO	22
A BUSCA DO ESPAÇO APROPRIADO	24
METODOLOGIA	27
GT POLICIAMENTO	29
GT TÉCNICO	29
GT ARQUITETURA	31
GT URBANISMO	34
GT JURÍDICO	38
O IBRAM	44
PLANO DE AÇÃO	47
ASPECTO FORMAL	49
EXPOSIÇÃO INAUGURAL	50
SOBRE O TEMA	50
SOBRE O MÉRITO DA EXPOSIÇÃO INAUGURAL	50
PLANEJAMENTO VISUAL	54
PROPOSTA CURATORIAL	61
INTRODUÇÃO	63
CONSTRUÇÃO REPUBLICANA	63
CONCEITO DE REPÚBLICA	63
CONDUÇÃO DA PROPOSTA EXPOGRÁFICA	64
PONTO DE PARTIDA: BALANÇO DO IMPÉRIO	66
ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA	70
CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA	74
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	74
AVANÇO ECONÔMICO E MUDANÇA SOCIAL	74
DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA	76
ESTRUTURAÇÃO DOS PODERES	78
FEDERALISMO	82
CONCLUSÕES	91

SUMÁRIO

Modelagem 3D do antigo clube do Servidor Federal, futuras instalações do CCPU.



CENTRO CULTURAL DOS PODERES DA UNIÃO

MISSÃO

Preservar, pesquisar e difundir a memória dos Poderes da União de forma integrada, por meio de ações culturais que contribuam para a promoção da cidadania e o fortalecimento das instituições democráticas junto à sociedade.

VISÃO

Ser reconhecido como instituição cultural capaz de aproximar a sociedade aos Poderes da União, por meio da memória, da reflexão e da difusão do conhecimento.

VALORES

- Excelência dos serviços prestados;
- Gestão transparente;
- Cooperação;
- Multidisciplinaridade de saberes;
- Respeito à democracia e à cidadania;
- Ética;
- Responsabilidade social;
- Respeito à diversidade cultural;
- Acessibilidade universal;
- Eficiência no emprego de recursos.



José Ferreira. Palácio Monroe. 1974. Óleo sobre tela. 56 x 76 cm. Acervo do Museu do Senado.

APRESENTAÇÃO

A Alta Administração do Senado Federal tem mantido o foco em princípios de grande valor. Eficiência, preservação da memória, otimização de recursos, transparência, inclusão e produtividade, entre outros, são termos frequentemente usados no norteamento e nas justificativas dos desafios que somos constantemente chamados a assumir.

Cumprir roteiros e obrigações cujos propósitos são claros e aderentes aos nossos próprios valores traz a saudável sensação de responsabilidade e pertencimento. Esse sentimento vem contagiando vários servidores do Senado, da Câmara, do Supremo Tribunal Federal, da Presidência da República e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), provocando a aglutinação multidisciplinar e voluntária de diversos profissionais na incansável busca por soluções para a consolidação de um grande projeto.

Com efeito, zelar pelo patrimônio histórico da Nação é obrigação de qualquer cidadão. Colaborar na criação do Centro Cultural dos Poderes da União (CCPU) é uma oportunidade especialmente gratificante que muito honra todos os participantes. Qualquer um que se disponha a lançar um olhar holístico para essa iniciativa ampliará seu espectro mental antevendo perspectivas de análise e de compreensão da história cívico-política do Brasil. Estamos construindo algo que vai além das nossas atribuições funcionais formalmente pactuadas, e o resultado a médio e longo prazos será claramente percebido: um legado robusto ao patrimônio cultural dos Poderes da União, promotor de cidadania e de fortalecimento de nossa república e de nossa democracia.

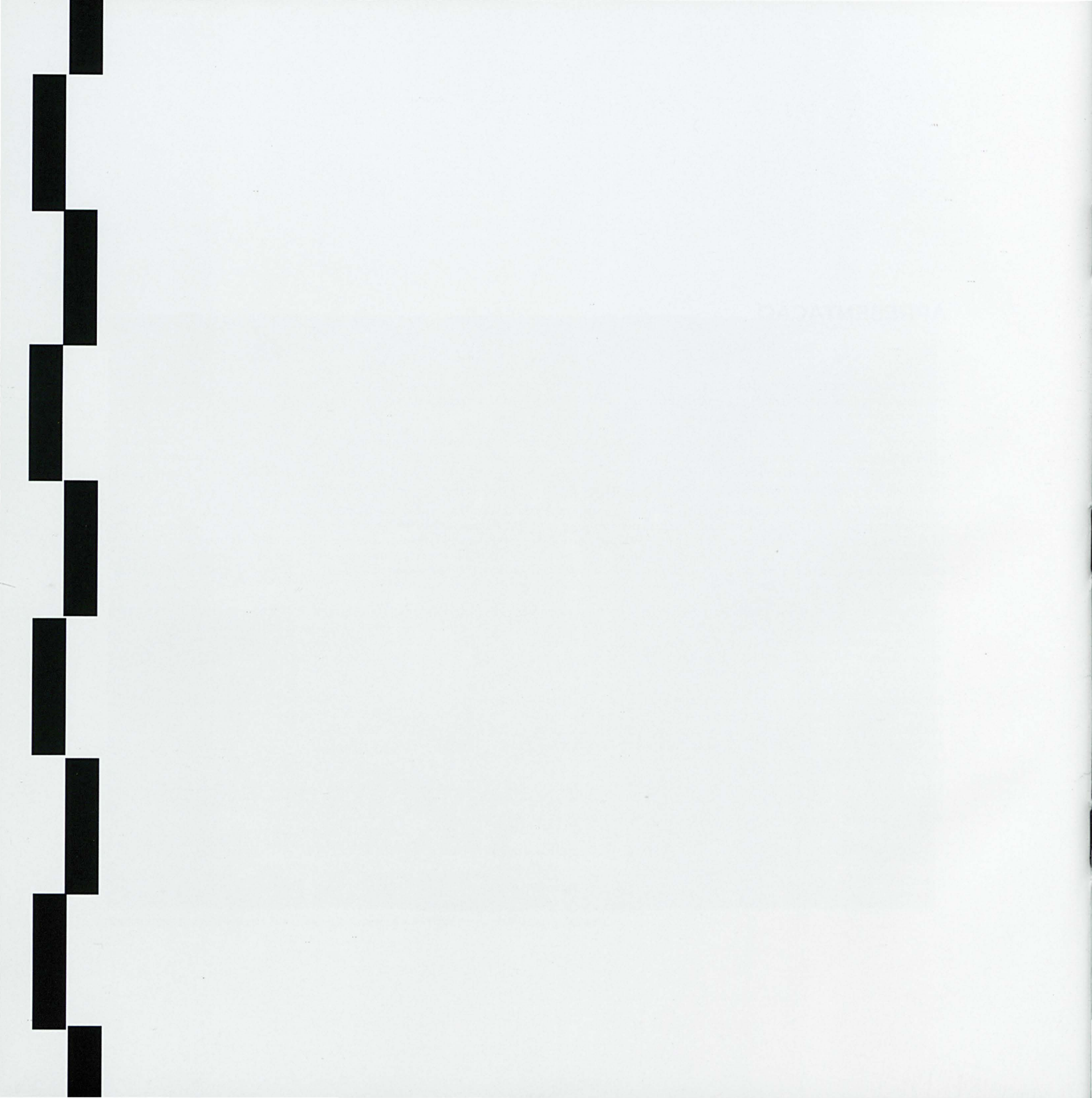
Conseguir convergência de memória entre órgãos de cúpula de Poderes independentes e harmônicos – cada um deles com o seu quinhão cívico, político-administrativo e histórico; cada um deles detentor de dados, de informações importantes, autênticas e íntegras –, cujo alinhamento concatenado proporciona um novo repositório de dados públicos riquíssimo, assegurará, incontestavelmente, um manancial fértil de pesquisas e um ambiente propício para formulação de novos rumos para a nossa república, o que representa a obtenção de um proveito interinstitucional e social extraordinário.

Estamos planejando construir e entregar à população um grande projeto de cidadania, fomentador de consciência e de entendimento crítico, formador de opinião. Visitar o CCPU será revisitar nossa própria história como Nação, na medida em que os cidadãos vão defrontar-se com a memória institucional dos Poderes constituídos, o que lhes vai pôr à mão motivações contraditórias sendo debatidas, análises dos contextos dessas discussões e decisões, e ainda os resultados na vida do povo brasileiro. O que é isso senão a valorização da democracia?

O material que temos a honra de aqui apresentar traz um retrospecto dos passos e conquistas já alcançadas, ao tempo que revela o mérito da criação do CCPU e os desafios que precisam ser arrostados para o efetivo sucesso. Todo grande projeto demanda grandes esforços e ainda há muito a avançar. Os leitores estão convidados a participar e protagonizar esta jornada.

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal



HISTÓRICO



Assinado o termo de cooperação para criar o Centro Cultural dos Poderes da República. Fotografia: Jane Araújo (Agência Senado).

Em quase 200 anos de existência, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Presidência da República e o Supremo Tribunal Federal traçam cotidianamente os destinos do Brasil. Independentes desde a gênese, os Poderes da União são, cada um a sua maneira, autores das decisões que norteiam os destinos de mais de 200 milhões de brasileiros.

Em dezembro de 2018, os Presidentes dessas instituições, a cúpula dirigente dos três Poderes da União, associados ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), reuniram-se na solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação para a criação do Centro Cultural dos Poderes da União.

A solenidade teve por objetivo selar uma aliança para a criação de um empreendimento interinstitucional num amplo *campus*, voltado para a pesquisa e para a apresentação da história dos

órgãos de cúpula da União. Uma grande área pública, destinada à permuta produtiva de experiências de gestão museológica, devidamente equipada e ambientada entre jardins e espaços de convivência. Num mesmo local de convergência, acervos e legados serão dispostos e apresentados ao público; pesquisas e estudos serão promovidos; exposições temáticas serão planejadas. Tudo interligado num projeto pedagógico convergente, de caráter museológico e capaz de fortalecer os conceitos de cidadania e democracia.

O CCPU nasceu de uma iniciativa proposta pelo Senado e ficará a serviço de todos os cossignatários do acordo de cooperação. Está sendo concebido por meio de reuniões e de oficinas conduzidas pelo IBRAM, na posição de mediador dos interesses e necessidades das Casas fundadoras.

EUNÍCIO ASSINA TERMO QUE CRIA O CENTRO CULTURAL DOS PODERES DA REPÚBLICA

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou nessa quinta-feira (13) de cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação para a criação do Centro Cultural dos Poderes da República, realizada no gabinete da Presidência do Senado.

Além de Eunício, assinaram o convênio o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli; o ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, ministro Ronaldo Fonseca, representando o presidente da República, Michel Temer; o deputado Cleber Verde (PRB-MA), representando o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; e a presidente substituta do Instituto Brasileiro de Museus, Eneida Braga Rocha de Lemos.

Em discurso, Eunício lembrou o incêndio que destruiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 2018, e destacou a alegria que sentiu ao saber que a Lei Áurea original, assinada pela princesa Isabel para a libertação dos escravos, estava no Senado Federal totalmente preservada, ao contrário das notícias divulgadas pela imprensa, que alegavam que o documento havia sido consumido pelo fogo.

O senador ressaltou também a importância da cooperação, da harmonia e da independência entre os três poderes da República para a preservação da cultura nacional.

— A assinatura desse convênio, com absoluta certeza, vai entrar para a história como a junção dos Três Poderes da República na defesa da cultura nacional. Que esse empreendimento sirva de lição para que os brasileiros possam preservar tudo aquilo que for do interesse da nossa história, do nosso Brasil. — declarou Eunício.

Falando em nome do Executivo, Ronaldo Fonseca destacou que o Centro Cultural vai “enaltecer a nossa cidadania e a nossa democracia”.

— Nós sabemos que uma nação se torna maior ainda e mais relevante, quando ela registra, preserva, conta e aprende com a sua história — disse.

REVITALIZAÇÃO

O Centro Cultural ainda vai recuperar uma área que está totalmente degradada pelo tempo e pelo vandalismo, onde funcionava o antigo Clube dos Servidores. O terreno de 80 mil metros quadrados foi cedido pela Secretaria de Patrimônio da União ao Senado Federal.

— A população de Brasília deve se perguntar há muito tempo, e não só de Brasília, os que passam ali, que destinação seria dada a esse belíssimo clube. Agora saberão que o clube poderá ser frequentado por qualquer cidadão, qualquer um que terá oportunidade de visitar mostras culturais e conhecer parte desse importante acervo cultural dos Três Poderes. — disse Dias Toffoli, representando o Judiciário.

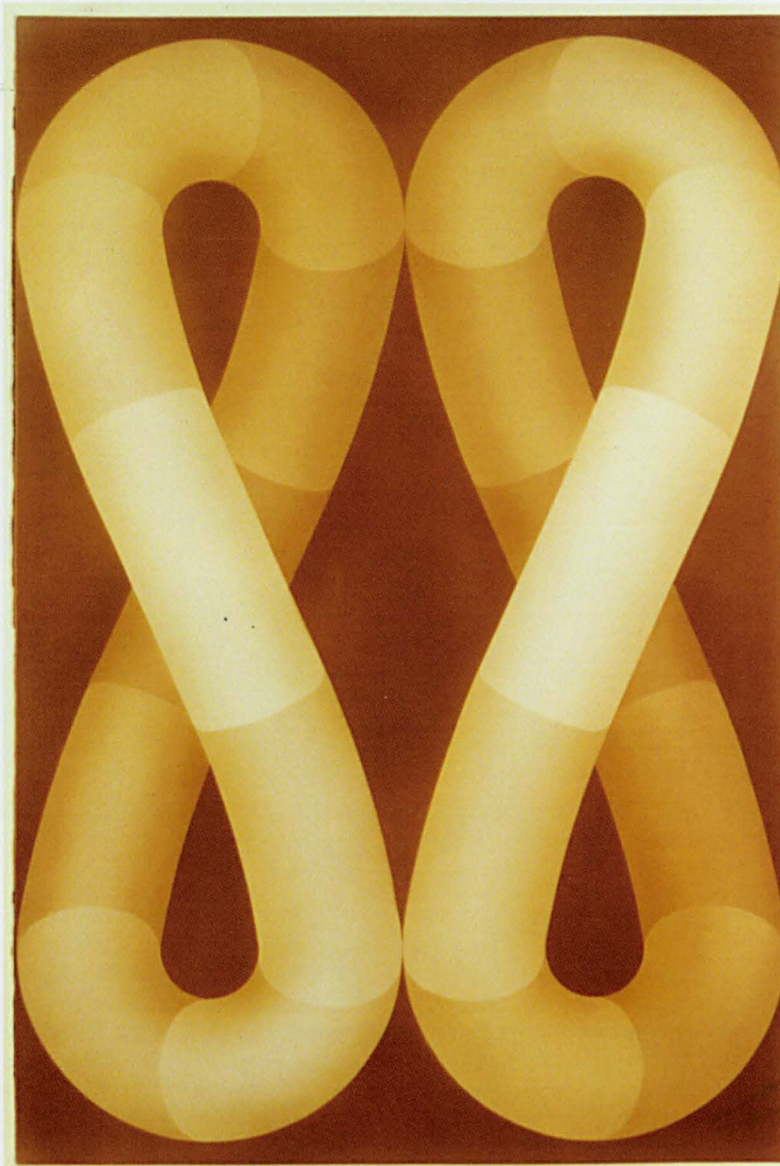
MOTIVAÇÃO

A história dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiros vem sendo contada pela mídia. Emissoras de TV, jornais, revistas e mídias eletrônicas assumiram o controle dessa narrativa, impregnada pelo viés mercadológico, cuja tônica de eficiência é vender matéria sob a ótica do sensacionalismo. Essa abordagem parcial atende fundamentalmente aos interesses das empresas de comunicação.

Mas quem foram, de fato, os personagens protagonistas da história do nosso país? Quais foram seus feitos, quais impactos foram causados na economia, nos costumes, nos sucessos e frustrações da trajetória nacional?

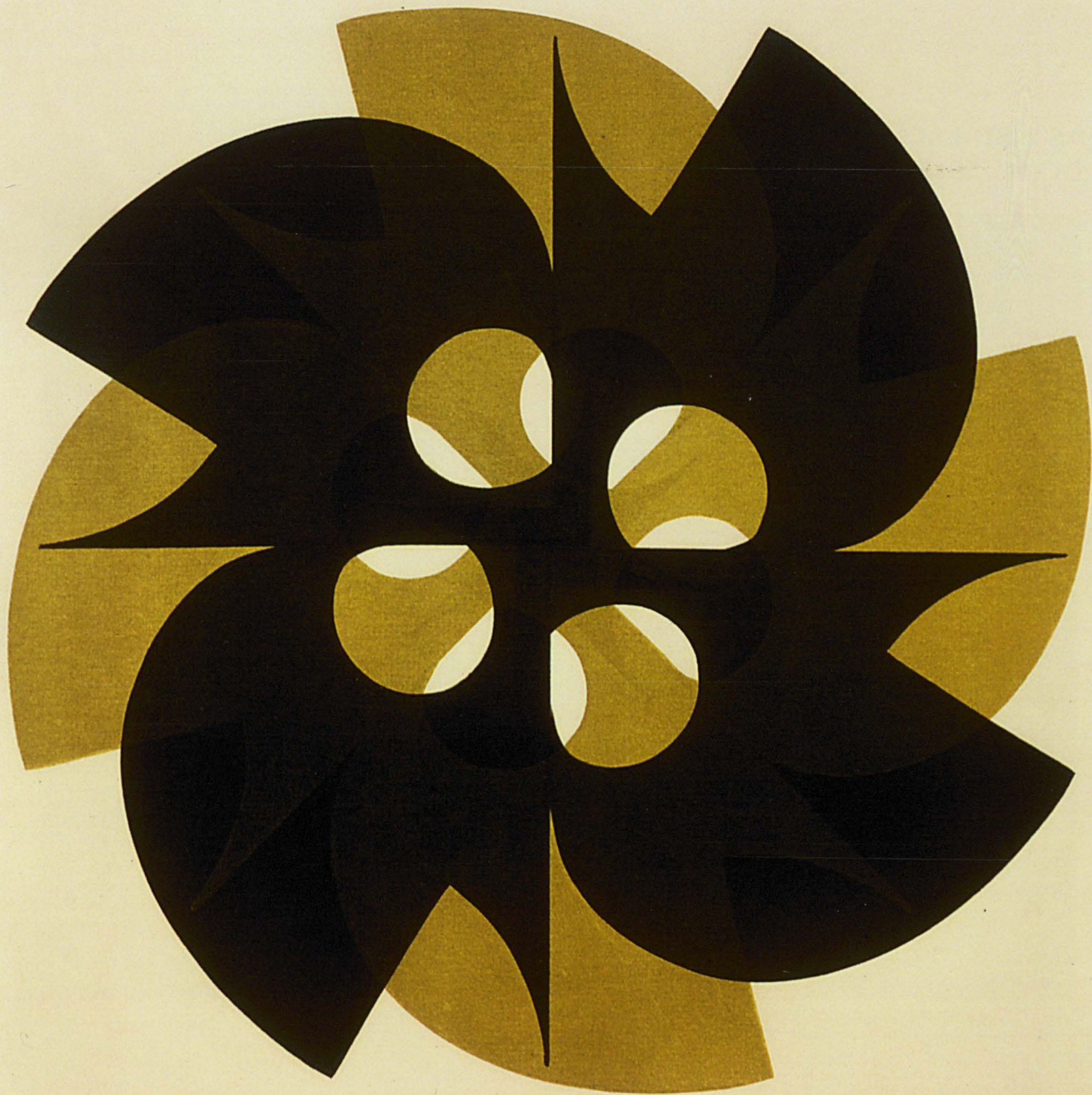
Uma narrativa histórica deve buscar isenção no estabelecimento de juízo de valor, com a apresentação de eventos de relevo e com a sua interpretação balizada em documentos e em depoimentos fidedignos ou, na pior das hipóteses, consideráveis por meio de indícios dignos de menção. Cabe aos museus históricos a investigação dos aspectos motivadores desses eventos de relevo para a proposição de exposições, nas quais ganha espaço a posição das diversas correntes de pensamento acerca de um dado tema, num determinado tempo. As argumentações dos diferentes líderes e de seus diferentes pontos de vista são confrontadas. Dessarte revela-se a aproximação possível entre correntes de pensamento contraditórias naquele momento e os consequentes impactos dessas decisões na cultura, na economia e na sociedade.

Visando corrigir a percepção frequentemente superficial e distorcida sobre a sua imagem e a sua história, o Senado Federal buscou alternativas para reposicionar física e estruturalmente o seu Museu. Nesse percurso, deparou com a seguinte serendipidade: a Secretaria de Patrimônio da União ofertou instalações físicas muito amplas, suficientes para a acomodação de uma proposta muito mais abrangente que aquela concebida originalmente, que era apenas o Museu do Senado. Dada a amplitude dessa área, o projeto poderia alargar o seu escopo, permitindo a criação do CCPU, um centro de pesquisa e apresentação da história do país, convergindo para o mesmo local o espaço narrativo da trajetória dos três Poderes do ente federativo.



Savério Castellano. Duplo Infinitésimo. 1972.
Aerografia. 105 x 69 cm. Acervo do Museu do Senado.

Odetto Guersoni. Formas justapostas. 1971.
Serigrafia. 78 x 63 cm. Acervo do Museu do Senado.



AS INSTALAÇÕES E NECESSIDADES DO MUSEU DO SENADO

O Museu Histórico do Senado foi criado em 1991 e está ligado à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGI-DOC), da qual também fazem parte as Coordenações de Biblioteca e Arquivo. Essas, bem mais longevas, nasceram juntas com o Senado em 1826.

Na época em que Oscar Niemeyer projetou o Palácio do Congresso Nacional em Brasília, reservou espaços para as já existentes Coordenações de Biblioteca e Arquivo; todavia, não lhe foi requerida nenhuma previsão de espaço físico para o Museu.

O Museu está provisoriamente instalado no Salão Nobre, uma área destacada no Edifício Principal com 300 metros quadrados, cuja vocação regimental é voltada para atividades políticas do tipo recepção de um Chefe de Estado, assinatura de convênios, etc. As atividades do Museu, sejam os projetos expositivos ou sejam os pedagógicos, concorrem em desvantagem com a agenda política que está claramente descrita e aderente à atividade-fim do Poder Legislativo. Com frequência o Museu se vê obrigado a interromper seu atendimento ao público por conta desses eventos, estabelecidos pela Presidência da Casa. O cidadão se sente frustrado quando programa sua visita e se vê impedido de realizá-la, qualquer que sejam as razões do impedimento. A imagem institucional, achacada pela imprensa, torna-se ainda pior. Por esses motivos é impossível realizar uma exposição mais robusta naquele espaço, ante a hipótese de desmontá-la às pressas ao concorrer com tal agenda.

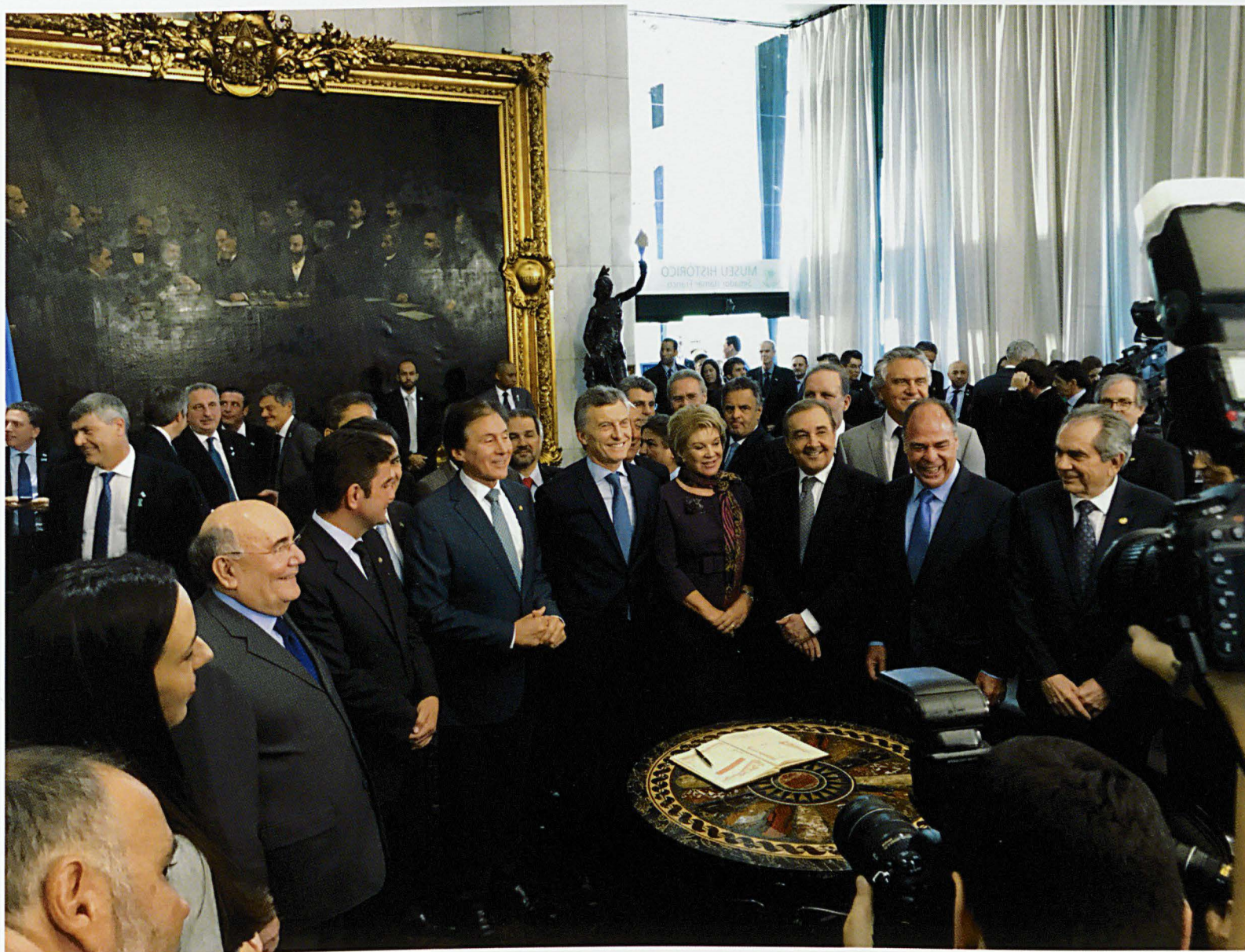
Ainda assim, o Programa de Visitação do Senado recebe uma média anual de 150 mil visitantes. Esse número expressivo permite a clara constatação de quanto interesse o Parlamento Federal desperta entre os cidadãos. Revela também quão carente

é a população brasileira, no que atina à compreensão sobre o funcionamento e especificidades dos Poderes da República e, especialmente, sobre as suas prerrogativas e missões institucionais. Além disso, reconhecidamente, ao visitar o Congresso Nacional, o cidadão sai invariável e positivamente transformado, com sensação de pertencimento e uma noção mais ampla da importância e da imprescindibilidade do Poder Legislativo para a sociedade como um todo.

Com efeito, o cidadão brasileiro médio ainda precisa aprender que o Poder Legislativo não representa um empecilho à governabilidade. Esse aprendizado é fundamental para que compreenda que a rotina de funcionamento do Parlamento, marcada pela heterogeneidade de perfis políticos e étnicos dos parlamentares e pelo debate permanente decorrente de confrontos ideológicos, é fruto de sua representação da nossa população multifacetada e de nossa federação plena de disparidades regionais de toda ordem. Esse cenário diversificado de representação política não é apenas salutar mas também vital para a sedimentação do sistema democrático no Brasil.

O Acervo gerenciado pelo Museu do Senado está na ordem de 2,5 mil peças, entre obras de arte, mobiliário histórico, objetos de *design*, painéis, legados, etc. A maior parte do acervo artístico está em uso, decorando o Palácio, distribuída entre alas, salões e corredores, gabinetes parlamentares e secretarias administrativas. Apenas uma pequena parte está realmente no Museu.

Adicionalmente ao espaço de exposições, o Museu do Senado não possui espaço para laboratórios de conservação e restauração e tem instalações administrativas diminutas, que funcionam no mesmo espaço da Reserva Técnica, igualmente insuficiente.



O Museu do Senado atualmente se encontra no Salão Nobre, dividindo o espaço com a agenda da Casa.



Djanira. Sertaneja do Maranhão. 1971.
Óleo sobre tela. 80 x 64 cm. Acervo do Museu do Senado.



Carl Brussel. Bahia. 1979. Óleo sobre tela. 74 x 60 cm.
Acervo do Museu do Senado.

AS INSTALAÇÕES E NECESSIDADES DA CD, STF E PR

As instituições partícipes possuem acervos semelhantes em tipologia. A complementariedade existente entre eles enriquecerá sobremaneira a qualidade das narrativas expográficas, possibilitando uma multiplicidade de ações museológicas.

Em termos de estrutura física, SF, CD, STF e PR têm suas próprias necessidades de espaço. Alguns não possuem nenhum tipo de instalação física específica para Museus, alguns ocupam espaços improvisados, como é o caso do Senado. Alguns possuem, na estrutura administrativa, unidade voltada para conservação e restauração, outros nem isso. No geral as instituições compartilham muitos dos mesmos anseios e necessidades no que tange às questões museológicas.

O Museu do STF, atualmente denominado Gestão e Difusão de Acervo Histórico-Cultural (GDAHC), foi inaugurado em 18 de setembro de 1978, data comemorativa dos 150 anos da Corte, na gestão do Presidente Thompson Flores. Foi e permanece instalado no Edifício Sede do STF, 2º andar, e várias obras estão espalhadas pelo espaço do Tribunal.

A Gestão e Difusão de Acervo Histórico-Cultural do STF é responsável pela guarda e conservação dos bens histórico-culturais, bem como pelo resgate e pela comunicação da História da Suprema Corte, suas antigas sedes e seus Ministros. Podemos destacar: resgate da história, atendimento a pesquisas, apoio a montagem de exposições temáticas e gerenciamento de acervo. É composto por condecorações, documentos e móveis históricos, fotografias e objetos museológicos: presentes protocolares, tapeçarias, vestimentas, objetos de uso pessoal de Ministros e obras de arte. Muitas compunham a antiga sede do STF no Rio de Janeiro. Hoje essas peças passam por processos de restauração e intensos cuidados de conservação periódica. Cada item do acervo conta uma história relacionada ao STF. O trabalho consiste em coletar informações minuciosas dessas peças como uma maneira de preservar a história desse Tribunal.

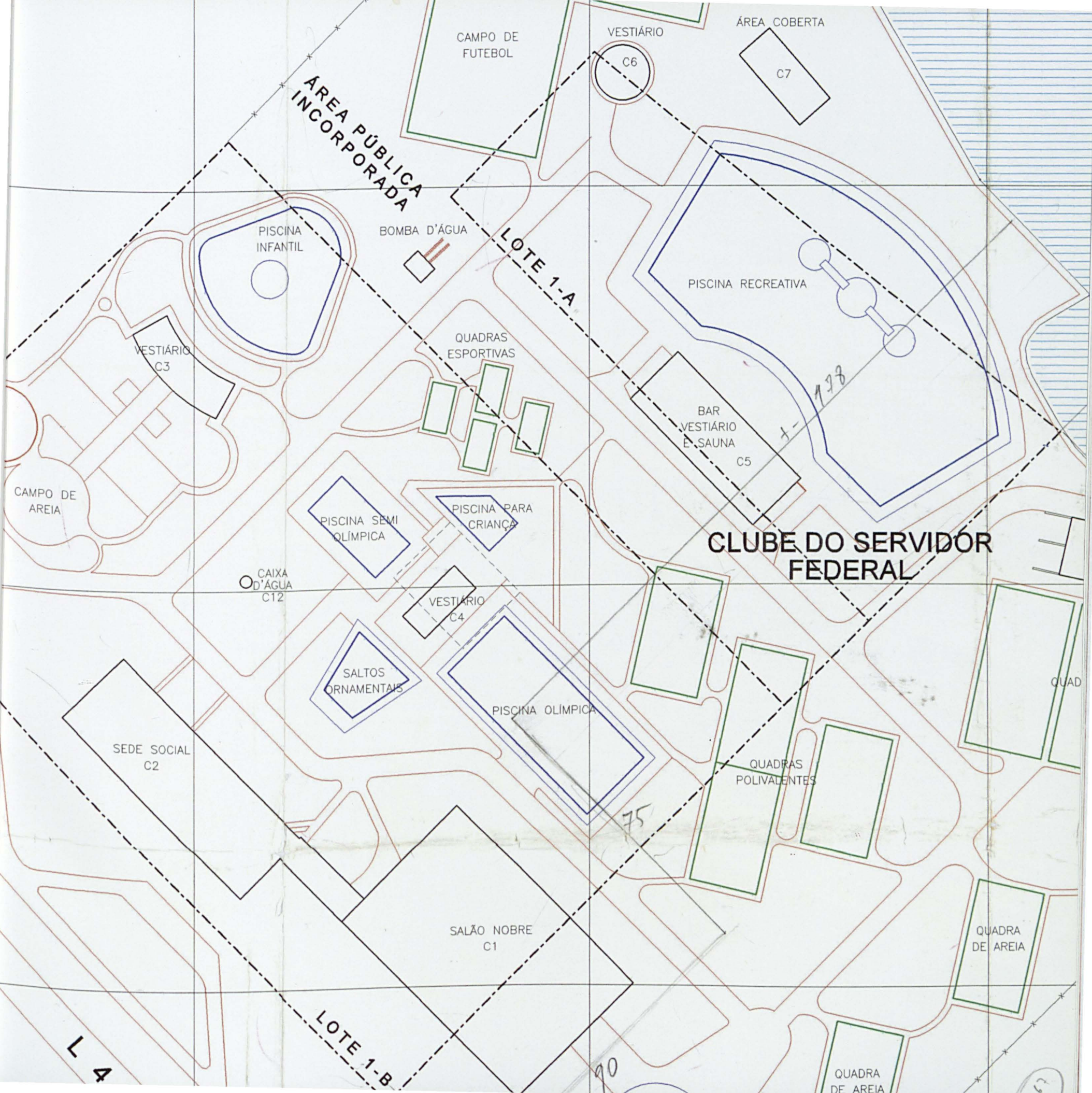
O Surgimento do CCPU, portanto, configura uma excelente oportunidade para eliminar essa defasagem estrutural, dotando as instituições fundadoras de amplos espaços para laboratórios de conservação, pesquisa, reuniões, exposições, áreas de convivência, etc.

AS PARCERIAS: OS PODERES DA UNIÃO

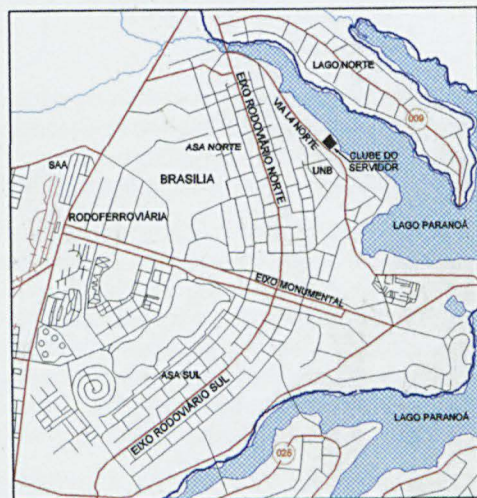
Diante da magnitude da incorporação, o Senado Federal ofereceu à Câmara dos Deputados a oportunidade de compartilhar o espaço, criando o Museu do Congresso. A proposta foi bem recebida, despertando igual interesse no Supremo Tribunal Federal e na Presidência da República, por perceberem a agenda positiva que pode ser gerada com uma entidade nova, vocacionada para contar a história das instituições partícipes; equipada e preparada para conservação de acervos; conectada e lastreada com dados e informações para se tornar um centro de pesquisa, capaz de produzir análise do passado e do presente, com prospecção do futuro. Um ambiente para o cidadão e a serviço dos Poderes Públicos.



Athos Bulcão. Ventania. 1971. Pintura em azulejo.
Acervo do Palácio do Congresso Nacional.



PLANTA DE SITUAÇÃO



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DF

**CLUBE DO SERVIDOR FEDERAL
LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO E CADASTRAL**

PROCESSO:	SUPERVISÃO:
DATA: DEZEMBRO / 1999	GERENTE DE PATRIMÔNIO DF:
RESPONSÁVEL TÉCNICO: <i>Borges</i>	HÉLIO BRUNO SOBRINHO - ART. CREA RJ 19627/D

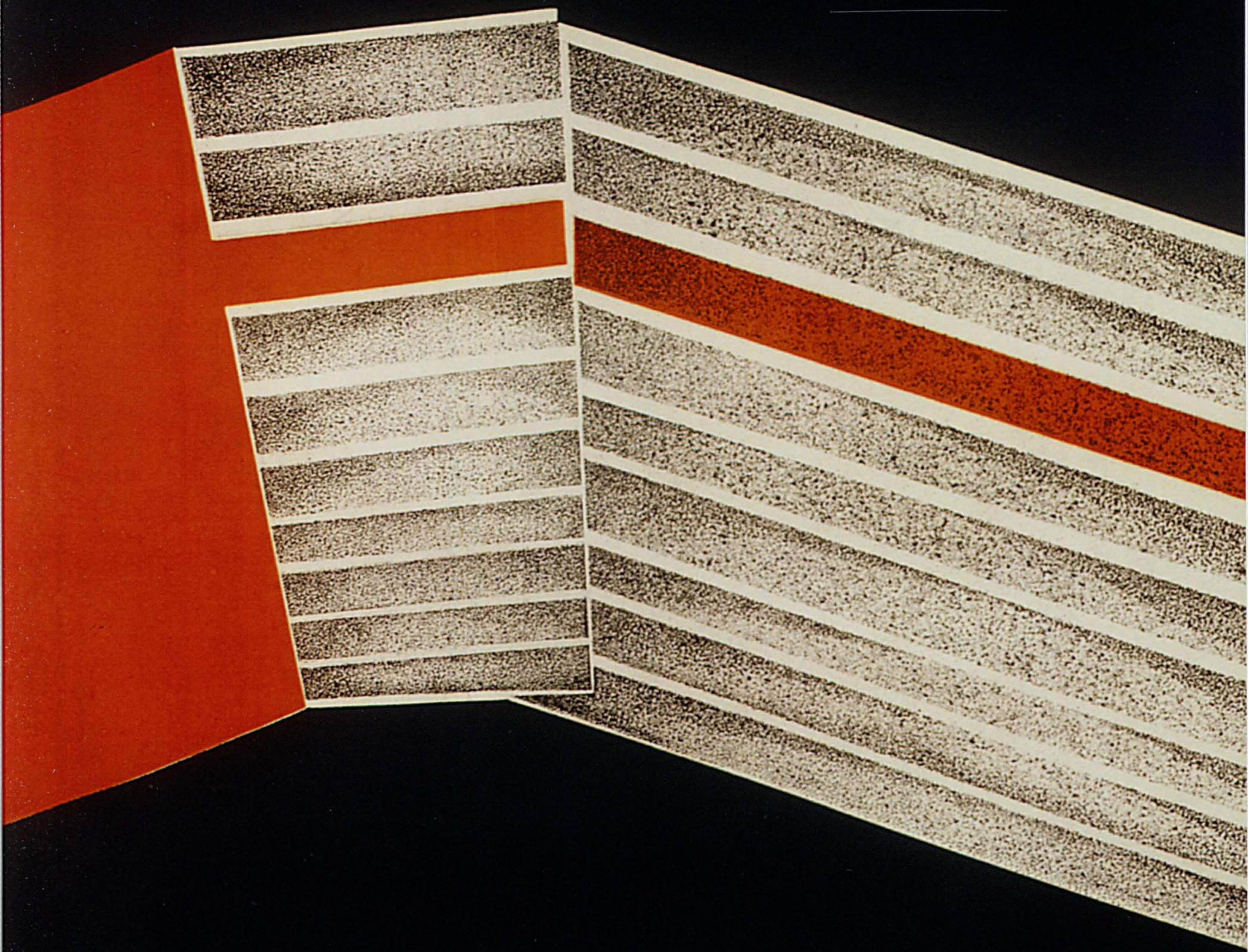
A BUSCA DO ESPAÇO APROPRIADO

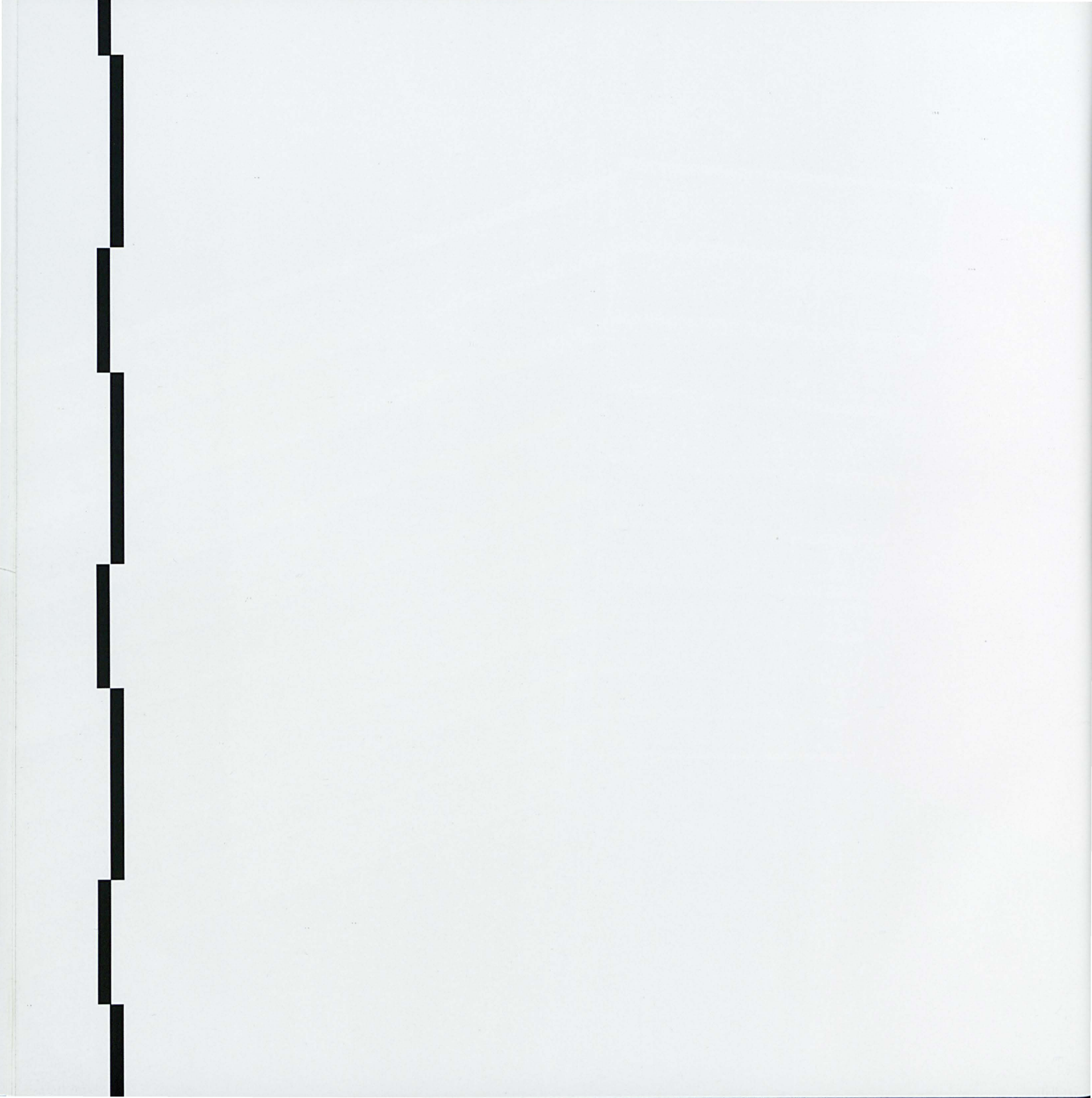
Autorizado pela Diretoria-Geral do Senado, a equipe do Museu passou a pesquisar espaços alternativos que pudessem contemplar as necessidades do Museu: abrigar exposições permanentes e temporárias, laboratórios de conservação e restauração, e formulação de programas pedagógicos voltados para a consolidação do conceito de cidadania, tema cujos princípios a maioria da população brasileira mal conhece. Foram aventadas e analisadas várias possibilidades, entre elas: Agência do Banco do Brasil no Congresso, edificação no gramado frontal do Palácio, edificação proposta por Niemeyer na Praça dos Três Poderes, Museu de Arte de Brasília (MAB), instalações do antigo Touring Clube, Museu da República, Rodoferroviária, etc.

O estreitamento de relações com o IBRAM se mostrou muito proveitoso e dele resultou a indicação – entre as diversas alternativas buscadas – das antigas instalações do extinto Clube do Servidor, que se encontravam disponíveis.

As negociações prosperaram e a Secretaria de Patrimônio da União repassou ao Senado o terreno de 80 mil metros quadrados, dentro do Plano Piloto, às margens do Lago Paranoá, com 20 mil metros quadrados de áreas construídas. Esse é o espaço, assistido por transporte público e por amplo estacionamento. Lamentavelmente a situação de abandono deixou um legado de depredações. O local foi vandalizado e dilapidado ao longo dos anos de desamparo, não sendo viável sua ocupação sem antes uma ampla reforma. O processo de ocupação requer planejamento, projetos e a implementação gradual dos equipamentos. Os estragos não diminuem o potencial do lugar, que permanece extraordinário. Nossa tarefa será resgatar aquele patrimônio e devolvê-lo à comunidade.

Tomie Othake. Tarumá (12/30). Serigrafia.
50 x 50 cm. Acervo do Museu do Senado.





METODOLOGIA



A implementação do CCPU requer o envolvimento das quatro Instituições partícipes em várias instâncias de trabalho. Em virtude disso, foram criados Grupos de Trabalho (GTs) específicos para cuidar das diferentes áreas de gestão.

Senado, Câmara, STF e PR indicaram membros para constituir os diferentes grupos, avaliando necessidades e prioridades, ficando assim subdivididas:

GT POLICIAMENTO

Uma vez recebido o imóvel, as Casas partícipes fizeram as vistorias iniciais. As instalações do extinto Clube do Servidor estavam totalmente vandalizadas e depredadas. Todos e quaisquer elementos construtivos que pudessem ser vendidos ou levados já haviam sido furtados. Sinais de acampamentos e eventos clandestinos podiam ser constatados como habituais.

Este GT, constituído pelos agentes policiais das instituições partícipes, solicitou e conseguiu que o Senado criasse um aditivo no contrato de policiamento para monitorar o perímetro e edificações físicas do CCPU, com vigilantes residentes que fazem rondas mantendo a integridade do local. Esta medida permitiu estancar a invasão de meliantes e aventureiros, pichadores, marginais, etc.

Com a ocupação progressiva do local, o redimensionamento dos recursos humanos e a aquisição de equipamentos de vigilância serão gradualmente requeridos.

GT TÉCNICO

As Instituições partícipes contam com estruturas administrativas distintas. Este GT é integrado por membros que representam os Museus ou entidades culturais, ou que lidem com acervos históricos ou artísticos, documentos, etc. pessoas dos setores com vocação de conservação, e, ao mesmo tempo, cientes da acessibilidade responsável como objetivo.

O principal objetivo deste grupo é conceber o CCPU, sua missão, função, forma de gestão e operação, os critérios e condições de aceitação dos projetos e etapas, as necessidades e prioridades, demandando-as aos demais GTs, etc.

Esta composição tem se reunido periodicamente na sede do IBRAM, que assumiu a coordenação e mediação dos trabalhos.

AMBIENTE INTERNO	FORÇAS	FRAQUEZAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Ter um terreno próprio e amplo, versátil e cheio de potencialidades; • Soma de expertises e estruturas organizacionais dos participantes já solidificadas; • Instituições consolidadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura atual degradada; • Falta de orçamento predeterminado; • Indefinição do modelo de gestão; • Desalinhamento das expectativas; • Ausência de padronização dos processos de trabalho entre as instituições.
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade com a UnB; • Localização com via pavimentada, com transporte público/bicicleta; • Apoio e parcerias com gráficas, TVs, rádios, bibliotecas e arquivos das casas de origem; • Parcerias público-privadas; • Crescente interesse da sociedade no funcionamento dos Poderes da União; • Democratização do acesso à história dos Poderes da União; • Necessidade de criar um espaço que conte a história nacional em Brasília; • Cidade é a capital do país. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atual imagem enfraquecida das instituições participantes; • Desconhecimento das potencialidades de um equipamento cultural por parte da sociedade; • PEC do teto dos gastos públicos; • Alternância nos ciclos de gestão das instituições envolvidas; • Alto custo de implementação do projeto.

Resultado da Análise SWOT.



Escadaria em espiral.

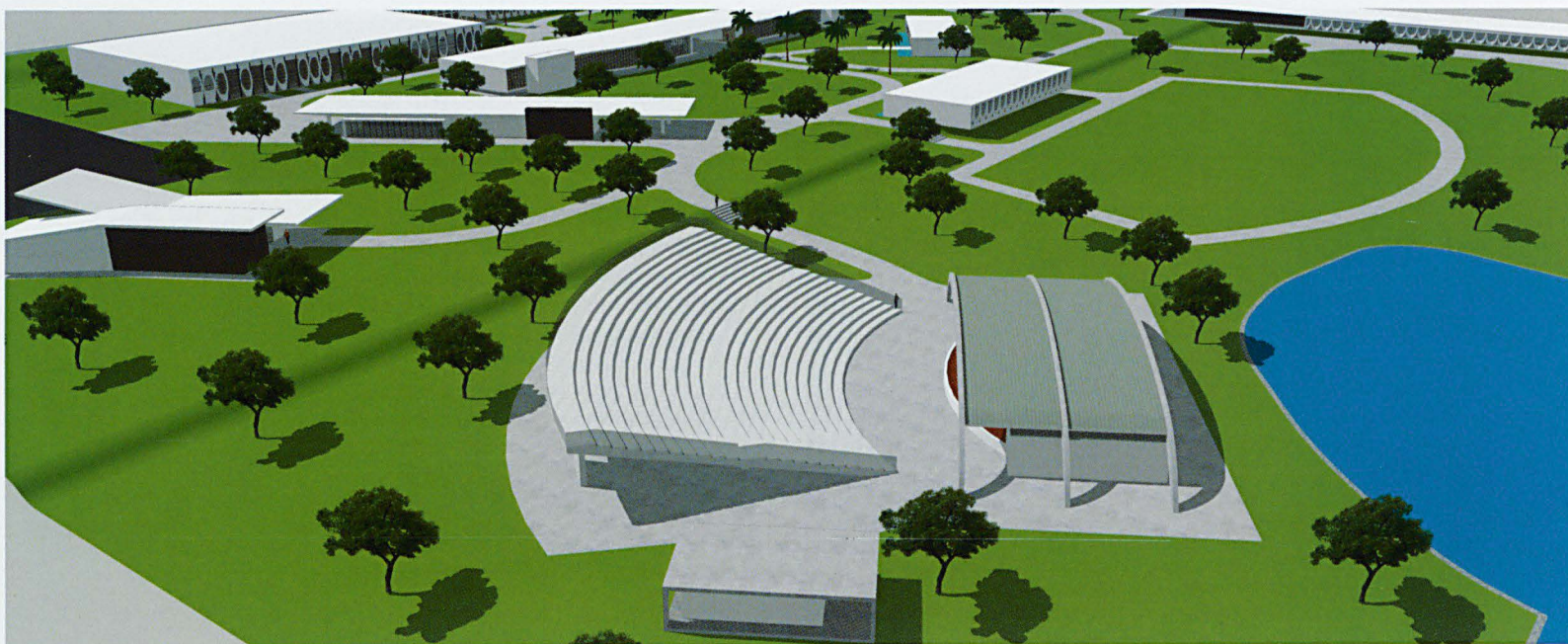
GT ARQUITETURA

Constituído por arquitetos e engenheiros igualmente indicados pelas instituições partícipes, a primeira ação deste GT foi a elaboração de um diagnóstico, constatando a degradação do local. Estruturalmente as instalações do Ed. Principal – Salão de Festas e Alas administrativas – foram consideradas aproveitáveis, carecendo de investimentos aditivos e corretivos, tais como: instalações elétricas e hidráulicas, construção de divisórias, instalação de sistemas de segurança, etc. O laudo está repleto de apontamentos diante do visível estado de depredação do local. O GT providenciou o essencial para dar suporte ao policiamento ostensivo, instalando banheiros e iluminação ainda provisórios. Este conjunto edificado tem área aproximada de 5 mil metros quadrados.

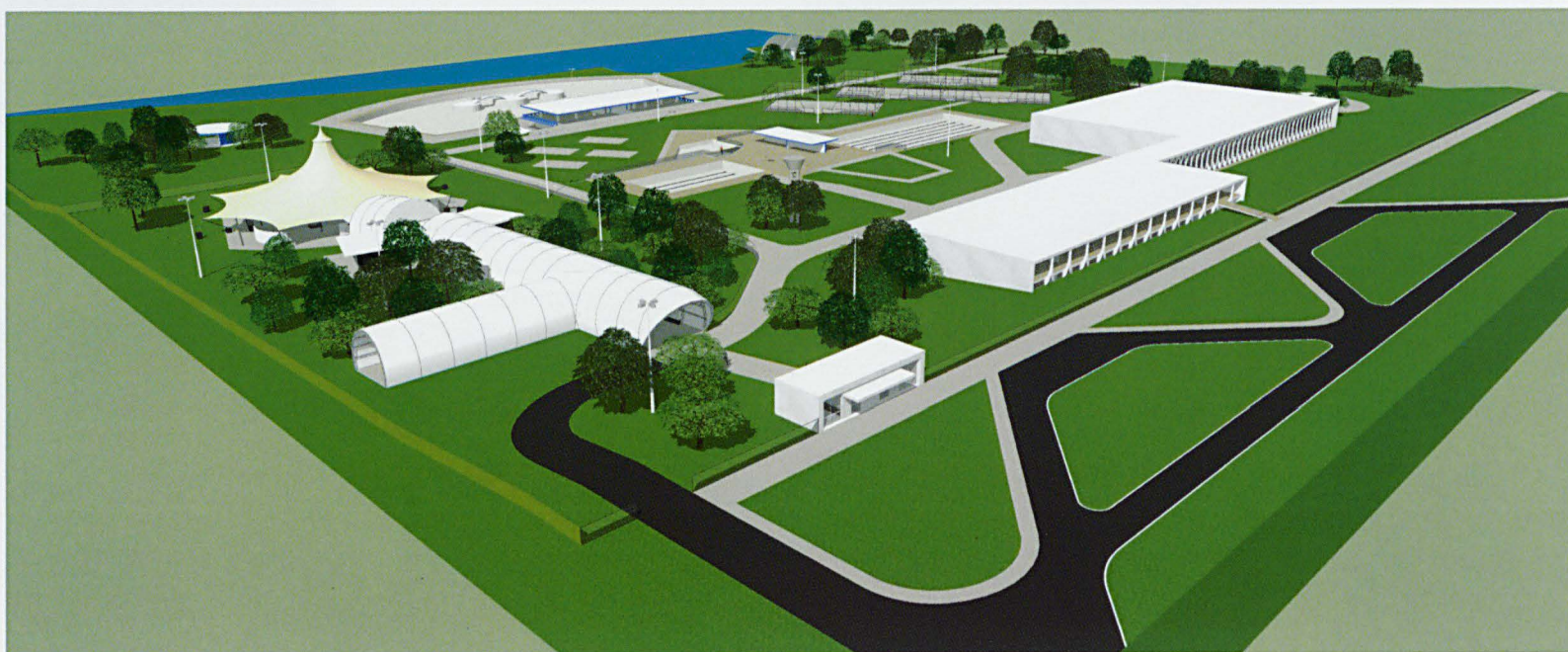
As dimensões avantajadas do espaço e a coparticipação das Casas fundadoras implicam um complexo encadeamento de ações para que projetos e licitações possam ser iniciados, perpassando desde a reposição do telhado furtado e correções para o aproveitamento da estrutura existente, ao atendimento de futuras demandas, com novas instalações e novos equipamentos.

Salvo ações pontuais e emergenciais de pequena monta, este GT carece da definição dos seguintes elementos, sem os quais qualquer planejamento significará retrabalho:

- Definição da identidade jurídica;
- Definição das necessidades do GT Técnico; e
- Estabelecimento de prioridades.



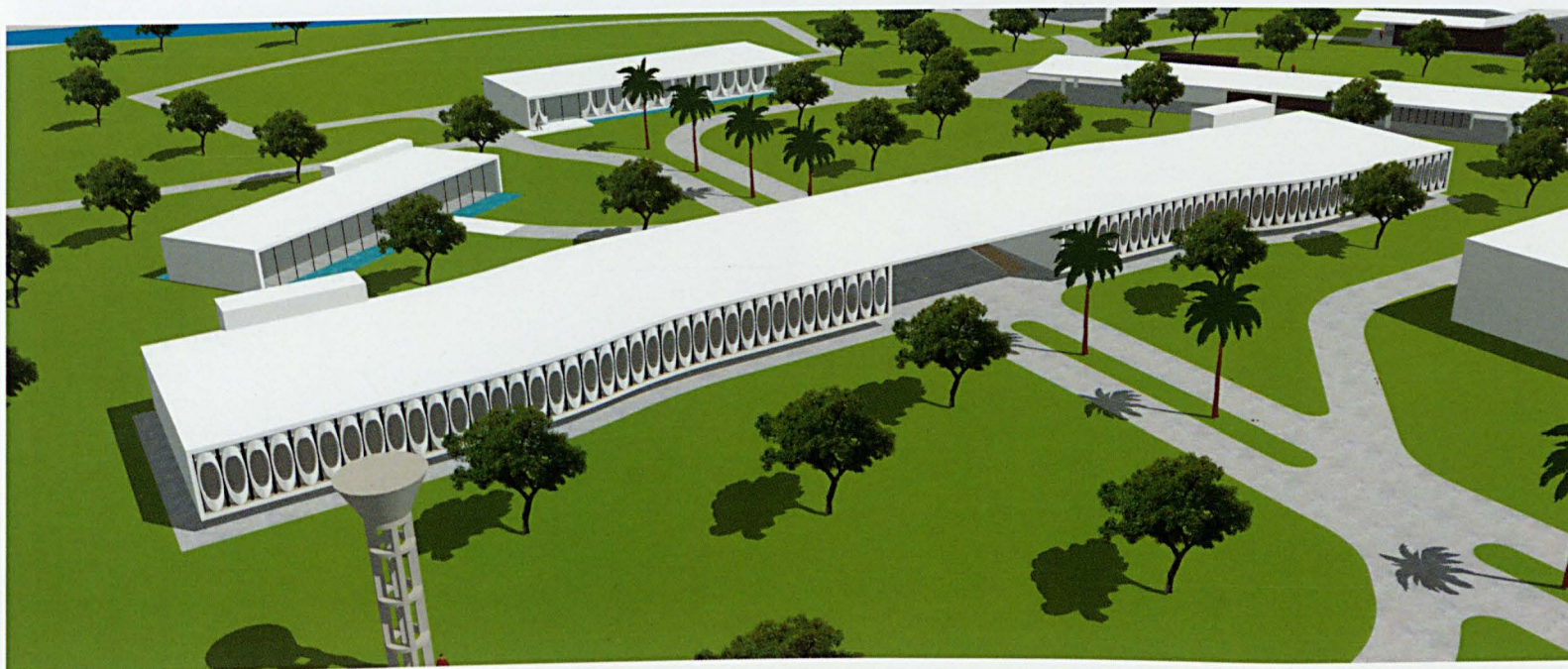
Modelagem 3D das futuras instalações do CCPU. Concha Acústica com vista para o Lago Paranoá. Vista panorâmica superior.



Modelagem 3D das futuras instalações do CCPU. Vista panorâmica superior.



Modelagem 3D das futuras instalações do CCPU. Fachada do Salão. Vista frontal.



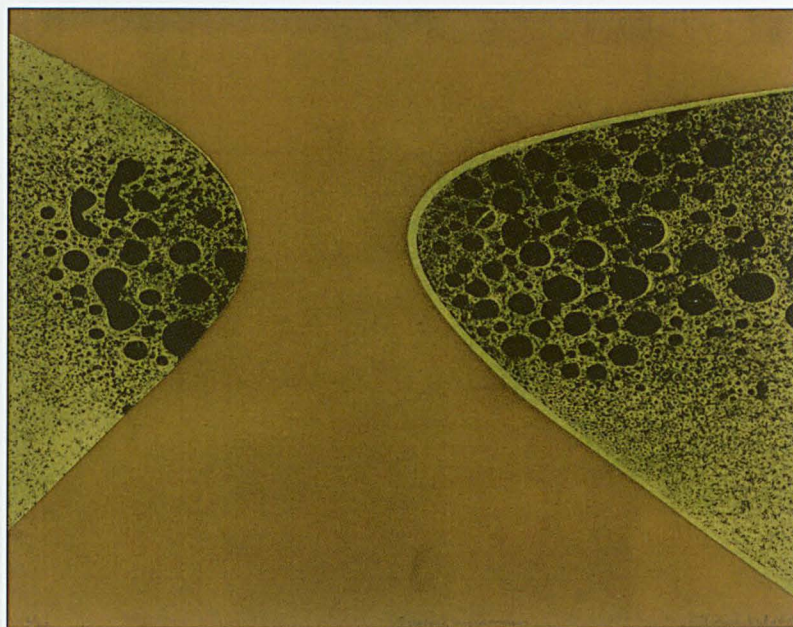
Modelagem 3D das futuras instalações do CCPU. Edifício Principal e demais dependências. Vista panorâmica superior.

GT URBANISMO

Os contratos de jardinagem ainda não receberam aditivos. Poucas ações foram possíveis em decorrência das dimensões da área. Ainda assim, o Senado promoveu a roçagem do mato que crescia vertiginosamente, não na totalidade do perímetro, mas à volta da edificação principal. Essa tem sido uma atividade periódica, contendo o crescimento vertiginoso e revelando potenciais perigos como bueiros sem tampa, buracos, restos de vidros e metais, etc.

Projetos para implementação do paisagismo frontal já foram apresentados, carecendo de recursos básicos, como: mudas, insumos, etc. para serem iniciados.

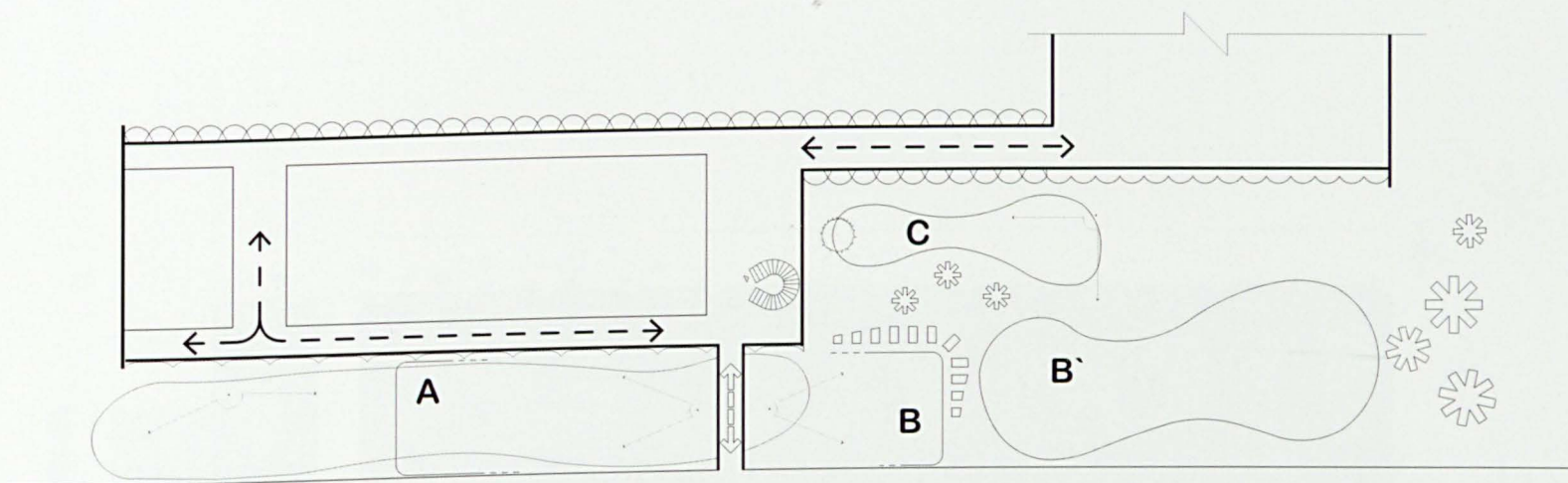
Como alternativa e aproveitamento de oportunidades, o Senado está verificando a viabilidade de trazer para este espaço a "Floresta Olímpica" semeada pelos atletas durante as Olimpíada do Rio de Janeiro e que hoje se encontra em situação crítica de gestão. Tal incorporação requer decisão política, econômica e estudo técnico de viabilidade hídrica, climática, etc.



Tomie Othake. Tuxana das Manaus. 1972.
Caligrafia. 50 x 50 cm. Acervo do Museu do Senado.













Tomie Othake. Visão do medo (2/30).
Serigrafia. 50 x 50 cm. Acervo do Museu do Senado.

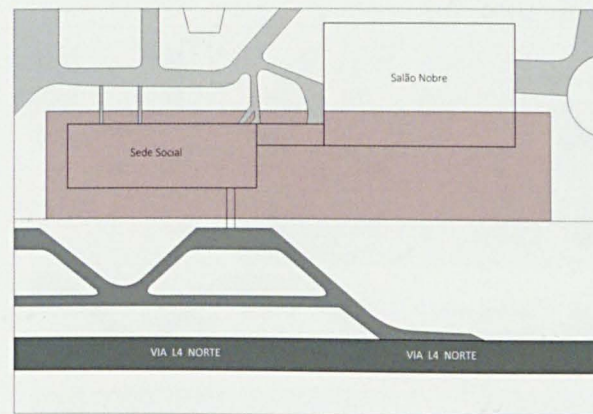


Planta Conceitual - Museu do Congresso

Escala: 1/250 ☒

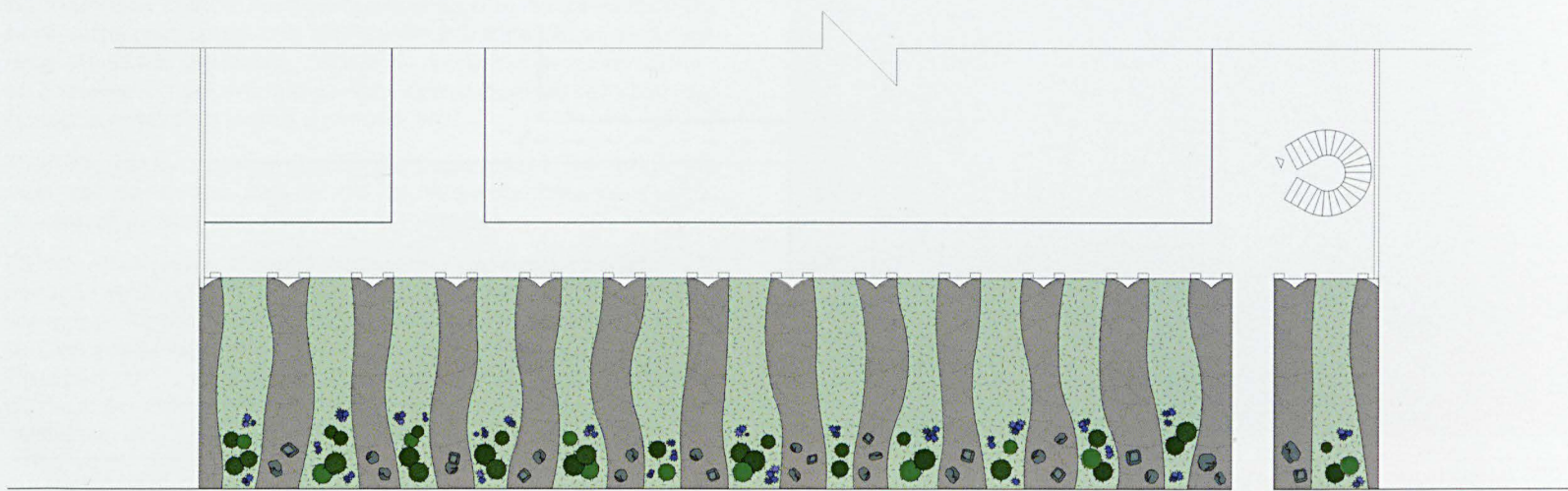
Legenda

	PONTO DE VISTA		PLANTA ADULTA
	FLUXOS		JARDIM INFORMAL
	ESTRUTURA EXISTENTE		JARDIM NATURALISTA
	TALUDE		JARDIM NATURALISTICO BUCOLICO
	PONTO FOCAL		JARDIM FORMAL



MAPA CHAVE

● Área da Planta Conceitual

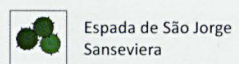


Planta Proposta Paisagística (Área 01)

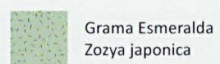
Escala: 1/150

acesso ao edifício

Legenda



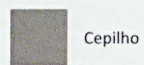
Espada de São Jorge
Sansevieria



Gramma Esmeralda
Zozya japonica



Espada
var. sansevieria



Cepilho



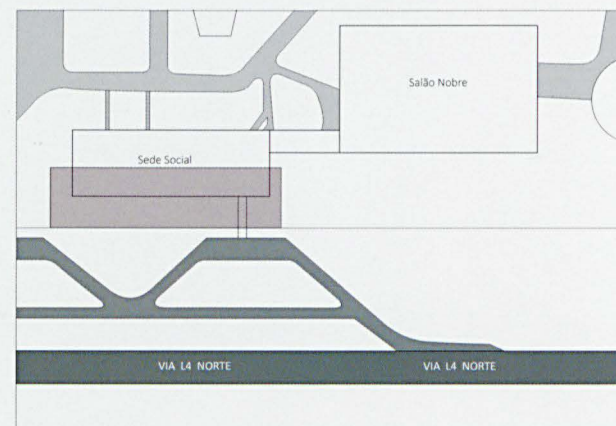
Lambari-roxo
Tradescantia zebrinii



Separador

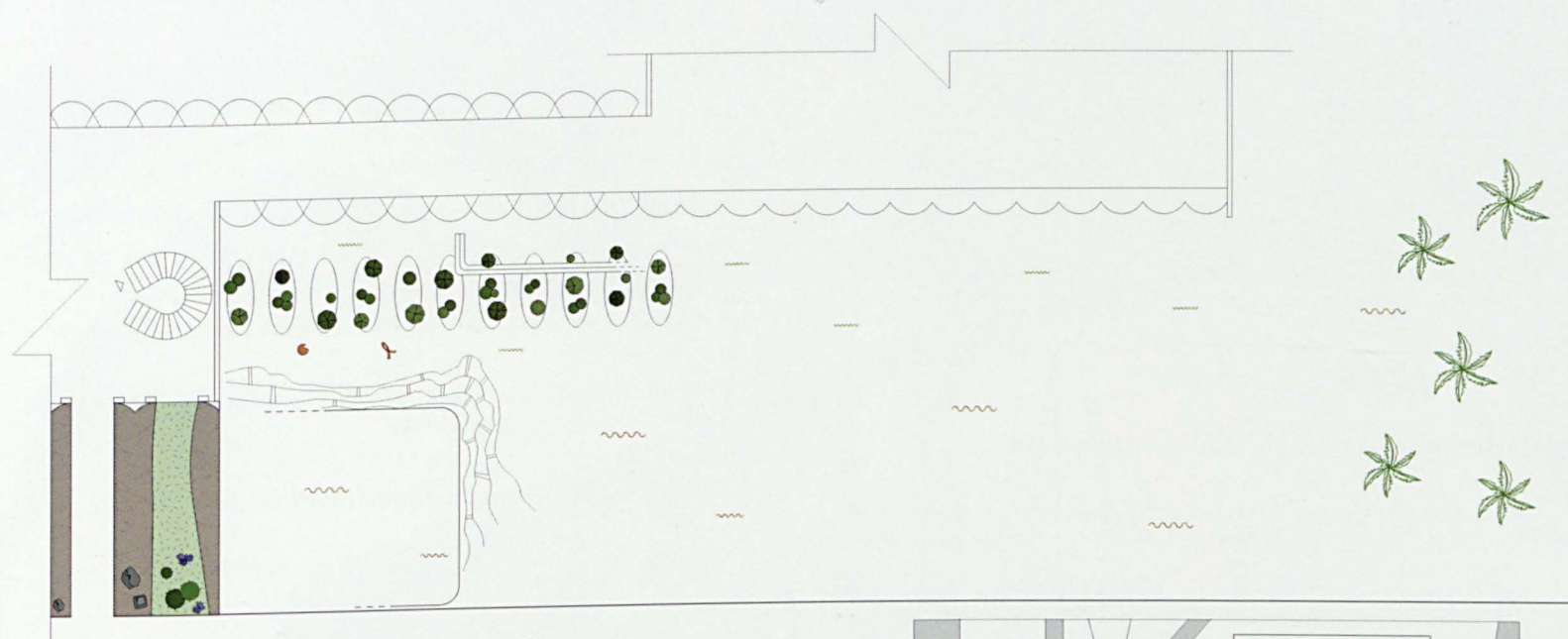


Rochas



MAPA CHAVE

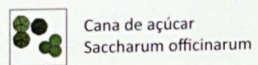
● Planta da Proposta Paisagística - Área 01



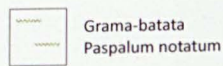
Planta Proposta Paisagística (Área 02)

Escala: 1/150

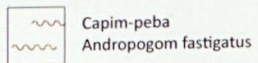
Legenda



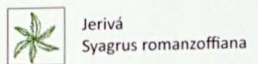
Cana de açúcar
Saccharum officinarum



Gramma-batata
Paspalum notatum



Capim-peba
Andropogon fastigatus



Jerivá
Syagrus romanzoffiana



Canteiros formais



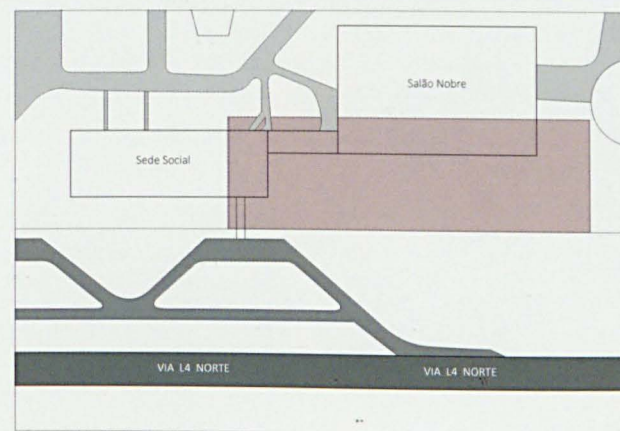
Estrutura existente



Talude



Esculturas



MAPA CHAVE

● Planta da Proposta Paisagística - Área 02

GT JURÍDICO

Seguindo a mesma metodologia dos demais GTs, advogados das diferentes instituições se reúnem para mapear alternativas e apontar a identidade jurídica que melhor contemplará as necessidades do CCPU. As opções trazem, cada uma delas, vantagens e limitações, razão pela qual ainda não foi conseguida uma opinião consensual.

Os principais elementos para proposição da solução são os seguintes:

Regularidade legal

- Documento de adesão das instituições fundadoras, estabelecendo os limites, obrigações e direitos inerentes à parceria
- Estabelecer conformidade entre o uso pretendido pela CCPU e o plano diretor de Brasília

Ligação umbilical com as Instituições partícipes

- O Centro Cultural dos Poderes da União se destina à preservação do Patrimônio Artístico e Histórico das Instituições partícipes
- Se destina à produção de exposições e outras ações que promovam a memória dos Poderes da União, com disseminação de conteúdos históricos que pontuam ou pontuaram a trajetória brasileira
- Se destina a projetos que estimulem a percepção do conceito de cidadania
- Se destina à valorização da democracia
- Se destina à conservação e restauração dos acervos
- Tenha o conselho diretor colegiado nomeado pelos fundadores

Capacidade de sustentação econômica

- Permita a auto sustentabilidade aliviando a carga de aportes por conta das entidades partícipes cujo orçamento estará congelado pelos próximos 20 anos
- Permita a exploração comercial, sem prejuízo aos valores do CCPU
- Permita a captação e gestão de recursos diversos
- Preveja o uso de energias limpas e recursos renováveis

Capacidade de interação com a sociedade

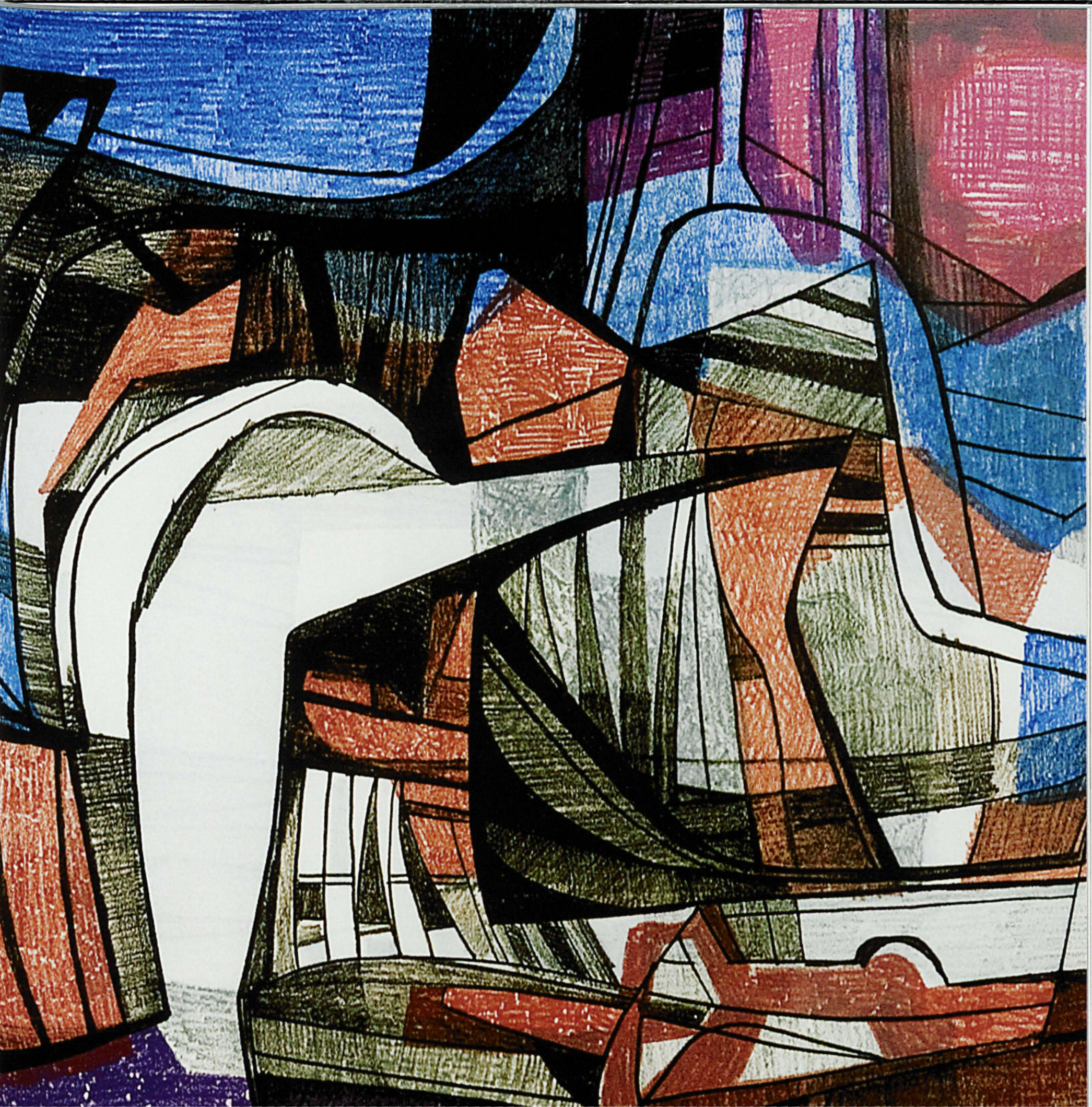
- Programação que em nada afete a rotina das instituições nas suas atividades fim
- Programação que incentive a pesquisa e debate sobre aspectos históricos das Instituições e reflexos na sociedade
- Programações lúdicas que perpassem o universo da história, da política e das artes
- Ambientes, exposições e eventos temporários de outras instituições, adicionais aos promovidos pelo próprio CCPU
- Centro de convergência para atividades culturais e recreativas
- Programas pedagógicos voltados para estudantes de diferentes faixas etárias
- Desenvolvimento de oficinas técnicas para conservação e restauração
- Programação permanente para a recepção e monitoramento de grupos escolares

Exploração comercial de equipamentos

- Instalação e exploração de praças de alimentação
- Instalação e exploração da área náutica
- Instalação e exploração de salas de projeção, teatros, anfiteatros e salas multiuso
- Instalação e gestão dos parques e jardins
- Instalação e exploração de sistemas de energias sustentáveis

Capacidade de autogestão desonerando as Casas partícipes

- Capacidade de captar, receber e administrar recursos financeiros
- Capacidade de contratar recursos humanos para formação de quadro próprio
- Capacidade de adquirir e gerir bens permanentes
- Capacidade de adquirir insumos
- Capacidade de guardar e gerenciar acervos museológicos
- Capacidade de compor e gerir o seu acervo próprio





Estado de conservação da fachada.



Estado de conservação da área administrativa.

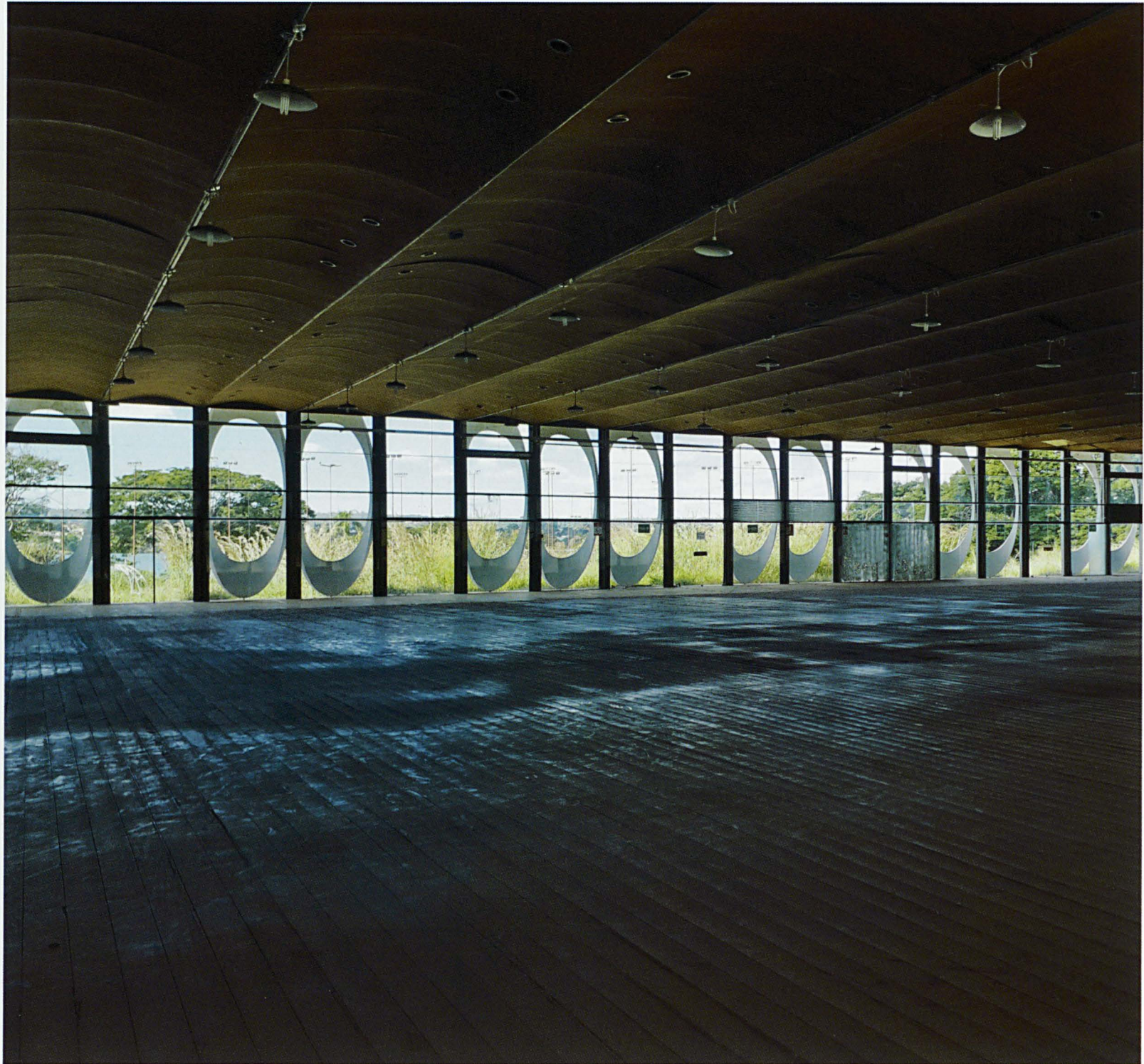


Estado de conservação das quadras e jardins.



Estado de conservação de banheiros e vestiários.

Vista interna do Salão.





Estado de conservação do Salão.



Estado de conservação atual do Salão.

O IBRAM

O papel desempenhado pelo Instituto Brasileiro de Museus é de mediação, respeitando a autonomia dos Poderes da União. Vale salientar que, no momento em que o CCPU iniciar seus passos, o IBRAM terá cumprido sua missão.

Com a consciência da horizontalidade hierárquica entre as Casas, o IBRAM usa sua expertise para desenvolver junto aos representantes de cada Poder, discussões e workshops com a finalidade de compreender necessidades, harmonizar valores, definir prioridades e estabelecer uma documentação estrutural para a viabilidade do projeto. Esse processo está em andamento conforme plano de ação descrito no Acordo de Cooperação firmado entre as instituições. De forma conjunta, os Três Poderes estão conseguindo avanços na harmonização de paradigmas.

Por meio de reuniões e oficinas, delinea-se gradualmente o Plano Museológico como principal produto deste processo. O Plano Museológico é norteador de todas as ações tangentes ao universo do principal produto deste projeto, que é o Museu dos Poderes da União.

A primeira etapa procurou caracterizar o CCPU, levando em consideração os históricos institucionais. Em seguida, procurou-se estabelecer conceitos, definindo a missão, a visão e os valores pretendidos.

Um diagnóstico baseado na Matriz SWOT foi de suma importância para levantar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, caracterizando os cenários e o que o projeto pode alcançar.

Seguindo a perspectiva de desenvolvimento do Plano Museológico, apresentam-se a elaboração de Programas que sinalizam áreas específicas do Museu e da atuação museológica, sendo eles: Institucional, Gestão de Pessoas, Acervos, Exposições, Educativo e Cultural, Pesquisa, Arquitetônico-Urbanístico, Segurança, Financiamento e Fomento, Comunicação, Socioambiental, e Acessibilidade Universal.

Foram iniciadas as discussões do Programa Institucional, que ainda é inconclusivo em vários aspectos, gerando questionamentos aos demais GTs, sobretudo ao GT Jurídico. Os demais Programas se encontram em fase de desenvolvimento, de acordo com o calendário de reuniões periódicas mediadas pelo IBRAM. Os resultados até então obtidos são os seguintes:

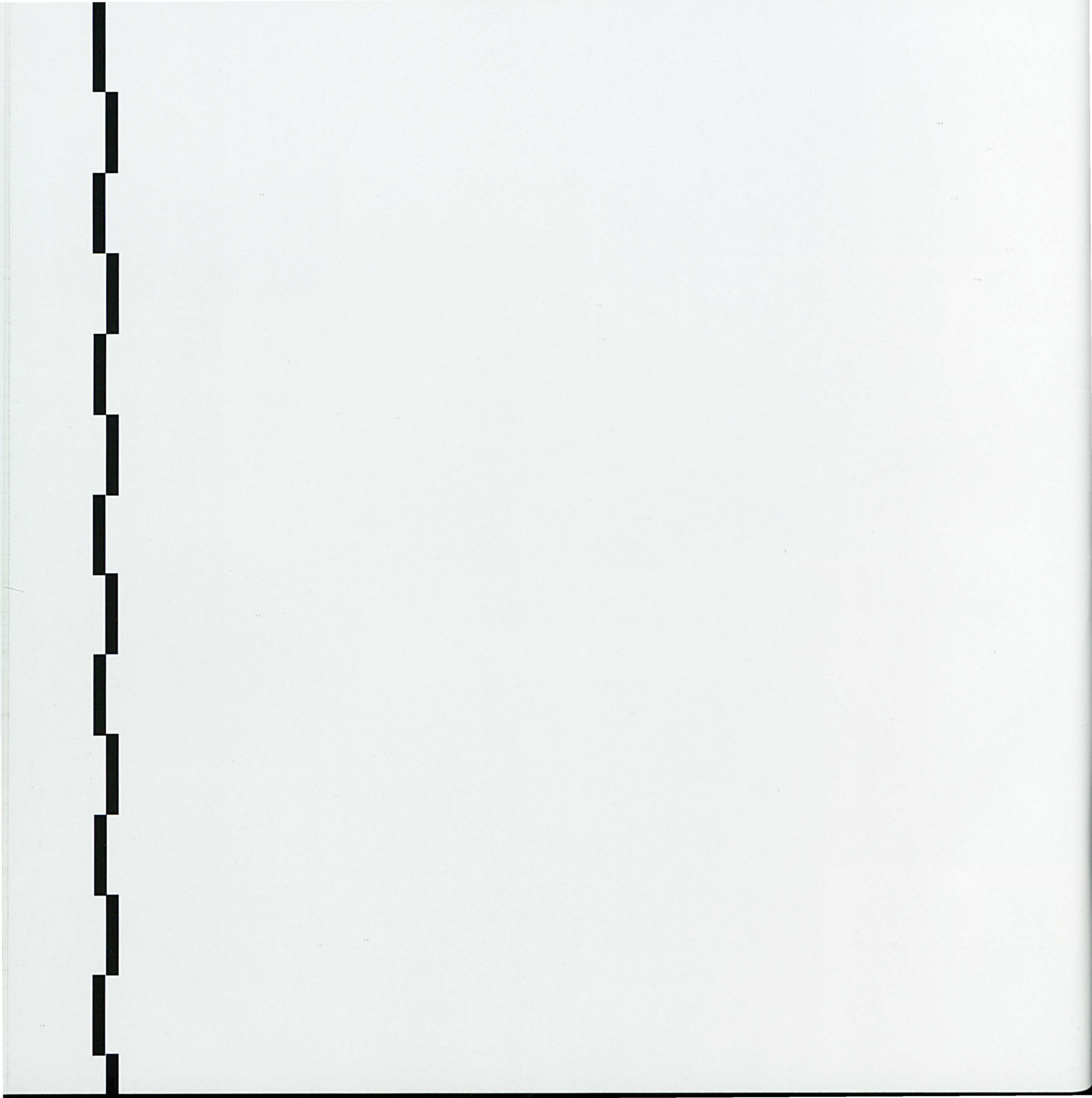
- O CCPU deve ser uma entidade com autossuficiência, talvez uma Fundação, ou Parceria Público Privada – PPP, ou outra, com capacidade de captação e administração de recursos externos, com capacidade de contratação e administração de pessoal próprio, etc.
- O CCPU deve ser uma entidade com CNPJ próprio (identidade própria)? Isso seria vantajoso? Seria administrável? Traria capacidade e agilidade para captação e gestão de recursos externos? Isso permitiria a contratação e gestão

de recursos humanos próprios? Permitiria um sistema misto de pessoal? Isso manteria o cordão umbilical com as entidades fundadoras?

- » Aguarda-se manifestação do GT Jurídico para definição desta identidade
- A Gestão do Centro Cultural deve ser colegiada. Sua Diretoria deve ser constituída por servidores das instituições fundadoras, entre aqueles que atuarem nas áreas culturais ou museológicas
- Recomenda-se a criação de um Conselho de Supervisão
- Quanto ao Núcleo Administrativo, recomenda-se que seja do próprio CCPU, com a criação inicial dos seguintes setores:
 - » Financeiro
 - » Logístico (Segurança, Jardinagem, Almoxarifado)
 - » Pessoal
- Quanto ao Núcleo de Acervos, recomenda-se a criação dos seguintes setores:
 - » Laboratórios de Conservação-Restauração (por tipologias)
 - » Documentação
 - » Pesquisa
- Recomenda-se a uniformização do Sistema informatizado de Gestão dos Acervos (funcionamento em rede)
- Recomenda-se o levantamento da situação/capacidade/necessidade da estrutura técnica das Casas
- Recomenda-se a avaliação da hipótese de a gestão dos acervos museológicos ser unificada no CCPU. Este tema será debatido no Programa de Acervos
- Quanto ao Núcleo de Comunicação, recomenda-se a criação dos seguintes setores:
 - » Curadoria
 - » Exposições
 - » Produção audiovisual
 - » Receptivo
 - » Mediação convencional
 - » Mediação teatralizada
 - » Educativo
 - » Administração de Eventos culturais diversos (Ex: mostra de cinema, shows, lançamentos de livros, teatro, dança, etc.)

Ninita Moutinho. Casas de Ouro Preto, 1972.
Acrílica sobre Eucatex, 37 x 52 cm.
Acervo do Museu do Senado.





PLANO DE AÇÃO



Aldemir Martins. Marina. 1972. Óleo sobre tela. 74 x 107 cm. Acervo do Museu do Senado.

ASPECTO FORMAL

Executivo, Legislativo e Judiciário são as instituições fundadoras. Todas padecem do mesmo limitador orçamentário, que congelou gastos para os próximos 20 anos. Precisamos encontrar alternativas que permitam a criação do CCPU e seu subsequente funcionamento, sem depender de aportes fixos ou de grande monta.

A definição da identidade jurídica nos permitirá interagir no modelo de relação "ganha-ganha":

- Os Poderes da União ganham um Centro Cultural voltado para zelar pelo seu patrimônio e por contar sua história e de seus personagens.
- O CCPU ganha o prestígio e o lastro das principais instituições nacionais referendando o projeto e suas necessidades.
- As entidades privadas investidoras ganham a oportunidade de lucrar com a exploração do local ou partes dele.
- Entidades privadas ou mecenas cujos investimentos ou lucros não precisem ser aferidos numericamente podem gerar vantagens intangíveis como aumento do próprio prestígio ao criarem a associação da sua marca ou do seu nome com iniciativa tão enobrecedora, além da redução de impostos entre outras.

EXPOSIÇÃO INAUGURAL

Ainda que os equipamentos não estejam prontos e disponíveis, ainda que os projetos, os contratos e as licitações não tenham tido curso, já será possível apresentar o CCPU à sociedade, dando-lhe uma ocupação gradual.

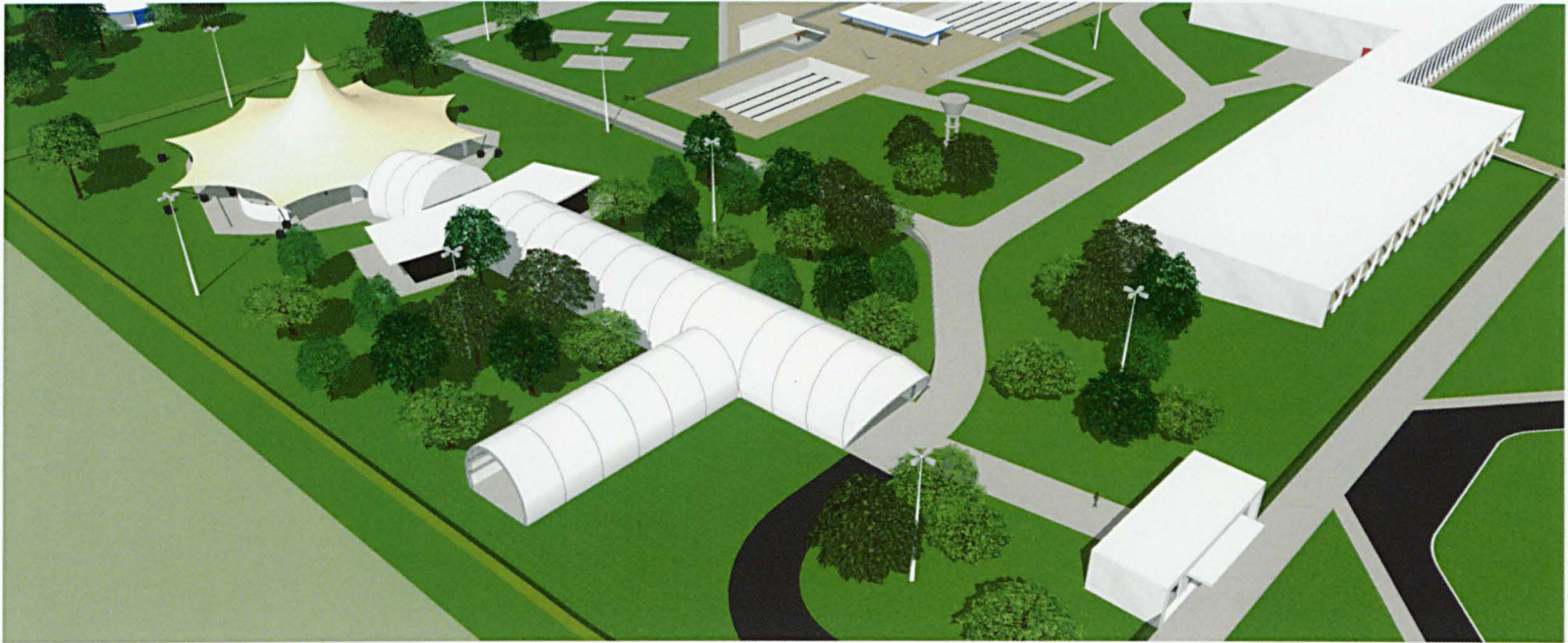
Para apresentarmos as potencialidades do CCPU, realizaremos uma exposição inaugural, alusiva ao aniversário de 130 anos da República do Brasil, pelos seguintes argumentos:

SOBRE O TEMA

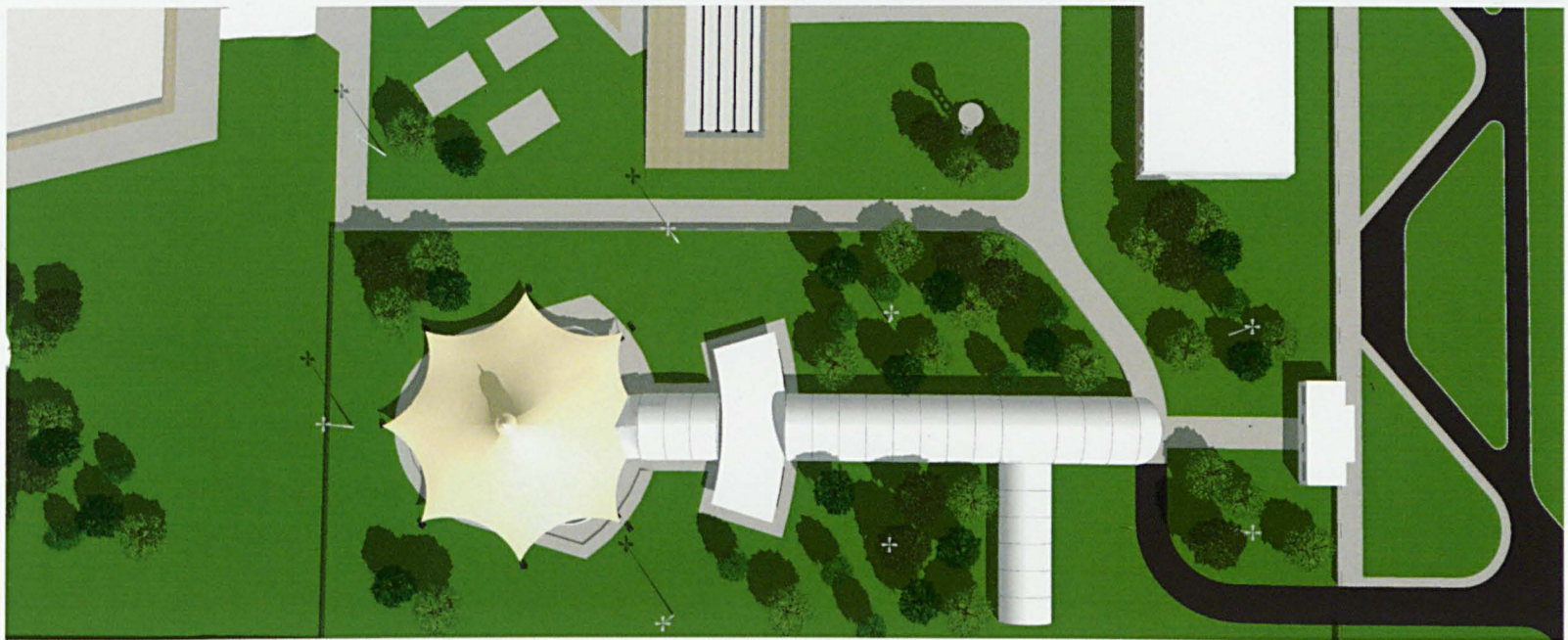
- O tema é histórico e reflete diretamente ações das instituições fundadoras.
- A efemeride: Aniversário dos 130 anos da República Brasileira.
- O tema permite a construção de toda uma cadeia lógica de princípios democráticos e valores de cidadania.
- O tema é parte fundamental da grade curricular dos estudantes e pode ser abordado em diferentes graus de aprofundamento conforme a faixa etária.
- SF, CD, STF e PR possuem fartos acervos documentais sobre o episódio da Proclamação da República e seus principais personagens ao longo desses 130 anos.
- A existência dos debates entre líderes favoráveis e contrários ao tema, demonstrando o processo de discussão e fundamentação democrática.

SOBRE O MÉRITO DA EXPOSIÇÃO INAUGURAL

- Sensibilizar autoridades e lideranças (a alta administração) entre aqueles que ainda não tenham percebido o potencial que pode ser proporcionado pelo CCPU. Aqueles que não conhecem o local ou vislumbram apenas timidamente o horizonte que está por se abrir.
- Os Presidente do Senado e Presidente da República que ora atuam não são os mesmos que assinaram o acordo de cooperação e, portanto, não estão plenamente cientes dos objetivos que pretendemos alcançar.
- A exposição inaugural se valerá ao máximo de recursos próprios, impactando minimamente os orçamentos.
- A exposição será aberta ao público em geral e monitorada para a comunidade estudantil, mediante visita sistemática aproximada em 500 alunos/dia.
- O conteúdo, na forma que será apresentado, enriquecerá sobremaneira o conhecimento e o entendimento sobre o episódio da Proclamação da República, e as decorrentes transformações que ainda hoje se consolidam no Brasil, fortalecendo entendimento deste marco e deste processo na história do Brasil.



Modelagem 3D da área externa revitalizada para exposição temporária. Vista superior.

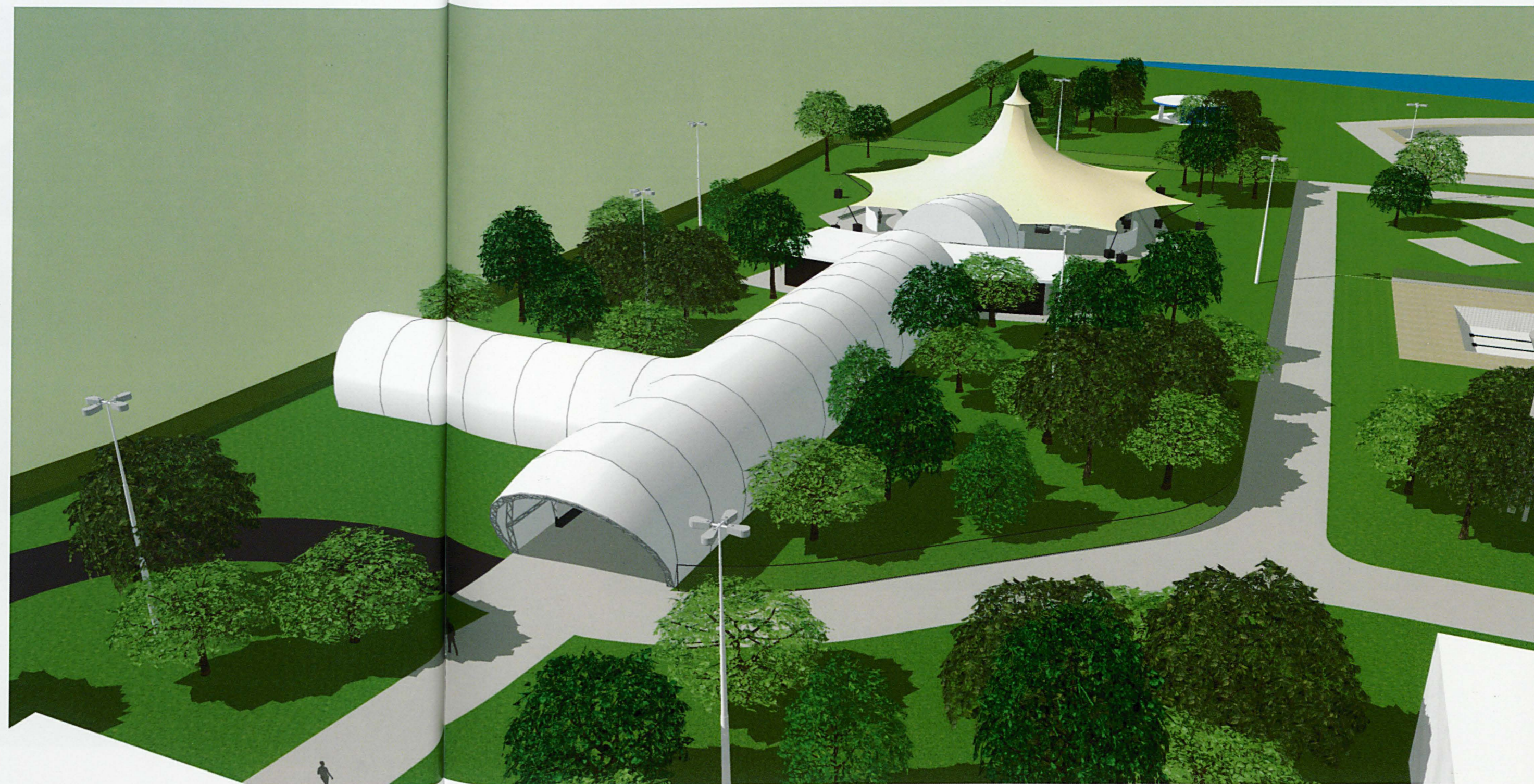


Modelagem 3D da área externa revitalizada para exposição temporária. Vista superior.

SOBRE A ESTRUTURA

- O local está, de forma geral, muito destruído. Não há hipótese de orçamento nem prazo para recuperação do Ed. Principal em curto e médio prazos.
- Escolhemos então uma parte do jardim, uma área menos degradada, capaz de sediar este evento, sem significar investimento vultoso.
- O local é próximo à guarita de entrada, onde policiais estabeleceram o plantão permanente, o que facilitará a vigilância.
- Será necessária a construção de suportes para placa de inauguração.
- Será necessária a instalação de tendas, para proteger os visitantes das chuvas típicas da primavera e verão, quando a exposição estará montada.
- Será necessário realizar cabeamento elétrico e lógico no local, aspectos que podem ser incorporados como permanentes.
- Será necessário fazer a poda periódica do mato.
- Será necessária a recuperação de alguns sanitários.
- Será necessária a instalação de um ponto de água potável.

Modelagem 3D da área externa revitalizada para exposição temporária. Vista superior.



PLANEJAMENTO VISUAL

O marco histórico dos 130 anos da Proclamação da República e as transformações que ainda nos dias de hoje consolidam a República brasileira serão abordados em várias áreas temáticas. A condução da linha narrativa se valerá de documentos pertencentes aos acervos das Casas partícipes, percorrendo algumas abordagens:

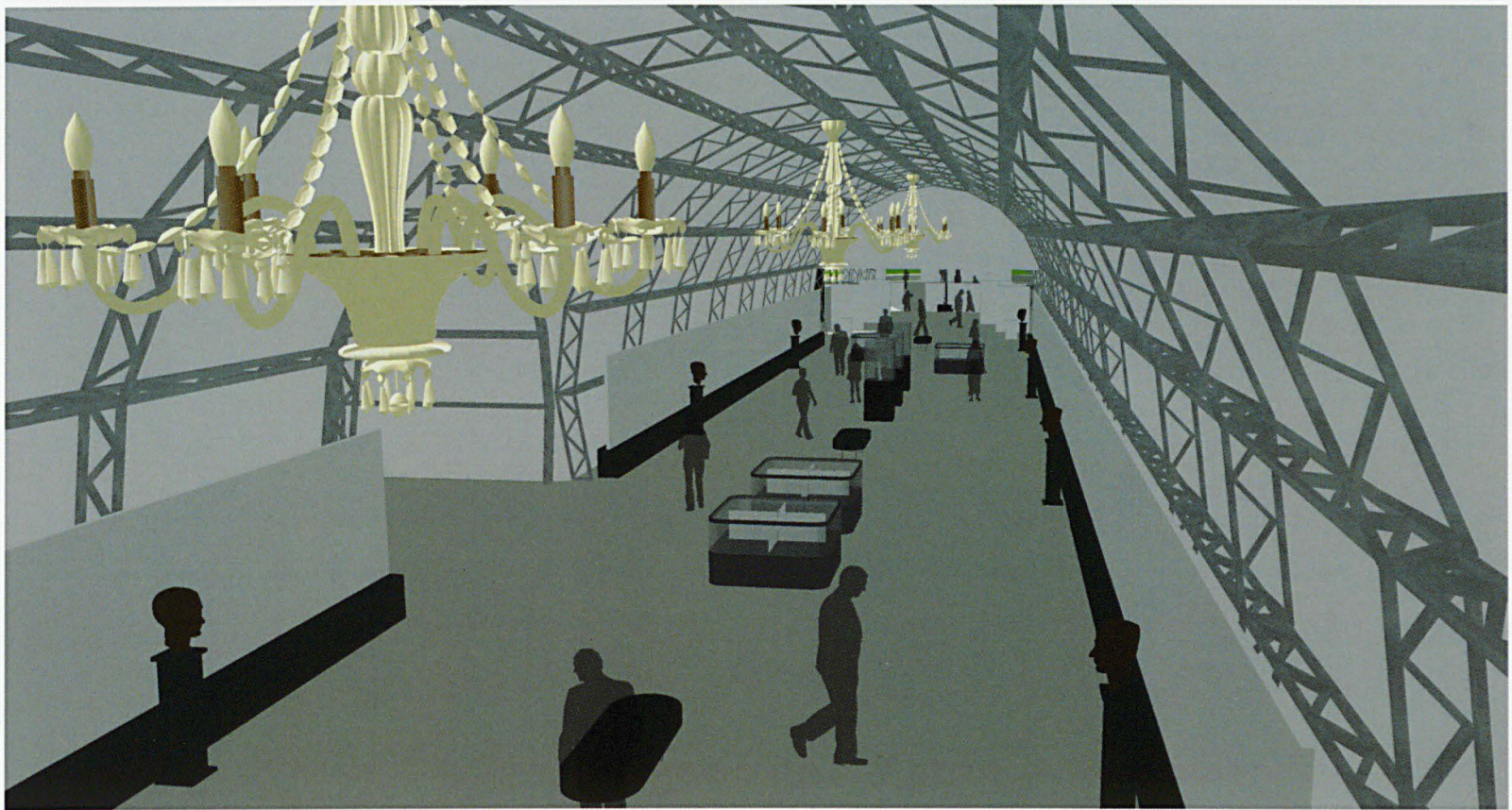
1. Como era o cenário econômico e político no final do séc. XIX e início do XX?
2. Quem eram os personagens que defendiam a monarquia e quais defendiam a República?
3. Quem foram os líderes que defenderam a Família Real, como pensavam?
4. Quem foram os líderes republicanos, como pensavam?
5. Como estava a economia nacional? Quais problemas e quais vantagens?
6. Como a imprensa tratava a questão?
7. Quais eram os símbolos do Império e quais são os símbolos da República?
8. Quais são as diferenças entre os sistemas de governo?
9. Quais valores foram incorporados e destacados?
10. Como a mudança impactou na sociedade?
11. Quais levantes e movimentos militares permearam o período?
12. Como a libertação dos escravos interferiu na questão?
13. Como está o mundo hoje?
14. Quais países são republicanos?
15. Quem são os principais personagens de hoje?
16. Quais temas são os mais debatidos?
17. Quais diferenças existem entre os países republicanos e os que praticam outros regimes?
18. Quais diferenças existem entre os países republicanos?
19. Como caminha a construção da República no Brasil?

Essas perguntas serão, de certa forma, respondidas através da exposição. Uma grande tenda será colocada no jardim, próximo à área do portão de entrada, local onde a polícia do Senado mantém plantonistas.

As condições precárias do local não permitem a exibição de acervos frágeis ou muito relevantes, desta forma, apenas algumas poucas peças serão realmente autênticas, como lustres, bustos e um vitral alusivo aos 40 anos da República, que foi adquirido pelo Senado e instalado no Palácio Monroe – vale dizer que o vitral foi resgatado pelo SINDILEGIS e presenteado por este ao Museu do Senado.

Quanto ao resto, a gestão prudente impede que se ponha em risco sua integridade física. Painéis plotados e TVs cobrirão o grande volume de informações.

O conteúdo da exposição será tão amplo quanto possível, com a apresentação das ideias contraditórias, personagens, impactos na sociedade, contexto histórico. QR-Code para aprofundar.

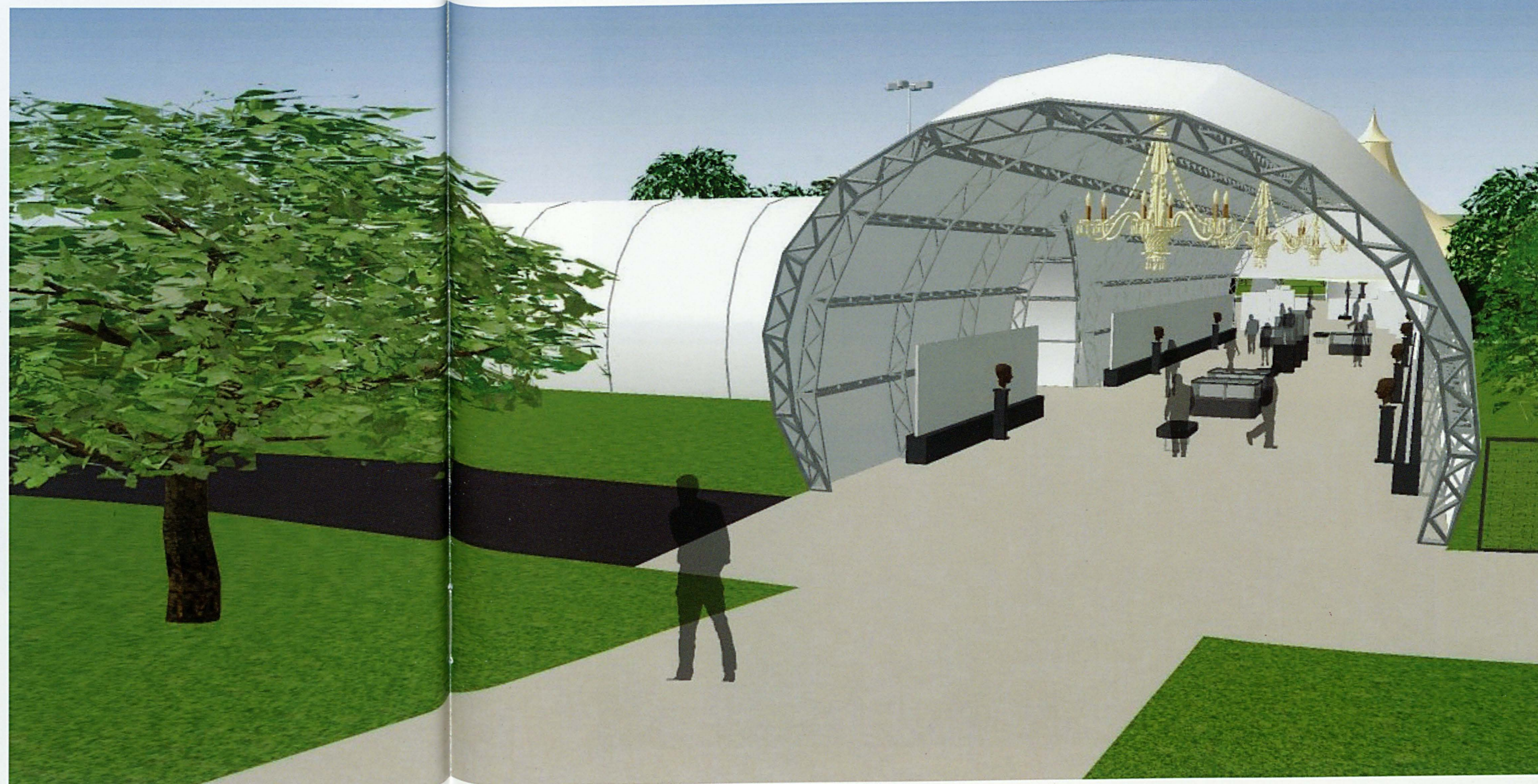


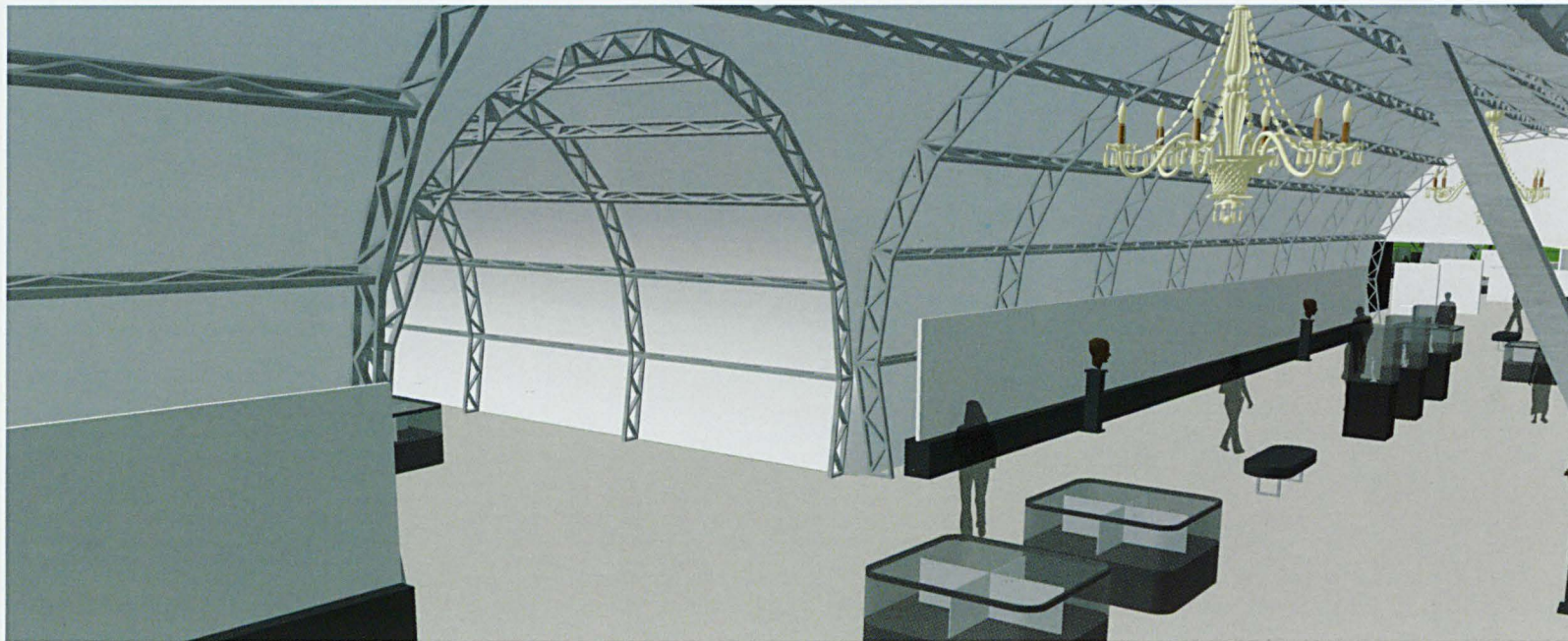
Modelagem 3D da exposição temporária.

Itens a serem considerados para eventual viabilização:

- Catálogo
- Caraoquê (hinos)
- Interpretação dos Hinos
- Jogos de tabuleiro – Gincana
- Visitas escolares
- Ônibus para buscar os estudantes
- Tenda
- Contrapiso
- Banheiros
- Energia
 - » Fiação
 - » Tomadas
 - » Gerador
 - » Iluminação
 - » Jardim
 - » Serviço
- Rede
 - » Fiação
 - » Wireless
- Policiamento
 - » Câmeras
 - » Sensores de presença
- TVs
- Som
- Paisagismo
- Placas de bronze
 - » Suporte
- Reprodução do quadro de Gustavo Hastoy
- Pórtico – Vitral do Monroe
- Plotagens e Impressões
- Vitrines
- Transcrição de textos em Braille
- Água potável
- Pedestais e bustos
- Mediação teatralizada
- Mapa-múndi interativo
- Gráficos comparativos entre as diferentes Repúblicas
- Tipos e sistemas de governo

Modelagem 3D da área externa revitalizada para exposição temporária.

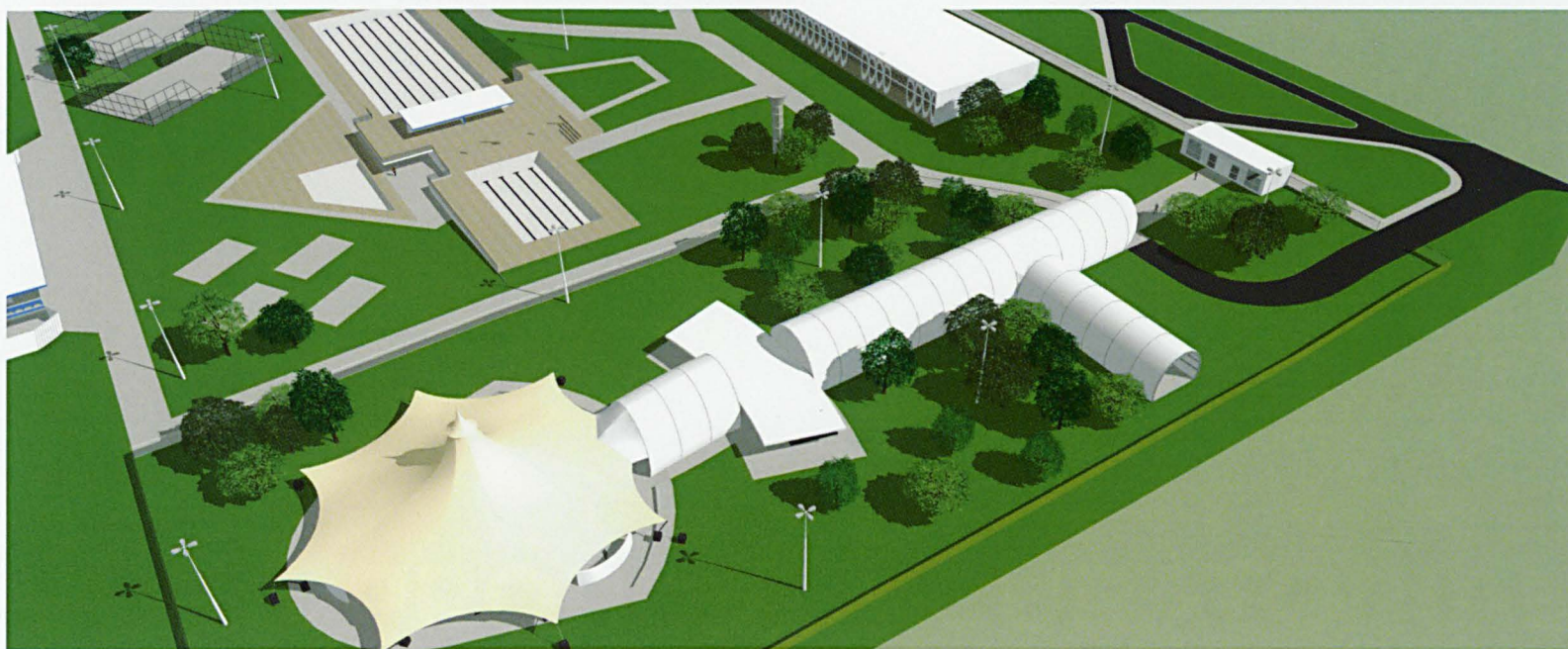




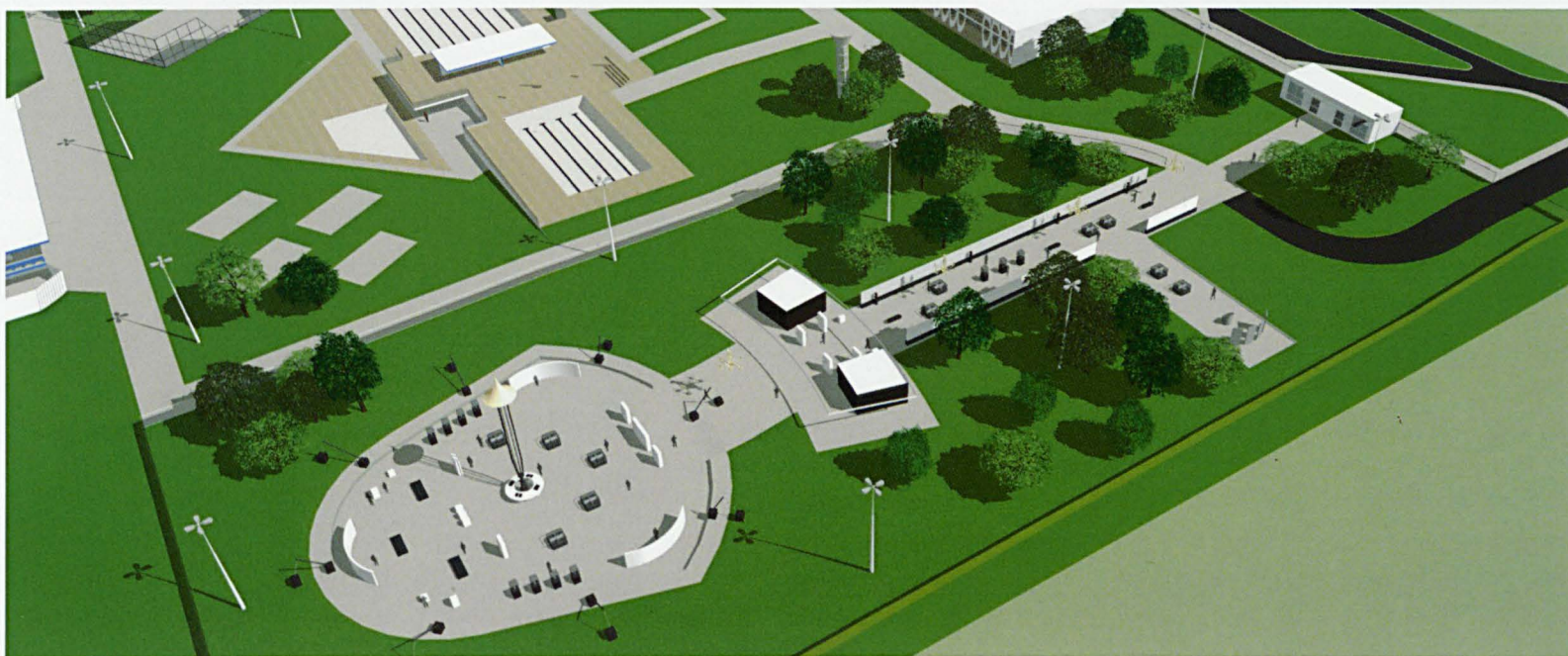
Modelagem 3D da área interna da exposição temporária.



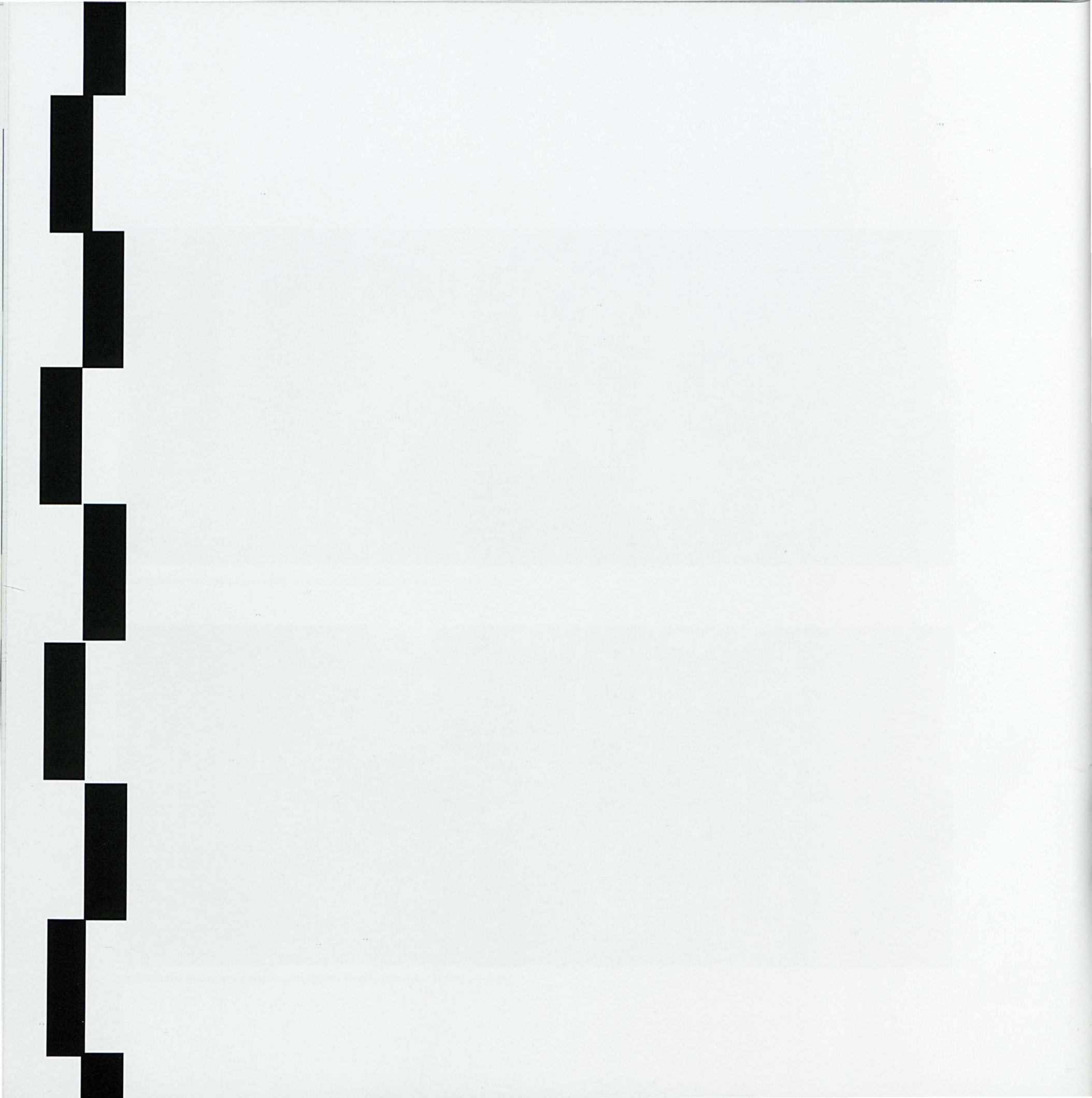
Modelagem 3D da área interna da exposição temporária.



Modelagem 3D da exposição temporária. Vista superior com cobertura.



Modelagem 3D da exposição temporária. Vista superior sem cobertura.



PROPOSTA CURATORIAL

Produzido por **José Dantas Filho**
Consultor Legislativo

Décio Villares. Retrato da República, 1919.
Óleo sobre tela. 55 x 45 cm. Acervo do Museu do Senado.



INTRODUÇÃO

A Exposição "130 anos de República", além de comemorar a efeméride, será o primeiro passo na recuperação do espaço físico do antigo Clube do Servidor, que sediará, posteriormente, o Centro Cultural dos Poderes da União.

A ideia central da presente proposta é permitir aos visitantes a reflexão sobre a mudança do sistema de governo brasileiro da Monarquia Constitucional para a República Presidencialista que nos caracteriza desde 1889 até os dias de hoje, com breves interrupções.

CONSTRUÇÃO REPUBLICANA

Devemos nos afastar da ideia de que o ato da Proclamação da República, em si, esgota toda a questão da introdução do regime republicano. Na realidade, o que tivemos de 1889 até hoje foi a construção paulatina de vários componentes que caracterizam o moderno conceito de República – construção ainda não totalizada, sob vários aspectos relevantes.

A exposição, portanto, deve ter uma dinâmica que amplie o horizonte do visitante, levando-o de uma mera posição de expectador passivo de atos de "grandes vultos históricos" a um sentimento de pertencimento ao processo de construção da República, percebendo a possibilidade de cidadania ativa que o conceito republicano carrega desde sua origem.

Sem ignorar nomes, fatos históricos, ideias e propostas relevantes, devemos passar a imagem da construção de um sistema político por aproximações sucessivas, cada vez mais abrangente e inclusivo, com marchas e contramarchas.

CONCEITO DE REPÚBLICA

Apesar do próprio conceito de República não ter definição única entre os vários autores que, ao longo da história, se debruçaram sobre o tema, existe um razoável consenso, principalmente entre autores mais recentes, sobre as ideias que podem ou devem compor o conceito em sua acepção contemporânea.

Primeiramente, o termo "república" foi construído em oposição ao termo "monarquia". Nas monarquias o governo é tido como unipessoal, seguindo regra de sucessão dinástica. A república, em contrapartida, se aproxima da ideia de democracia, "associada à soberania popular, exercida por meio da participação em eleições regulares, livres, competitivas e extensivas a todos os postos politicamente relevantes."¹

A história da República no Brasil, nesses 130 anos, gira, principalmente, em torno da busca de espaços para participação de grupos sociais no processo decisório, reflexo do aumento da diversificação da sociedade brasileira, desde finais do século XIX até os dias de hoje. As várias formas que a república adotou foram estruturas que equilibravam, momentaneamente, as forças políticas mais relevantes de cada etapa histórica. A historiografia da Proclamação identifica, para 1889, tais grupos: cafeicultores paulistas, profissionais urbanos e militares, por exemplo. Na República Velha, a estrutura se baseou no equilíbrio entre várias oligarquias de base estadual. No período Vargas, entram no espaço político os trabalhadores urbanos e os primeiros grupos ligados à atividade industrial, e por aí vai, até o último pacto vigente, materializado na Constituição de 1988.

O próximo elemento é a importância do papel do direito para impedir a violência e o arbítrio.² A partir de Maquiavel e Montesquieu, tornou-se comum se pensar numa tríade de formas de governo: monarquia, República (aristocrática ou democrática) e despotismo. "Na República as leis são expressão da vontade popular, enquanto que na monarquia são expressão da vontade do rei, limitado contudo pelas leis fundamentais (ele é obrigado a governar

¹ LESSA, Renato – verbete presente no livro Verbetes presentes no livro Dicionário de políticas públicas - 2ª edição, organizado por Geraldo Di Giovanni e Marco Aurélio Nogueira (páginas 884 a 888)

² LAFER, Celso – "O Significado de República". Em <http://bibliotecadigital.fgv.br>, acessado em 01/08/2019

segundo leis fixas e estáveis, que são aplicadas por um Poder Judiciário independente), e o déspota governa e julga por decretos ocasionais e improvisados”³. Disso decorre a necessidade de segregação de funções e verdadeira independência entre os poderes.

Outra parte do conceito envolve o predomínio de considerações de caráter público sobre a agenda privada dos cidadãos, o que implica um forte sentido de virtude e envolvimento cívicos.⁴ Para generalização dessas virtudes cívicas, necessárias para aperfeiçoar a convivência coletiva, voltada para a utilidade comum, contaríamos com a educação pública ao alcance de todos.⁵

Isso não significa, entretanto, a supressão do direito individual. De fato, a forma republicana da Revolução Francesa ficou intimamente ligada à declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que busca definir, de forma universal, os direitos individuais e coletivos a serem reconhecidos e protegidos pela República. Decorre daí, ao longo da história, uma ampliação desses direitos, que foram materializados em várias versões diferentes de Constituições Republicanas aqui no Brasil, até a forma do art. 5º e 7º da atual Constituição.

Por último, temos um componente importante, introduzido na discussão republicana por ocasião da Revolução Americana, que garantiu a independência dos EUA. Na concepção original, os pensadores acreditaram que a República, por suas características, se adaptava melhor a ambientes geográficos relativamente restritos (Roma, Veneza, Gênova, Cantões Suíços, etc.). Os Founding Fathers norte-americanos, no intuito de garantir a cobertura virtualmente continental da República, acabaram por encontrar equilíbrio na forma do federalismo, que permitia que diferentes formações políticas específicas, existentes nas antigas colônias inglesas originais, convivessem sob uma mesma ordem constitucional geral, separando as atribuições da federação das atribuições dos Estados componentes.

Partindo das várias possibilidades de conformação desses elementos conceituais na realidade histórica nacional, conseguimos navegar pelos 130 anos de história da República brasileira, entendendo-a como um processo ainda ativo de construção política e social, ao longo do qual se perfilaram as ideias, as lideranças, os grupos sociais, os interesses de curto e longo prazo, resultando nos distintos períodos históricos de matiz republicana identificados pelos historiadores.

CONDUÇÃO DA PROPOSTA EXPOGRÁFICA

Levando em consideração os itens elencados anteriormente, propomos que a exposição tenha como elementos de condução não a cronologia pura, mas os elementos que compõe a ideia de República.

As linhas principais seriam: avanço econômico e mudança social, democracia e participação política, direitos sociais, estruturação dos poderes e federalismo. Em cada uma dessas, cabe apresentar o tratamento dado pela Monarquia brasileira, e os vários tratamentos já sob a égide da República, seguindo uma linha de cronologia centrada na diversidade de propostas em cada momento.

As personalidades e ideias mais importantes vão distribuídas ao longo das linhas, de acordo com o pertencimento a momentos históricos e a temáticas, quando possível.

Fora das linhas principais, mas também relevantes, podem existir unidades isoladas de informação, contendo, por exemplo, os símbolos nacionais, as Constituições Republicanas, a estrutura atual e atribuição dos Poderes, e coisas assim.

³ MATTEUCCI, Nicola – verbete “República” in BOBBIO, Norberto – Dicionário de Política, pp. 1109

⁴ LESSA, op. Cit.

⁵ LAFFER, op. Cit



Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório;

Aristides da Silveira Lobo, Ministro do Interior;

Campos Sales, Ministro da Justiça;

Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça;

Tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro da Guerra e Instrução Pública;

Chefe de Esquadra, Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha;

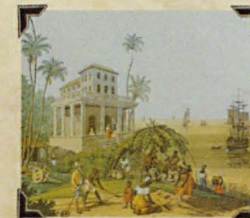
Quintino Bocayuva, Ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras;

e Demétrio Nunes Ribeiro, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras.

Monarquia no Brasil



O braço escravo era a principal base sobre a qual assentava toda a estrutura social e econômica do Brasil Imperial. A maior parte da vida dos brasileiros acontecia no ambiente rural. Mesmo as grandes cidades da época, como Rio de Janeiro, Ouro Preto, Salvador e Recife, tinham um estilo de vida que pouco se diferenciava da vida nas grandes fazendas.



Escravidão



Proposta expográfica.

PONTO DE PARTIDA: BALANÇO DO IMPÉRIO

A unidade inicial de informação tem de ser um balanço do Brasil durante o Período Imperial.

O Regime Imperial nasce como uma necessidade das elites brasileiras de fazer a Independência sem grandes agitações sociais. Como as principais atividades econômicas se assentavam sobre o braço escravo, não seria conveniente abrir conflito generalizado, sob pena de perder o controle sobre a massa trabalhadora.

A autoridade do imperador, descendente direta da autoridade portuguesa, conseguiu manter a unidade nacional e evitou o processo de fracionamento que caracterizou, por exemplo, a independência das antigas colônias espanholas. Embora existissem defensores do sistema republicano, esses foram afastados do núcleo de poder.

A estruturação do novo Estado, portanto, foi conduzida pelos grandes senhores de terras, em sua maioria escravistas, a quem interessavam a rápida estabilização política e a autonomia da nova nação.

Fracassou, entretanto, a tentativa de elaboração de uma Constituição que refletisse plenamente seu domínio. A dissolução da Assembleia Constituinte pelo Imperador, seguida pela outorga de uma Constituição com fortes elementos centralizadores, limitou as conquistas dos que esperavam um resultado mais liberal, inspirado pelos ideais da Revolução Francesa.

O Império seria, portanto, uma Monarquia Constitucional onde a chave de todo o Poder estava na mão do Imperador, que exercia o Poder Moderador acima de Executivo, Legislativo e Judiciário. Compunham suas atribuições: a escolha de todo o Executivo, dos componentes do Senado vitalício, e dos juízes; a capacidade de dissolver a Câmara dos Deputados; a escolha dos membros do Conselho de Estado; o controle sobre a Igreja Católica, por meio do Padroado Régio; a escolha dos Presidentes de Províncias (governadores estaduais, hoje). A Constituição de 1824 garantia, entretanto, uma série de direitos inspirados nos novos tempos tais como liberdade de imprensa, liberdade de culto, direito à propriedade (escravos, por exemplo), liberdade de expressão, acesso a empregos públicos por mérito, direito à segurança individual e direito à liberdade (exceto aos escravos, que eram considerados bens e não pessoas).

Um dos elementos mais conservadores e excludentes era a necessidade de demonstração de certos níveis de renda para que o brasileiro pudesse votar e ser votado (eleição censitária). A escolha de deputados era feita de maneira indireta, na maior parte do tempo, ou seja: os eleitores das cidades votavam em delega-

dos que, na capital da província, escolhiam os deputados e os componentes da lista de senadores (quando havia vaga), enviados para escolha final do Imperador. O sistema era crescente, 100 mil réis de renda anual para eleitor, 200 mil para delegado, 400 mil para deputado e 800 mil para senador. As votações eram abertas, facilitando o controle e as fraudes eleitorais.

A Independência e a estruturação do Estado Imperial coincidiram com o início da exportação de um novo produto, o café, que rapidamente se tornou o principal item em nossa pauta de exportação. O impulso inicial foi dado no Vale do Rio Paraíba do Sul, utilizando o braço escravo, mesmo sob a forte pressão da Inglaterra pela proibição do tráfico africano.

O crescimento econômico propiciou uma modernização da vida urbana no Brasil, facilitada pela ampla entrada de produtos industriais, principalmente ingleses. Os hábitos de consumo mudaram, novos grupos sociais foram aparecendo e a sociedade brasileira foi se tornando, ao longo do século XIX, cada vez mais complexa. A pressão inglesa pela extinção do tráfico, acompanhada de ações de captura de navios negreiros, finalmente passou a fazer efeito na década de 1850. Para os plantadores, o caminho foi a introdução de uma maior quantidade de trabalhadores livres assalariados, muitos atraídos à migração para o Brasil a partir da Áustria, Suíça, Alemanha e Itália, onde escassez de terras e conflitos políticos eram elementos de expulsão. Parte crescente dos exportadores de café, agora ocupando terras paulistas, seguindo em direção oeste, tinham sua base econômica assentada sobre trabalhadores livres.

Apesar da vontade da Família Imperial, que era antiescravista por formação religiosa e filosófica, a legislação que extinguiu a escravidão foi lenta o suficiente para que a sensação de perda da propriedade não se tornasse um problema para o Império. Entretanto, a expectativa final dos proprietários de escravos, de que seriam indenizados pela libertação, foi frustrada pela Lei Áurea, descompromissando os antigos latifundiários escravistas com a manutenção do regime monárquico.

Os conflitos na região do Rio da Prata, da qual faz parte a bacia brasileira do Rio Paraná colocaram um novo elemento no jogo político. Foi necessário estruturar verdadeiramente um Exército, com recrutamento mais amplo do que se fazia até então, para fazer frente às forças estrangeiras, especialmente durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). O Exército que entrou em combate ganhou forte espírito de corpo, passando a reivindicar um espaço político maior depois dos conflitos. Às elites do Império, entretanto, não interessava ampliar a presença do Exército,



Gustavo Hastoy. Ato de assinatura do Projeto da 1ª Constituição. 1891.
Óleo sobre tela. 290 x 441 cm. Acervo do Museu do Senado.



Urnas de votação utilizadas durante as sessões plenárias no Palácio Conde dos Arcos, antiga sede do Senado (1891–1906), na cidade do Rio de Janeiro. Produzido em 1824. Metal banhado a prata. 40 x 18 cm. Acervo do Museu do Senado.

principalmente depois que membros desse se recusaram a retornar ao papel de captura de escravos fugidos para auxiliar os fazendeiros. Como resultado, foram frequentes, dali em diante os conflitos entre a cúpula do Exército e os ministros do Império. O outro efeito da guerra foi o aumento das despesas do Governo, financiadas por empréstimos estrangeiros, provocando crise econômica e um processo inflacionário crescente.

Outro elemento de instabilidade eram as frequentes dissoluções do Parlamento determinadas pelo Imperador. A organização das novas eleições ficava a cargo do partido previamente escolhido para ocupar a Presidência do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro). Independente da força eleitoral real de cada partido, as eleições eram sempre ganhas pelo partido do novo Primeiro-Ministro, tendo existido, inclusive, legislaturas de partido único.

Em relação às províncias, frequentemente eram designados para presidi-las políticos ligados ao Imperador, não necessariamente com vínculos onde governavam.

Na prática, os representantes eleitos não refletiam a real vontade do eleitor, levando os partidos a se afastarem da população e da própria elite. Isso propiciou a volta da circulação de propostas republicanas, que acabou permitindo a criação do Partido Republicano Paulista em 1873, em torno de lideranças como Américo Brasiliense, Luís Gama, Américo de Campos e Bernardino de Campos, Prudente de Moraes, Campos Sales, Francisco Glicério, Júlio de Mesquita e Jorge Tibiriçá Piratininga. Seus quadros compunham-se de profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, etc.), as chamadas classes liberais, e, sobretudo, por importantes proprietários rurais paulistas, cafeicultores, as chamadas classes conservadoras, partidárias da imigração de mão de obra europeia para as lavouras de café e, também, partidários da abolição dos escravos⁶. A posição antiescravista do partido, entretanto, só foi consolidada em 1887.

Vários membros da cúpula do partido eram também maçons.

Além do Partido, que tinha funcionamento regular, existia intensa propaganda republicana e abolicionista nos núcleos urbanos e nos quarteis. Destaque, aqui, para Benjamin Constant, adepto da filosofia e religião positivista, professor da Escola Militar, na Escola Politécnica, na Escola Normal e na Escola Superior de Guerra.

Sobre a abordagem para chegar ao poder, os republicanos podiam ser classificados em evolucionistas, que acreditavam na inevitabilidade da república pela via eleitoral; e os revolucionistas, que admitiam a possibilidade de recorrer às armas para a conquista do poder, mobilizando a população e promovendo reformas sociais e econômicas. Todos concordavam, entretanto, que o futuro regime deveria ser progressista, em oposição à decadente monarquia.

Até mesmo a Igreja, dependente do Estado Imperial, desinteressou-se de sua defesa. Quando da exclusão dos maçons da Igreja Católica, determinada pelo Papa Pio IX em 1872, o Imperador Pe-

dro II não ratificou a medida. Dois bispos, entretanto, seguiram as ordens papais ao pé-da-letra, contra a ordem imperial, resultando em sua prisão. A punição acabou sendo suspensa, por intervenção do maçon Duque de Caxias, mas foi o suficiente para um certo afastamento da Igreja na defesa do Império.

A reação do Imperador a todos esses problemas foi muito lenta, e o conservadorismo dos políticos mais próximos a ele levou-o a ignorar os sinais de mudança na sociedade. As reformas eleitorais foram insuficientes para democratizar o sistema e a abolição sem indenização representou o último suspiro do sistema, condenado pelo avanço histórico.

Além disso, o envelhecimento de Pedro II foi acompanhado de alguns problemas de saúde, que levavam seus súditos a especular sobre a questão sucessória. A Princesa Isabel, a quem cabia a sucessão, era casada com um estrangeiro, Gastão, francês da Casa de Orleans, conhecido como Conde D'Eu, a quem acusavam de arrogante e prepotente. Dono de cortiços no Rio, cobrava preços exorbitantes dos moradores pobres. A saúde frágil do Imperador forçou a designação da Princesa como Regente em suas ausências, inclusive em viagens para o exterior. Pelo fato de a herdeira do trono ser mulher, temia-se que, com a morte de D. Pedro II, o Conde D'Eu se tornasse o governante de fato. Independente do apreço que tinha a população em geral pelo Imperador, já era voz corrente que poderia não haver um 3º Reinado.

O desfecho da crise se deu com o conflito aberto entre o Marechal Deodoro da Fonseca, principal liderança do Exército, até então monarquista, e o último Primeiro-Ministro, o Visconde de Ouro Preto, que era acusado de perseguir a força. A escolha do substituto recaiu sobre Gaspar Silveira Martins, inimigo pessoal do militar. Como resultado, os republicanos convenceram Deodoro a liderar um golpe de Estado que derrubou a monarquia. Sem apoio dos latifundiários, dos grupos urbanos, dos militares e da Igreja, praticamente não houve resistência, resultando num rápido afastamento do Imperador e de seus ministros, diante da passividade da população em geral. A família imperial, em seguida, foi embarcada para a Europa. Consta que apenas um tiro foi disparado, contra o Barão de Ladário, que resistiu à prisão pelos militares amotinados.

⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Republicano_Paulista. Acesso em: 26/8/2019.

ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA

O último gabinete imperial foi substituído por um Governo Provisório composto de republicanos históricos, como Campos Sales, Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva, e de liberais da Monarquia que aderiram de primeira hora ao novo regime, como Rui Barbosa e Floriano Peixoto⁷, sob o comando de Deodoro.

Muito cedo, apareceram desentendimentos no grupo, que não era coeso do ponto de vista ideológico. Deodoro tinha forte convicção centralista que, por vezes, se chocavam com o espírito mais liberal e democrático dos civis que compunham o gabinete. De uma maneira geral, eram visíveis dois blocos, um de orientação liberal-democrático, que propunha uma República Federativa, presidencialista, com separação de poderes, nos moldes norte-americanos, e outro de orientação positivista, que defendia uma ditadura republicana centralizada.

O Governo Provisório, que durou até a elaboração da nova Constituição por um Congresso Constituinte, a partir de um projeto elaborado por um pequeno grupo de juristas chefiados por Joaquim Saldanha Marinho e revisado por Ruy Barbosa, que era Ministro da Fazenda.

Ruy Barbosa, cujo nascimento completa 170 anos em 2019, foi um dos elementos centrais da República Velha como um todo, com intensa atuação administrativa, política e jurídica, inclusive no plano internacional. Como Ministro da Fazenda, entretanto, foi responsável pelo agravamento da crise econômica herdada do Império.

Acreditando que a crise era resultado da falta de meio circulante, e buscando estreitar o relacionamento com a burguesia cafeeira, alterou o sistema bancário brasileiro, criando várias instâncias de emissão de moedas e títulos e facilitando a criação de novas empresas, que podiam captar recursos no mercado financeiro mesmo antes de atuarem no mercado convencional. O resultado foi uma imensa crise especulativa, o lançamento de ações sem lastro, com posterior fechamento de capital, que provocaram a falta de confiança generalizada no mercado financeiro. A crise, acompanhada de alta inflacionária, ficou conhecida como "encilhamento". Também foi responsável pela incineração de todos os registros públicos referentes aos registros de escravos, com forma de impedir que os antigos proprietários reivindicassem indenização pela libertação dos escravos, pendente desde a Império.

Outros atos importantes do Governo Provisório foram: a criação dos novos símbolos nacionais, reaproveitando esquemas do Império; a separação de Estado e Igreja; a criação do registro civil e do casamento civil; a reforma do ensino militar, com inspiração positivista; e um novo código penal, que extinguiu a pena de morte em tempos de paz.

A vocação autoritária de Deodoro, entretanto, provocou diversos decretos antiliberais, com o banimento de inimigos políticos, suspensão da liberdade de imprensa e instituição da censura, apoiado por segmentos militares.

A Constituição Republicana, rapidamente votada em final de 1890 e promulgada no início do ano seguinte, entretanto mostrou diversos avanços como: abolição das instituições monárquicas; fim da vitaliciedade do Senado; presidencialismo; eleições diretas, mas mantendo o voto descoberto; duração definida dos mandatos (4 anos para presidente, 3 para deputados e 9 para senadores); proibição de reeleição de presidentes para o mandato imediatamente seguinte; Poder Legislativo manteve o bicameralismo; conversão das Províncias em Estados, com autonomia, dentro de um sistema federalista, com constituições próprias, mas hierarquicamente inferiores à Constituição Federal; voto para os homens maiores de 21 anos, alfabetizados; separação definitiva Estado-Igreja, com o catolicismo deixando de ser a religião oficial; garantias ao exercício da magistratura (vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos); consagrava várias liberdades civis.

A primeira eleição presidencial, entretanto, foi feita de forma indireta, dentro do Congresso, sob intensa pressão de Deodoro e ameaças militares, o que resultou na eleição de Deodoro como Presidente constitucional (derrotando, principalmente, Prudente de Moraes, que tinha até então a preferência dos civis), mas sendo obrigado a aceitar um Vice-Presidente ligado à oposição, o Marechal Floriano Peixoto.

⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Deodoro_da_Fonseca. Acesso em: 27/8/2019



Plenário do Senado proveniente das antigas sedes: Palácios Conde dos Arcos e Palácio Monroe. O conjunto de mobiliário de madeira de Jacarandá, couro e metal apresenta estilo Neoclássico. As cadeiras são do estilo Luís XVI. Os microfones foram adicionados na década de 1940.



Salão Nobre do Senado Federal.
Atualmente o espaço também abriga o Museu do Senado.

A crise econômica agravou mais ainda a situação de impopularidade do governo Deodoro, levando a uma discussão sobre uma lei que reduzisse os poderes presidenciais. A reação de Deodoro foi se comportar como imperador, decretando a dissolução do Parlamento, usando o mecanismo do “estado de sítio”, que garantia ao presidente, em momentos de grave crise, baixar decretos e legislar sem ouvir o Congresso. Floriano, entretanto, conseguiu reunir grupos civis e militares contra Deodoro, forçando sua renúncia em novembro de 1891. Floriano, por sua vez, também desrespeitou a Constituição, que estabelecia a necessidade de nova eleição, assumindo a presidência até o final do seu mandato original: novembro de 1894.

Floriano teve um papel muito forte na consolidação da República, afastando governadores aliados a Deodoro e vencendo diversas rebeliões civis e militares que eclodiram no período. Apesar de também ter viés autoritário no exercício do poder (incluindo pressões contra o STF para impedir soltura de inimigos políticos), utilizando intensamente o culto à personalidade (o “Marechal de Ferro”), permitiu a realização das eleições diretas que, pela primeira vez, levaram à presidência um civil, seu antigo companheiro de chapa na eleição indireta, o histórico republicano paulista Prudente de Moraes, normalizando as transições políticas daí em diante.

Esse período de exercício da presidência pelos militares ficou conhecido como “República da Espada”.

CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Como podemos ver até aqui, a proclamação do novo regime republicano não estabeleceu, no primeiro momento, várias das virtudes republicanas como as entendemos hoje.

Em 1872 havia mais de 1 milhão de votantes (13% da população livre). Votavam e eram votados, basicamente, homens, maiores de 25 anos, com renda superior a 100 mil réis anuais (200 mil para eleições secundárias, 400 mil para deputados e 800 mil para senadores). As últimas reformas do Império proibiram a eleição de analfabetos em 1881 e dobraram o censo eleitoral, reduzindo o número de eleitores a pouco mais de 100 mil (0,8% da população livre) em 1886. Essa redução percentual no número de votantes só foi revertida em 1945, nas primeiras eleições livres depois da queda do regime de Vargas.

O voto aberto, herdado do Império, caracterizou a República Velha, permitindo um sem-número de fraudes, deixando o eleitor à mercê de pressões espúrias em favor ou desfavor de determinados candidatos. Como o alistamento eleitoral não era obrigatório, a participação nas eleições era marginal. O voto secreto só foi instituído após a Revolução de 1930, no Código Eleitoral de 1932, após curta experiência anterior no Estado de Minas Gerais, em 1929.

A República eliminou o voto censitário, mas manteve a proibição do analfabeto. Em 1900, a taxa de analfabetismo atingia 65,3% da população de 9,7 milhões de pessoas. O direito de voto do analfabeto só foi estabelecido na presidência de José Sarney, em 1985, quando ainda havia cerca de 19 milhões de analfabetos, 25% da população.

A luta pelo voto feminino já podia ser sentida no momento da Proclamação da República, reflexo do movimento mundial das sufragistas. Entretanto, o direito ao voto feminino só foi estabelecido, em nível nacional, em 1932, mas restrito às casadas, com autorização do marido, e viúvas e solteiras com renda própria. Antes disso, em 1928, apenas o Estado do Rio Grande do Norte havia permitido, por via judicial, a participação de algumas mulheres na votação. Só em 1965 o Código Eleitoral igualou o voto feminino ao masculino.

A idade mínima do voto, também, passou por alterações ao longo dos tempos. No Império, 25 anos; na República Velha, 21 anos; em 1932, o Código Eleitoral provisório reduziu para 18 anos; apenas a Constituição de 1988 permitiu a participação facultativa de eleitores a partir dos 16 anos.

O respeito às decisões dos eleitores não passou apenas pela instituição do voto secreto e ampliação da base eleitoral. Foi fundamental a criação do Tribunal Eleitoral em 1932, mantido pela Constituição de 1934. No Império e na República Velha, a função de organizar as eleições e dar validade aos pleitos estava concentrada numa Comissão Verificadora estabelecida na Câmara dos Deputados. Em caso de vitória da oposição, as acusações de fraudes eleitorais eram julgadas pela Comissão, que estabelecia a eliminação dos candidatos ("degola"). Isso permitiu, depois da República da Espada, um acordo geral entre o presidente da República e governadores estaduais (também chamados de presidentes, na época). Quem estivesse dentro do acordo garantia o controle político do Estado, dando em troca deputados federais leais ao presidente (geralmente escolhido no eixo São Paulo-Minas, apelidado de "política do café com leite"). As fraudes eram recorrentes, em favor do grupo dominante.

A existência do Tribunal Eleitoral (extinto no Estado Novo, em 1937, mas restabelecido na volta da democracia) garante maior lisura na organização e validação das eleições.

AVANÇO ECONÔMICO E MUDANÇA SOCIAL

A construção da República no Brasil também se confunde com o avanço econômico e as mudanças sociais. Basicamente, é a história da incorporação paulatina de grupos sociais relevantes que forçam a abertura de novos espaços políticos.

A Proclamação foi resultado da resposta lenta do sistema político do Império às reivindicações de novos grupos sociais, distantes daqueles que compunham originalmente a base política imperial. Militares, classe média urbana, burguesia agrária



Constituição de 1988. Acervo do Supremo Tribunal Federal.

exportadora (principalmente cafeicultores) e grandes proprietários rurais constituíram-se na nova base sobre a qual se apoiava a República em seu começo de vida. A estabilidade política foi alcançada pela “política do café com leite”, combinada com a “política dos governadores”, na qual as elites regionais se articularam às elites agroexportadoras.

Entretanto, a estabilidade política permitiu um crescimento e diferenciação de novos grupos sociais. A atividade industrial voltada à substituição de importações permitiu a expansão de uma burguesia industrial de peso significativo, especialmente nas capitais dos estados e da República. Paralela a essa, um proletariado urbano também cresceu, reforçado por ondas de imigrantes europeus (italianos, espanhóis e germânicos) e asiáticos (japoneses). Com esses, aumenta a pressão por mais direitos aos trabalhadores, trazendo a experiência sindical ao país.

Os partidos políticos tinham base estadual, representando exclusivamente os interesses dos grandes proprietários de terras reorganizados sob a forma de uma burguesia rural, sustentada pelo trabalho livre, mas nem sempre assalariado. O primeiro partido político de cunho nacional foi o Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922, como forma de aglutinar as forças do proletariado, buscando espaço político na República Velha. Chegou a disputar eleições, mas a forte repressão acabou por colocá-lo na clandestinidade a partir de 1930. Isso não deteve, entretanto, seu crescimento, até a tentativa de golpe em 1935, que determinou forte reação de Getúlio e foi um dos pretextos para o fechamento do regime em 1937, com a proclamação do Estado Novo, de nítida inspiração fascista.

Restava a Vargas encontrar uma solução para evitar o crescimento das ideias marxistas no Brasil, especialmente entre o proletariado urbano. Encontrou-a, novamente, na inspiração fascista: trouxe, adaptando para o Brasil, a “Carta del Lavoro” de Mussolini, base de nossa legislação trabalhista. Ao tempo em que garante uma série de direitos básicos ao trabalhador

urbano, como o salário mínimo, carga de trabalho semanal e a aposentadoria, tem controle sobre seus sindicatos por meio da necessidade de registro junto ao Ministério do Trabalho e controla seus recursos pelo Imposto Sindical. O Estado passa a arbitrar os conflitos de classe por meio dos tribunais do trabalho.

Ao mesmo tempo, Vargas reforça a nova base industrial que está sendo criada no Brasil, instalando a indústria siderúrgica moderna e ampliando as oportunidades para uma crescente burguesia financeira e industrial.

Depois do Estado Novo, a indústria ganhou impulso, especialmente no governo JK, que garantiu a instalação da moderna indústria de bens de consumo duráveis, tornando irreversível o processo de industrialização no País.

Na estrutura política, os novos partidos da redemocratização refletem uma sociedade muito mais diversificada. Os três principais representam, respectivamente, as elites urbanas nacionais (UDN), as antigas elites de origem rural (PSD) e o proletariado organizado por Getúlio (PTB). Os dois primeiros eram relativamente conservadores do ponto de vista político. O último seguia uma linha de avanço do proletariado, mas calcado na via eleitoral, e não em propostas revolucionárias. Como resultado, o PTB foi, ao longo de todo o período, o partido que mais cresceu em votação. O proletariado organizado, mesmo sob inspiração varguista, passou a ser uma permanente preocupação para as elites nacionais e os setores mais conservadores da sociedade.

A crise política que levou o PTB ao poder, em 1961, com a substituição de Jânio Quadros (UDN) pelo vice João Goulart (PTB), representou, para os setores conservadores, uma real ameaça de perda de espaço político para os trabalhadores, levando à radicalização nos dois lados e à intervenção militar em 1964.

O regime autoritário instalado a partir de 1964 baseava-se principalmente na intervenção direta do Estado em vários aspectos da vida do cidadão, reduzindo sua capacidade política, apesar de manter formalmente a democracia. Dissolveu os partidos, reordenando-os em um sistema bipartidário artificial (Arena, governo, contra MDB, oposição), interferiu no sistema eleitoral estabelecendo eleições indiretas para governadores e presidentes. Quando a oposição conseguiu um expressivo resultado eleitoral nas eleições de 1974 (16 senadores do MDB contra apenas 6 da Arena na renovação de 1/3), nova intervenção criou os senadores biônicos, escolhidos indiretamente (21 da Arena contra apenas 1 do MDB), impedindo o MDB de conseguir a maioria do Senado Federal.

Ainda assim, o maciço investimento de base estatal na expansão econômica continuou a fortalecer o trabalhador urbano. Intervir nos sindicatos não foi suficiente para impedir o avanço sindical, agora em oposição direta ao regime autoritário, crescendo a

movimentação política a partir de meados da década de 1970. O fracasso econômico do governo militar, em razão de mudanças da conjuntura internacional das décadas de 1970 e 1980, acabou por minar a base de sustentação do regime, desaguando em um processo de redemocratização coroado pela eleição indireta da chapa Tancredo Neves e José Sarney.

A volta da democracia ao país representou uma oportunidade para o retorno da multiplicidade de representações partidárias e sindicais que nos caracterizam nos dias de hoje. Do ponto de vista dos grupos sociais, as últimas novidades vêm da incorporação dos trabalhadores rurais, que encontraram vias de expressão no Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), e do surgimento de centenas de movimentos nas grandes cidades que buscam ordenar reivindicações cidadãos fora dos partidos e sindicatos existentes. É a sociedade civil como um todo buscando a ocupação de novos espaços democráticos.

DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

Ao longo dos 130 anos de República, assistimos a um avanço significativo dos direitos sociais, mesmo durante períodos politicamente autoritários como o Estado Novo e o Regime Pós-64.

Ainda que, em vários momentos, esses direitos tenham sido apresentados como uma concessão do Estado ou de algum governante, resultam, na realidade, da maior articulação das camadas populares e trabalhadoras ao longo do tempo. Na medida em que determinados grupos sociais se tornam economicamente relevantes e politicamente organizados, seus interesses específicos entram na pauta política, configurados nas várias Constituições e na legislação complementar de cada período.

Tanto na Constituição do Império quanto na primeira Constituição Republicana, restavam garantidos os direitos básicos decorrentes da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa. Liberdade de crença, liberdade de expressão, garantia da propriedade, julgamento justo, obrigatoriedade de existência de norma legal, igualdade perante a Lei, liberdade profissional, inviolabilidade da correspondência, direito de patentes, abolição de penas cruéis, liberdade de ir e vir. A Republicana inovou em alguns aspectos, introduzindo o habeas corpus contra prisões arbitrárias e estendendo o direito de propriedade à propriedade sobre obras literárias e artísticas, incluindo transmissão por herança, e propriedade sobre marcas industriais.

A liberdade de reunião, entretanto, não incluía plenamente a organização do trabalhador em sindicatos. Frequentemente se recorria ao argumento de quebra da ordem pública para restringir a atuação dos sindicatos urbanos, que surgiram praticamente junto com a República. Como parte da massa trabalhadora

Guido Mondin. Retirantes. 1969.
Óleo sobre tela. 172 x 133 cm.
Acervo do Museu do Senado.



assalariada era de origem estrangeira, também se recorria à Lei Adolfo Gordo, de 1907, que restringia atividades políticas de estrangeiros no País. Naquele mesmo ano, 132 estrangeiros foram expulsos do Brasil e, até 1921, mais 556 expulsões foram registradas, especialmente anarquistas e anarco-sindicalistas.

O sindicalismo independente foi substituído pelo sindicalismo tutelado varguista, que objetivava o controle sobre a crescente classe trabalhadora urbana, mesmo antes da proclamação do Estado Novo em 1937. Afastados os comunistas, após a fracassada tentativa de golpe em 1935, ocupa-se o Estado da nova organização sindical. Entre 1935 e 1945 a classe operária cresceu 500% no país, não mais com base nos estrangeiros, mas nas migrações internas do campo para a cidade. Essa classe operária com menor formação política foi manipulada pelo Estado, que lhe reconheceu existência, mas, com base nas diferentes atividades, manteve-os separados nos diferentes sindicatos.

A partir daí, o Estado se posicionou como mediador da luta de classes, oferecendo segurança à crescente burguesia contra a possibilidade de revolução, mas forçando concessões aos trabalhadores para mantê-los sob controle. Vem daí toda a legislação trabalhista da época que instituiu, entre outras coisas, a maior parte por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943, o salário mínimo, a carteira de trabalho, a jornada diária de 8 horas, o direito a férias anuais remuneradas, o descanso semanal, o direito à previdência social quando perdida a capacidade de trabalho, a estabilidade decenal, a regulamentação do trabalho do menor e da mulher e o salário-família. A obrigação de estabelecer uma legislação de defesa do trabalhador já havia sido apresentada ao Brasil como parte do tratado de paz que encerrou a 1ª Guerra Mundial, do qual o país foi signatário, mas foi devidamente ignorada pelas elites da República Velha.

Outros direitos trabalhistas foram instituídos por governos posteriores, tais como o décimo terceiro salário (gratificação natalina) (Goulart, 1962) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Castelo Branco, 1966), que substituiu a garantia de estabilidade no emprego existente na CLT.

Tais direitos, entretanto, ficaram restritos aos trabalhadores urbanos da indústria, comércio e serviços e aos funcionários públicos. Os trabalhadores rurais só alcançaram direito à aposentadoria em 1971, durante o governo Médici, por meio do Prorural, depois Funrural e, posteriormente, absorvido no sistema de Previdência Social estabelecido na Constituição de 1988. A sindicalização no campo foi duramente combatida pelo Regime Militar, com medo do avanço das ideias ditas de esquerda entre os camponeses.

Trabalhadores domésticos, na maioria mulheres, de baixa qualificação, só tiveram reconhecidos seus direitos trabalhistas em 2015.

Atualmente, discute-se a diminuição da interferência do Estado nas relações trabalhistas, sob a alegação de que não cabe mais tutela ao trabalhador moderno, que seria consciente para estabelecer acordos patrões-empregados que devem se colocar em posição superior às limitações da legislação. Sob a mesma alegação, extinguiu-se em 2018 a cobrança e repasse do imposto sindical, que, desde Vargas, financiava a estrutura e funcionamento dos sindicatos.

O momento mais especial na universalização dos direitos sociais aconteceu na Assembleia Nacional Constituinte, que consolidou o processo de redemocratização por meio da Constituição Federal de 1988. Elaborada sob a forte emoção da volta da democracia, resultado das lutas populares e dos rompimentos havidos na base de sustentação do Regime Militar, tratou-se de registrar no texto a maior quantidade possível de direitos, constitucionando vários temas que, por anos, eram típicos da legislação comum.

Além disso, o posicionamento dos principais artigos sobre direitos variou muito em relação às antigas constituições brasileiras. Nas anteriores, os capítulos referentes aos direitos se posicionavam nas partes finais do texto constitucional, normalmente antecedidos pelos artigos que definiam as instituições políticas e a estrutura do Estado.

Na Constituição de 1988, os artigos estão posicionados logo após os princípios fundamentais norteadores da República, sob o título genérico “Dos direitos e garantias fundamentais”. No total, entre os artigos 5º e 11, é listada perto de uma centena de direitos e deveres individuais, coletivos e sociais. Hoje se discute bastante a conveniência dessa extensa lista constitucional, que, para alguns, atrapalha o desenvolvimento social e econômico, uma vez que certos direitos estariam “datados” e superados em parte, enquanto outros defendem a ampliação da lista para refletir a vida moderna (direito ao acesso à internet, por exemplo).

ESTRUTURAÇÃO DOS PODERES

A experiência do Império, cujo poder real estava fortemente concentrado no Moderador, de exercício exclusivo do imperador, nos marcou do ponto de vista histórico. Na prática, o imperador tinha controle sobre o Conselho de Estado e o Senado, haja vista ser o responsável pela escolha de seus nomes (no caso do Senado, a partir de lista tríplice elaborada na província de origem). O poder de dissolver o Parlamento foi utilizado com alguma frequência, garantindo um certo grau de alternância entre os dois principais partidos, Liberal e Conservador, não em função do resultado de eleições, mas em função da vontade do imperador. As eleições sempre foram ganhas pelo partido que estava ao lado do imperador em cada momento. O Judici-

ário também dependia da vontade do imperador, que nomeava seus membros e determinava suas comarcas. O imperador também nomeava e demitia livremente os componentes do Executivo. A criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que seria o equivalente ao de primeiro-ministro, não diminuiu a prevalência da vontade imperial sobre o Executivo.

Em relação ao que existe hoje, notamos, especialmente, uma certa fraqueza do Poder Judiciário, cujas funções às vezes se confundiam com funções legislativas de municípios e províncias. Até mesmo o Supremo Tribunal de Justiça, sediado no Rio, tinha funções limitadas, competindo com as Relações das Províncias em alguns temas.

A instauração da República acabou por suprimir o Poder Moderador e as outras instituições monárquicas como o voto censitário, a vitaliciedade do Senado, a capacidade de dissolução do Congresso e o Conselho de Estado. Entretanto, a Constituição, elaborada sob forte pressão de Deodoro, manteve a concentração de poderes, agora sob a égide do Executivo. Deodoro, especialmente, comportou-se, no comando do governo provisório e, posteriormente, no primeiro mandato constitucional, como se imperador fosse, chegando a decretar a dissolução do Parlamento e a escolha de um primeiro-ministro encarregado de montar um novo ministério no momento de aguda crise política. Floriano, por sua vez, chegou a pressionar diretamente os ministros do novo Supremo Tribunal Federal, com sucesso, para que não dessem *habeas corpus* a seus inimigos políticos.

Mesmo assim, o Poder Judiciário passou a ter uma estrutura hierarquizada, na qual o Supremo Tribunal Federal realmente passava a ocupar o topo da hierarquia de recursos judiciais, ao mesmo tempo em que seria organizada a Justiça Federal, composta de tribunais e juízes especializados em causas que envolviam a União e conflitos entre estados. Diferentemente dos Estados Unidos, onde se buscou a inspiração para a forma dos poderes, o STF não era um tribunal exclusivamente constitucional, sendo também o tribunal para algumas autoridades que tinham foro privilegiado, como o presidente e embaixadores, e representando a última instância da justiça comum para sentenças das justiças dos estados.

Os principais mecanismos que garantiram a força do Executivo diziam respeito a duas situações especiais: o “estado de sítio” dava ao presidente, em situações de guerra ou grave quebra da ordem, a capacidade de governar por decretos, sem ouvir previamente o Legislativo; a capacidade de intervenção nos governos estaduais, por demanda do Congresso, do Supremo ou por solicitação de qualquer dos poderes estaduais. O uso dos dois instrumentos dependia de autorização de algum outro poder, mas os dois primeiros presidentes ignoraram isso.

A partir do segundo governo civil da República (Campos Salles), nota-se a formação de um estilo de governar que compõe os

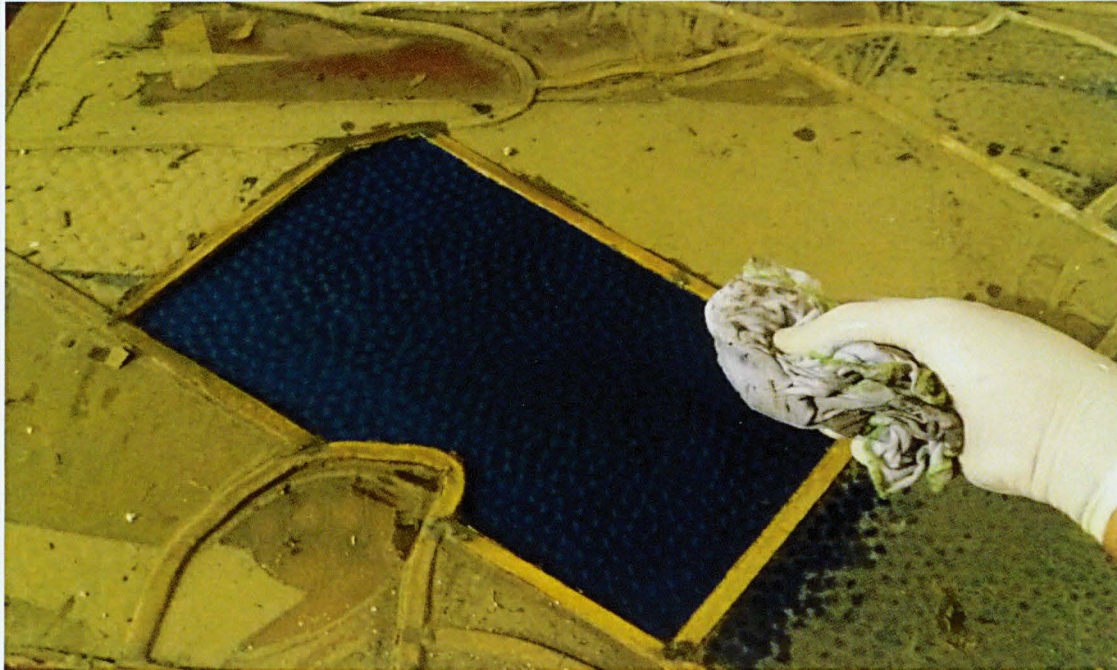
interesses do governo federal (dominado, a maior parte do tempo, pelas oligarquias políticas de São Paulo e Minas) e as outras oligarquias regionais. A combinação do “café com leite” com a “política dos governadores” permitiu ao Executivo a construção de congressos dóceis, nos quais o presidente não encontrava maiores dificuldades para estabelecer o “estado de sítio” ou a intervenção direta nos estados onde oligarquias oposicionistas venciam as eleições locais. Na base de sustentação desses acordos, a manutenção do voto aberto facilitava o controle sobre o eleitor e as fraudes eleitorais em favor dos grupos aliados ao governo federal. O Legislativo federal, pela via dessa composição política, raramente contrariava o grupo dominante.

Interessante notar que o Senado ganhou uma conformação diferente na República Velha. Além de passar a ser eleito diretamente pelos eleitores estaduais, estabeleceu-se a função de representação política da Federação, composta pelos estados, de tal forma que cada estado membro tinha dois representantes no Senado. As constituições estaduais eram bastante variadas, permitindo, por exemplo, a existência de senados estaduais ao lado das assembleias de deputados estaduais. Os governos estaduais passaram a ser eleitos de forma direta, eliminando o sistema imperial em que o governante era indicado pelo imperador sem respeitar a origem do governante e a vontade das elites locais.

A falência do sistema político da República Velha, permitida pelo rompimento dos acordos de alternância entre São Paulo e Minas Gerais e pelo clamor popular por eleições mais justas, desaguou no episódio da eleição presidencial de 1930, disputada pelo gaúcho Getúlio Vargas contra o paulista Júlio Prestes, que sucederia o também paulista Washington Luís. A movimentação revolucionária pós-eleição impediu a posse de Júlio Prestes e instaurou novo governo provisório sob a presidência do derrotado Getúlio Vargas.

O governo provisório, sob pressão popular em favor da democratização, acabou por estabelecer o voto secreto e o voto feminino, além de um tribunal específico para a organização e acompanhamento das eleições e a convocação de uma Assembleia Constituinte. A Constituição de 1934 manteve a maior parte da concentração de poderes no Executivo. Entretanto, instituiu uma série de direitos sociais e medidas estatizantes, cuja responsabilidade de implantação recaía sobre o presidente, como foi o caso da obrigação de socorrer as famílias de prole numerosa – a maior parte das famílias brasileiras, na época – e a decretação da nacionalização de bancos e minas. Foi considerada, pelo próprio Vargas, inflacionária para o setor público, aumentando também os custos dos empregadores privados, que ainda sofriam efeitos da grande crise econômica de 1929.

A estrutura do Legislativo foi alterada, com a inclusão, na Câmara de Deputados, dos chamados deputados classistas, representantes de empregados e empregadores “das atividades



Trabalho de restauração em vitral proveniente do Palácio Monroe. Acervo do Museu do Senado.



Trabalho de conservação preventiva realizado pelo Museu do Senado.

econômicas e culturais do País”, ao lado dos deputados federais eleitos pela via tradicional. Essa inclusão refletia o clima político da Europa, onde avançavam as ideias de esquerda, contrapostas a ideias fascistas e populistas, todas elas com forte espírito corporativista. O Senado teve suas atribuições e prerrogativas diminuídas, passando a ser um “colaborador” da Câmara.

O Presidente Vargas, entretanto, foi o principal conspirador contra a ordem constitucional recém-implantada. Já em 1937, após combater, em 1935, uma tentativa de golpe da esquerda comunista, Vargas forjou, com ajuda da direita integralista, um falso plano de domínio comunista, que foi o pretexto utilizado para a suspensão da Constituição de 1934, substituída por novo texto de cunho fortemente fascista, e a decretação do Estado Novo. Nele, o poder foi definitivamente centralizado nas mãos do chefe do Executivo, incumbido de nomear interventores em todos os estados, que, por sua vez, nomeavam interventores em seus municípios.

A manutenção aparente da democracia, com o Legislativo composto por Câmara de Deputados e o Conselho Federal, que substituiu o Senado, chocava-se com a realidade da não convocação das eleições, que permitia que o presidente legislasse diretamente. O STF foi proibido de julgar questões “exclusivamente políticas” e viu extinta a estrutura da Justiça Federal. Também perdeu a atribuição de julgar a inconstitucionalidade das leis em definitivo, já que o presidente poderia reapresentar o decreto derrubado para exame do Congresso – inexistente. O presidente, a partir de 1938, após a tentativa de golpe dos integralistas, arrogou-se o direito de intervir diretamente na composição do Supremo, designando presidente e vice-presidente daquele tribunal, atribuição eliminada apenas em 1945, durante o processo de redemocratização.

A saída de Getúlio do poder, em 1945, reacendeu o problema de restabelecer algum equilíbrio entre os poderes. A ânsia por relações mais democráticas permitiu a restauração de partidos políticos, agora com expressão nacional. A deposição de Vargas, na ausência de um Legislativo eleito, significou a entrega do governo ao presidente do Supremo, José Linhares, que comandou o processo eleitoral que elegeu um novo presidente da República, com mandato de 5 anos, o antigo ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, restabeleceu o Senado, com dois representantes eleitos diretamente em cada Estado e uma Câmara de Deputados com votação proporcional à população de cada Estado, respeitado um máximo e um mínimo de tamanho das bancadas estaduais. A nova ordem permitiu, inclusive, a participação nas eleições do Partido Comunista Brasileiro (antigamente, PC do Brasil), que viu seu líder maior, Luís Carlos Prestes, eleito senador pelo então Distrito Federal e a formação de uma bancada de deputados bastante atuante. O Congresso eleito em 1946 imediatamente assumiu a função de Assembleia Nacional Constituinte, passando a elaborar a nova Constituição, completada no mesmo ano.

A Constituição de 1946 tinha caráter fortemente liberal e democrático, restabelecendo todos os direitos políticos, sociais, individuais e coletivos suspensos pelo Estado Novo, assim como a estrutura dos três poderes da República. No Judiciário, a principal inovação foi a incorporação dos tribunais do trabalho e a criação de um Tribunal Federal de Recursos, um degrau abaixo do Supremo na hierarquia da Justiça Federal, em situação semelhante a outros órgãos de justiça especializados, como o Superior Tribunal do Trabalho, o Superior Tribunal Militar e o Tribunal Superior Eleitoral, cada qual com estruturas regionais e as respectivas juntas e juízes.

Nota-se uma perda relativa de poder do Executivo, a partir do estabelecimento de uma lista de crimes de responsabilidade do titular, que inclui, entre outros, atos que atentem contra o livre exercício dos outros poderes federais ou seus correlatos estaduais.

Essa nova reestruturação dos poderes permitiu o enfrentamento de uma série de crises políticas, entre as quais a questão da sucessão de Vargas após o suicídio e a tentativa de impedimento de posse de presidente eleito para o mandato seguinte, Juscelino Kubitschek. Contudo, o crescimento eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro, de inspiração varguista, foi considerado uma ameaça crescente às novas elites burguesas nacionais. A renúncia do Presidente Jânio Quadros representou um ponto de inflexão importante no sistema político, uma vez que o Vice-Presidente João Goulart era o grande herdeiro político de Vargas, de quem tinha sido ministro do Trabalho. Para permitir-lhe a posse como chefe de Estado, mudou-se às pressas o sistema político de presidencialista para parlamentarista, separando as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, esse último escolhido no Parlamento. Essa improvisação durou pouco, uma vez que foi convocado um plebiscito para a confirmação do novo sistema e o parlamentarismo restou derrotado, com a devolução das atribuições integrais ao Presidente Goulart. A ameaça de chegada ao poder de um partido de base trabalhista, ainda que de inspiração varguista, concretizou-se na figura de Goulart, que tentou capitanear um processo de reformas de ordem econômica e social considerado de tendência esquerdista radical pelas elites conservadoras. O resultado foi a conspiração cívico-militar que resultou no golpe de Estado dado, sob o comando de lideranças significativas do Exército, em março de 1964.

O novo regime instituído, apesar de manter em funcionamento parte da Constituição de 1946, determinou uma nova situação jurídica. Os chamados atos institucionais, decretados pelos governantes da autointitulada “Revolução”, passaram a ter valor superior ao ordenamento constitucional. Neles, ficou estabelecida, em definitivo, a concentração de poderes na mão do presidente da República, escolhido sempre entre comandantes militares, que interferiram diretamente na composição dos outros poderes, decretando cassações de mandatos e perda de direitos

Vitral adquirido pelo Senado Federal nos anos 30, comemorativo aos 40 anos da República. Leiloado após o desmonte do Palácio Monroe na década de 1970, o vitral foi reincorporado ao Senado Federal, com o apoio do Interlegis em 2018.

políticos de centenas de lideranças parlamentares expressivas, inclusive algumas que não se opuseram à tomada do poder pelo Exército. Da mesma forma, foram aposentados compulsoriamente juízes e ministros dos tribunais superiores, incluindo três do próprio STF.

As eleições foram alteradas para evitar ao máximo a participação direta dos eleitores na escolha de membros dos executivos nacional e infranacionais, incluindo governadores e prefeitos de capitais. A cada sinalização de problemas com a participação popular, o regime respondia com alterações nas regras eleitorais, terminando por dissolver os antigos partidos políticos e substituí-los por um sistema bipartidário resumido em um partido de sustentação de governo e outro de oposição consentida. Nesse meio-tempo, praticamente duas constituições foram elaboradas, consagrando o predomínio do Executivo, comandante supremo da "Revolução".

Essa imensa concentração de poderes no titular do Executivo só começou a fazer água no final da década de 1970, quando as sucessivas crises econômicas esvaziaram a base social do regime, calcado na burguesia e na classe média conservadora. Era óbvio, para a maioria, que o regime militar, após quase vinte anos, não se sustentaria por muito mais tempo. Como ato final, entretanto, foi possível ao grupo militar planejar sua retirada de forma tranquila, repassando paulatinamente o comando às forças democráticas.

O restabelecimento da democracia, após a vitória da oposição dentro das regras eleitorais estabelecidas pelo regime, que incluía a eleição indireta do presidente em um colégio eleitoral, foi precedido de uma série de medidas liberalizantes, como a extinção do bipartidarismo, a anistia política aos cassados pelo regime autoritário, a permissão de retorno ao país das lideranças exiladas e a volta de eleições majoritárias para os executivos subnacionais. A maior promessa feita ao povo pela chapa Tancredo/Sarney era a eliminação da legislação autoritária ("entulho autoritário") que permitira os 21 anos de domínio do grupo antidemocrático.

A convocação de nova Assembleia Nacional Constituinte, com participação livre de todas as organizações partidárias, inovou ao não trabalhar sobre textos previamente preparados por comissões especiais, como foi o caso de todas as outras constituintes acontecidas no país. Como resultado de multiplicidade partidária e mesmo da participação direta do povo, por intermédio de emendas populares, admitidas pelo Constituinte de 1987, o texto constitucional elaborado representa o maior pacto social e político já feito no país. Propositadamente, inverteu-se a tradição dos antigos textos constitucionais de apresentar primeiro a estrutura do Estado e só depois direitos e prerrogativas. Logo no artigo 5º foram enumerados mais de 70 direitos, mais do dobro dos elencados nas Constituições anteriores.

Do ponto de vista da estruturação e relacionamento entre os poderes, nota-se uma presença cada vez mais forte do Judiciário, necessário, acredita-se, para manter a ordem legal e constitucional. A inovação veio com a criação de novos tribunais, incluindo tribunais regionais federais, a transformação do antigo Tribunal Federal de Recursos no novo Superior Tribunal de Justiça, que absorveu grande parte das atribuições do antigo STF quanto a recursos da Justiça Federal, aumentando a especialização do novo Supremo como corte constitucional, embora de caráter não exclusivo.

Há mais de 30 anos a nova ordem constitucional vem sendo mantida, com funcionamento pleno do equilíbrio entre os poderes, que permitiu a superação de fortes crises políticas como a decretação do impedimento de dois presidentes da República, completamente dentro do devido processo legal e com respeito à linha sucessória estabelecida na Lei Maior.

FEDERALISMO

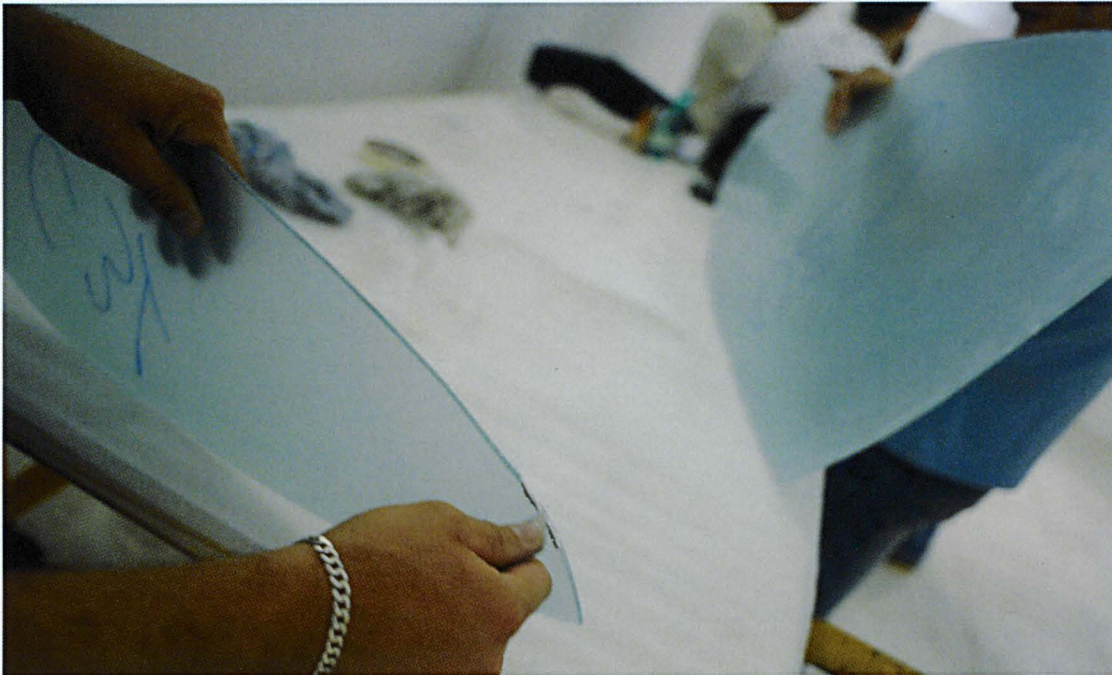
Por último, cabe examinar outra questão central da República: como o equilíbrio entre os entes nacionais e subnacionais foi construído.

O Império, como sabemos, foi unitário, materializado na figura do próprio imperador, que exercitava o comando por meio do Poder Moderador. As antigas províncias imperiais, à semelhança do que aconteceu com as 13 Colônias que formaram os Estados Unidos, primeira grande experiência republicana nas Américas, tinham trajetórias históricas razoavelmente diversas. A uni-las, a presença do latifúndio exportador de base escravista, que preferiu aceitar a continuidade do comando da dinastia Bragança, na figura de D. Pedro, a partir para um conflito armado generalizado que poderia ameaçar a base econômica de origem colonial.

A estrutura imperial negou grande parte da autonomia às províncias, cujos executivos regionais dependiam da escolha pessoal do imperador. Não raro, esses executivos indicados entravam em conflito com as elites locais, que dominavam o Legislativo provincial. O resultado era uma alta rotatividade desses governantes locais, a maioria deles efetivados por apenas um ou dois anos, na maioria dos casos.

A reivindicação de espaço político maior para as elites provinciais foi parcialmente cumprida pelo novo regime republicano. De fato, a adoção da forma republicana federativa foi realizada sem maiores contestações, sendo permitido aos Estados, logo após a confecção da Constituição de 1891, a elaboração de suas próprias constituições locais. Contudo, a forma federativa imitada das constituições norte-americana e argentina foi implantada "de cima para baixo", ao contrário do que acontecera nos Estados Unidos. Como resultado, os poderes estaduais eram muito





Restauração e montagem do vitral "Alumbramento", de Marianne Peretti.



Marianne Peretti. Alumbramento. 1978. Vitral de metal e vidro. Acervo do Museu do Senado.

dependentes do governo central. Oito estados chegaram a imitar a estrutura federal em suas constituições, estabelecendo, por exemplo, senados estaduais.

Os momentos mais marcantes de conflitos entre o interesse dos estados federados e a União aconteceram durante os primeiros governos republicanos, militares e civis. O principal produto da pauta de exportação desde o século XIX era o café, que fora forçado a substituir a mão de obra escrava por trabalhadores rurais livres. Interessava a esses grandes proprietários o comando sobre as políticas nacionais, tanto para garantia de suas propriedades quanto para manter o fluxo de exportação de café e importação de mão de obra.

O predomínio dos dois primeiros presidentes militares, que exercitaram o poder de forma bastante autoritária, impediu, no primeiro momento da República, que os interesses dos cafeicultores fossem atendidos, com agravamento da situação econômica provocada pela desastrosa política do "encilhamento" estabelecida pelo governo provisório. Além disso, a preocupação com a manutenção do poder, tanto de Deodoro quanto de Floriano, aumentou o custo do governo central, que foi forçado a reagir a diversas ameaças regionais como a Revolução Federalista Gaúcha, a Revolta da Armada e o combate a revoltas populares no Nordeste e no Sul do país.

Floriano terminou seu governo com razoável popularidade, mas entregou o governo federal ao seu sucessor civil, Prudente de Moraes, completamente quebrado, do ponto de vista econômico. Tanto Prudente quanto seu sucessor, Campos Sales, representavam a nata da elite cafeicultora paulista, centrando seu governo no processo de saneamento econômico, necessário para que a atividade rural fosse restabelecida de forma lucrativa e apoiada pelo governo central.

As dificuldades de negociação com o Congresso foram contornadas por meio de um pacto político nacional, estabelecido sob Campos Sales. O Executivo nacional passou a garantir a estabilidade política de elites regionais, usando dos mecanismos de intervenção direta nos estados, a pretexto de salvá-los do caos, toda vez que o grupo que aceitou o pacto fosse ameaçado pelo resultado das eleições locais. Em troca, fechavam os olhos a todas as arbitrariedades e fraudes cometidas contra as oposições locais, para garantir que deputados e senadores federais selecionados fossem dóceis às políticas presidenciais de austeridade.

O federalismo, portanto, não foi implementado verdadeiramente porque a vida política nos estados passou a depender fortemente dos acordos entre as oligarquias local e nacional e da ação do governo central como garantidor da continuidade de determinados grupos políticos no exercício do poder local. Entretanto, sob o aspecto fiscal, cada estado funcionava de maneira completamente autônoma, com pequenas nações, que tributavam entrada e saída de mercadorias das suas fronteiras, por meio de impostos interestaduais e intermunicipais.



A falta de renovação política, entretanto, condenou o sistema depois de quase 4 décadas de funcionamento.

A Revolução de 1930, comandada pelos cabeças de chapa derrotados na campanha à Presidência, significou, num primeiro momento, uma intervenção generalizada no sistema federativo, removendo do poder quase todas as elites estaduais daquele momento.

A chamada Era Vargas, iniciada com a Revolução e o respectivo governo provisório, foi profundamente marcada pelos ventos corporativistas e fascistas que sopravam da Europa. Por todas as partes, governantes autoritários e centralizadores destruíam estruturas democráticas, em nome da manutenção da ordem e da estrutura de classes. Mesmo forçado, inicialmente, a convocação de eleições e manutenção da República Federativa mantida pela Constituição de 1934, Getúlio conseguiu concentrar poderes, eliminando em vários aspectos o império da lei. A federação não resistiu ao avanço autoritário, sucumbindo, por anos, ao poder do governante nacional. O Estado Novo, de fato, representou um forte retrocesso na ideia federalista, sufocando grupos políticos regionais, especialmente os paulistas, que perderam ascensão sobre o governo federal, e, mesmo sobre a estrutura de seu governo estadual, submetida a Vargas por meio dos interventores. Sob o aspecto fiscal, Vargas centralizou a política de impostos, proibindo a existência dos impostos interestaduais e intermunicipais que sustentavam, até então, os poderes locais. A morte da vida política acabou por eliminar os partidos estaduais, característicos da República Velha.

O fim do Estado Novo e a consequente redemocratização restabeleceu o princípio federativo, para além da letra morta da antiga constituição. Os novos partidos formados passaram a ter caráter nacional, reordenando as elites políticas estaduais em torno de objetivos nacionais comuns. A nova Constituição devolveu prerrogativas e competências aos estados, reavivando, também, a política local.

Novo ataque à autonomia estadual foi perpetrado à época da instalação do governo militar. Em nome, outra vez, da ordem e da necessidade de combater a possibilidade de uma revolução de esquerda – à semelhança do que acontecera com Vargas em 1937 –, os 21 anos sob a presidência de militares diminuíram a autonomia estadual pela prevalência, sobretudo, de forte centralização de recursos nas mãos do governo federal.



Tinteiro utilizado pelos presidentes do Senado, no Palácio Conde dos Arcos, antiga sede do Senado (1891-1906), na cidade do Rio de Janeiro. Produzido em 1868. Bronze fundido e cristal bisotado. 49 x 37 cm. Acervo do Museu do Senado.

Mesmo após a volta da democracia e a adoção da Constituição de 1988, pouco se conseguiu fazer na questão do pacto federativo. A dependência de estados e de municípios em relação ao governo federal vem, em grande parte, do modelo tributário adotado. A maior fonte de arrecadação hoje em dia vem das chamadas "contribuições", arrecadadas pela União, sem obrigação de dividi-las com estados e municípios. O custo de manutenção da estrutura da União consome boa parte da arrecadação de tributos. A Constituição de 88, de cunho municipalista, transferiu uma boa quantidade de atribuições a estados e municípios, sem, contudo, disponibilizar aos entes federados subnacionais recursos para fazer frente às despesas.

Como resultado, estamos vivendo novamente um processo de rediscussão do pacto federativo e o necessário equilíbrio entre atribuições e receitas a serem divididas entre União, estados e municípios. Reclama-se, com frequência, que a dependência econômica força a submissão política dos entes subnacionais ao governo federal: união rica e perdulária, contra estados e municípios em situação pré-falimentar.

Até o momento, portanto, não se encontrou uma forma definitiva que faça com que o sistema federalista, baseado na segregação de funções e repartição das rendas, funcione de forma equilibrada no país, representando o grande drama, ainda não solucionado, da República Brasileira.



CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, reforçamos a ideia de que a instalação do modelo republicano moderno no país ainda é um processo, inconcluso, sob muitos aspectos.

Os grandes avanços sociais, econômicos e políticos alcançados ao longo dos 130 anos de República são devidos a processos histórico-estruturais maiores, que ultrapassam a tradição e atribuem aos governantes a exclusividade de protagonismo na História.

De fato, os grandes arranjos sociais foram sendo construídos como pactos de estabilização, cada vez mais complexos, por ter de atender a realidades socioeconômicas mais diversas.

As principais contramarchas políticas surgiram como tentativas de frear o avanço de camadas mais populares, cujas reivindicações são atendidas como se fossem concessões dadas pelas elites. Entretanto, mesmo em períodos autoritários, somos capazes de enxergar o exercício da cidadania, cada vez mais plena e cada vez mais "republicana" na acepção originária do termo.

O texto elaborado, com suas unidades de informação organizadas de forma lógica, deve ser a base para a construção da Exposição dos 130 anos, buscando-se, nas instituições parceiras, acervos representativos das ideias aqui elencadas.

Em caso de restrição de tempo ou de orçamento, mas garantido o início da recuperação dos espaços físicos do futuro Centro Cultural dos Poderes da União, é possível, mas não de todo desejável, a redução do âmbito da proposta, podendo ser concentrada tanto na efeméride da Proclamação em si (partes 5 e 6 do texto) como na percepção dos grandes desafios da construção republicana (partes 7 a 11).

O texto representa apenas um roteiro geral, expondo o fio condutor da história a ser contada. Entretanto, devido a sua complexidade, não se recomenda a utilização direta de trechos deste texto na exposição.

Secretaria de Editoração
e Publicações



